

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BRENO BITTENCOURT SANTOS

ENTRE A DESQUALIFICAÇÃO E A RESISTÊNCIA
*a construção de identidades entre trabalhadores do mercado de
trabalho informal na Região Metropolitana do Recife*

Recife
2010

BRENO BITTENCOURT SANTOS

ENTRE A DESQUALIFICAÇÃO E A RESISTÊNCIA
*a construção de identidades entre trabalhadores do mercado de
trabalho informal na Região Metropolitana do Recife*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador:
Prof. Dr. José Carlos Vieira Wanderley

Recife
2010

Santos, Breno Bittencourt

Entre a desqualificação e a resistência : a construção de identidades entre trabalhadores do mercado de trabalho informal na cidade do Recife / Breno Bittencourt Santos. -- Recife: O Autor, 2010.

148 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui: bibliografia.

1. Sociologia. 2. Mercado de trabalho – Informal. 3. Trabalho não-qualificado. 4. Identidade. 5. Recife (PE) . I. Título.

316
301

CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)

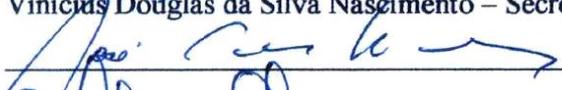
UFPE
BCFCH2010/100

Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de BRENO BITTENCOURT SANTOS do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dez, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para a **Defesa de Dissertação de BRENO BITTENCOURT SANTOS**, intitulada “**ENTRE A DESQUALIFICAÇÃO E A RESISTÊNCIA: a construção de identidades entre trabalhadores do mercado de trabalho informal na cidade do Recife**”. A Comissão foi composta pelos Professores: **Prof. Dr. José Carlos Vieira Wanderley (Presidente/Orientador); Prof. Dr. Ramon de Oliveira - Titular Externo (CE/UFPE); Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Titular Interna (PPGS/UFPE)**. Dando início aos trabalhos, o **Prof. Dr. José Carlos** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar, o **Prof. Dr. José Carlos**, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 30 de julho de 2010.



Vinicius Douglas da Silva Nascimento – Secretário



Prof. Dr. José Carlos Vieira Wanderley



Prof. Dr. Ramon de Oliveira



Profa. Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte



Breno Bittencourt Santos

Resumo

O desemprego afeta a vida dos indivíduos não apenas do ponto de vista material, mas, sobretudo, simbólico, dada a perda de atributos identitários conferidos pelo trabalho. Partindo do pressuposto que a posição profissional constitui parte importante na construção das identidades, esta pesquisa tem como objetivo estudar as construções identitárias de trabalhadores informais na Região Metropolitana do Recife. Busca-se reconstruir as trajetórias profissionais de vendedores ambulantes para analisar a relação entre posições profissionais e a construção de identidades; verificar os tipos identitários que emergem na informalidade; verificar o grau de resistência oferecido pela informalidade à desqualificação; e analisar as projeções dos trabalhadores com relação ao futuro profissional. Com base nas entrevistas realizadas, constatou-se que as práticas informais representam elemento de resistência à desqualificação. Apesar do desprestígio apresentado pelas posições profissionais investigadas, elas permitem o surgimento de tipos identitários de continuidade, isto é, as posições profissionais são aceitas pelos vendedores ambulantes como base de suas construções identitárias. Constatou-se, também, que há relação entre o tempo de participação na informalidade e a capacidade de resistência à desqualificação, de modo que quanto maior o tempo de participação na informalidade maior a resistência à desqualificação, pois os trabalhadores se acostumam com suas posições profissionais.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho Informal, Trabalho não-qualificado, Identidade, Recife.

Abstract

The unemployment affects the individual's life not only of a material point of view, but, specially, symbolic, due to the loss of identities attributes awarded of the work. Assuming that the purpose of the professional position constitutes an important part in the building of the identities, this research have as objective to study the identities build of street trader in the Região Metropolitana do Recife. This work gets to reconstruct the professional trajectories of street traders for analyzing the relation between professional positions and identities building; to check the grade of resistance to offers by informality against the disqualification; and analyzing the projections made of the workers about their professional future. From the interviews carried, was established the informality practices play a element of resistance against disqualification. In spite of the disreputation showed by the professionally positions studied, they allow the appeared of identity types of continuity, that is, the professionally positions are accepted by street traders like the basis of their identity buildings. Is established too there is a relation between the time of participation in the informality and the capable of resistance for the disqualification.

Keys words: Informal Work Market, Unskilled labor, Identity, Recife

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I	
APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE POBREZA, EXCLUSÃO E DESQUALIFICAÇÃO.....	15
CAPÍTULO II	
DEBATES SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A PARTICIPAÇÃO NA INFORMALIDADE	30
2.1 Teses sobre a centralidade do trabalho e o seu fim: do trabalho clássico às formas de trabalho contemporâneas	32
2.2 Surgimento das novas e precárias formas de trabalho: subcontratação, terceirização e a informalidade	44
CAPÍTULO III	
INFLUÊNCIAS DA POSIÇÃO PROFISSIONAL NAS IDENTIDADES SOCIAIS DOS TRABALHADORES	
.....	59
3.1 Bases teóricas do conceito de identidade: das correntes essencialista e nominalista às escolas compreensivas ou de tradição microinteracionista	60
3.2 Definições do conceito de identidade: a proposta dos interacionistas.....	67
3.3 Influências da posição profissional na identidade social	73
CAPÍTULO IV	
METODOLOGIA.....	79
CAPÍTULO V	
EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO TRABALHO INFORMAL: VENDEDORES AMBULANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE.....	90
4.1 Imagens da desqualificação: identidades (re)construídas na informalidade	92
4.1.1 Perfil dos trabalhadores entrevistados.....	92
4.1.2 Origens e trajetórias socioprofissionais.....	96

4.2 A experiência do desemprego: o início do processo de desqualificação social	104
4.2.1 Motivos de saída dos empregos formais	106
4.2.2 Sentimentos relativos à saída do emprego formal	110
4.2.3 Cotidiano durante a fase do desemprego	113
4.2.4 Sociabilidade durante a experiência do desemprego	115
4.3 Participação no mercado de trabalho informal: resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social	118
4.3.1 Relação dos trabalhadores com os benefícios sociais disponibilizados pelo Estado	120
4.3.2 Tentativas de reinserção no mercado de trabalho formal	123
4.3.3 Razões da participação no mercado de trabalho informal	126
4.3.4 Relação entre tempo de participação na informalidade e capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social	129
4.3.5 Opinião em relação ao trabalho de vendedor ambulante	130
4.3.6 Sociabilidade durante a experiência na informalidade:	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142

INTRODUÇÃO

O desemprego afeta a vida dos indivíduos não apenas do ponto de vista material, mas, sobretudo, simbólico, dada a perda de alguns atributos da identidade social conferidos pelo trabalho. Uma alternativa recorrente àqueles que se encontram afastados do mercado de trabalho, especialmente nos países marcados pelo desemprego estrutural e que não apresentam tradição em políticas de proteção social, é a participação no mercado de trabalho informal, permitindo que estes trabalhadores busquem os recursos econômicos necessários à sua subsistência e, também, que eles mantenham sua integração social por meio do trabalho.

Ao estudar os impactos da desestruturação dos postos de trabalho entre os habitantes da cidade francesa de Saint-Brieuc, Serge Paugam (2003) constatou a existência do processo que ele chamou de Desqualificação Social: após perder o emprego, o indivíduo tende a ser gradualmente empurrado para a esfera da inatividade e de dependência dos serviços sociais, perdendo sua capacidade produtiva e, junto com ela, seus laços de integração com a sociedade (Cf. PAUGAM, 2003; 2004; 2007).

O processo de desqualificação social é constituído por três fases distintas que correspondem às mudanças identitárias sofridas pelos indivíduos em função do distanciamento do mundo do trabalho e da perda gradual de sua capacidade produtiva: a *fragilidade*, que representa a primeira fase de desqualificação e ocorre desde o momento em que o indivíduo perde o emprego formal e busca, por meio da realização de trabalhos temporários, prover o seu próprio sustento bem como de sua família e, principalmente, estabelecer um ponto de resistência ao *estigma* de ser considerado sem-trabalho, e por conta disso, ser confundido com os vagabundos e/ou marginais; caso o indivíduo não obtenha sucesso em sua busca pela reinserção profissional, a tendência é, com o passar do tempo, que as condições de pauperização se agravem, levando este indivíduo a buscar ajuda para a sua sobrevivência material nos programas de assistência social oferecidos pelo governo. De acordo com o autor, a dependência de benefícios sociais pagos pelo governo faz com que haja o aprofundamento do processo de Desqualificação, podendo fazer com que o indivíduo afaste-se permanentemente do mercado de trabalho e modifique, profundamente, a sua constituição identitária, perdendo atributos de trabalhador e passando a adotar atributos condizentes com o grupo socialmente dependente do auxílio do Estado. Esta fase é chamada pelo autor de

dependência. Finalmente, segundo o autor, o agravamento do processo de ruptura de vínculos com o mundo do trabalho pode levar, também, ao rompimento dos vínculos sociais do indivíduo, marcado por processos sociais típicos da marginalização. Esta fase é chamada de *marginalidade* (Cf. PAUGAM, 2003, 2007).

É preciso reconhecer que, apesar de as categorias contidas no processo de Desqualificação terem sido construídas a partir de características identitárias empiricamente acessadas pelo autor durante o estudo de casos particulares, as mesmas correspondem, na realidade, a *tipologias*. Assim, é fundamental destacar que os indivíduos que perdem seus empregos não passam necessariamente por essas fases. Na realidade, trata-se de um *tipo-ideal*, isto é, no sentido weberiano, modelos que se aproximam da realidade, mas, que não são redutíveis a ela.

As sucessivas fases da desqualificação refletem as mudanças identitárias experimentadas pelos indivíduos ao longo do processo contínuo de afastamento do mercado de trabalho, estando relacionadas principalmente à variável *tempo* – quanto mais tempo o indivíduo encontra-se afastado do mercado de trabalho, mais se torna dependente da assistência social. O resultado do processo de desqualificação é o desenvolvimento daquilo que Paugam (2003; 2004) classificou de identidades negativas, onde são ressaltadas a inatividade, a incapacidade de auto-sustentação e a percepção do fracasso pessoal do indivíduo. Dessa forma, o conceito de desqualificação social permite abordar o fenômeno da precarização do trabalho não apenas do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, psicossocial, dando relevo ao sofrimento social experimentado pelo indivíduo que está inserido de maneira instável e precária no mundo do trabalho, tornando-se elemento central na constituição de sua identidade social.

Ao buscar transpor o conceito de desqualificação e fazer uma reflexão a respeito do Brasil, cujo contexto é marcado pela presença do desemprego estrutural e pela ausência de proteção social de caráter universal (Cf. ZIMMERMAN, 2006; SENNA, 2007), é preciso levar em consideração a participação no mercado de trabalho informal, que se apresenta como uma alternativa para grande parte dos trabalhadores que perderam seus vínculos com o mercado de trabalho formal. Por meio da participação em trabalhos considerados informais, surge um grande contingente de trabalhadores em situação análoga àquela que Paugam (2003) classificou de fragilidade, ou seja, trabalhadores que ainda possuem trabalho, mesmo que

precário, por meio do qual mantém as suas funções produtivas e, com elas, a sua integração social.

Ao destacar a possível similitude entre a situação dos fragilizados com os trabalhadores informais brasileiros, a presente pesquisa coloca em relevo uma questão crucial para a sociologia do trabalho: em que medida o lugar que o indivíduo ocupa no mundo do trabalho constitui um elemento-chave para a sua integração social?

De acordo com Castel (1998), o trabalho revela-se essencial para o indivíduo não apenas com referência ao fator econômico, mas, também, psicológico, cultural e simbólico. É por meio da função produtiva que o indivíduo desenvolve os laços de solidariedade com os demais indivíduos e com a sociedade. Segundo o autor, o enfraquecimento desses laços gera conseqüências não apenas para aquele que está no centro da experiência da precarização do trabalho, mas causa impactos em toda a sociedade (Cf. CASTEL, 1998). O entendimento do trabalho como fator primordial da identidade social, tal como é defendido pela sociologia do trabalho (Cf. RIUTORT, 2008; GRINT, 2002), foi forjado a partir do processo de industrialização experimentado no início do século XX. Pela primeira vez, o trabalho, e não mais o prestígio ou os títulos sociais, era quem determinava a posição que o indivíduo poderia ocupar na estratificação social. Com a industrialização, contingentes cada vez maiores de indivíduos precisavam vender a sua força de trabalho para conseguir os meios necessários à sobrevivência e a indústria, sem dúvida alguma, era o principal modelo a partir do qual a sociedade passaria a se organizar.

O trabalho, tradicionalmente caracterizado como uma atividade transformadora da natureza, que produzia bens tangíveis e que estava localizado na fábrica, passou a criar hierarquias que transcendiam o próprio chão da fábrica e determinavam as estratificações sociais de forma cada vez mais ampla. No entanto, com as mudanças tecnológicas e a ampliação da própria definição de trabalho, constata-se uma mudança e ampliação no papel atribuído ao trabalho nas sociedades contemporâneas, mantendo, apesar disso, grande influência na determinação da organização social (Cf. ORGANISTA, 2006; ANTUNES, 2005, 2007). Desse modo, continuar a considerar o trabalho como elemento-chave da organização social implica, necessariamente, tomar como foco aquilo que Antunes (2005) chamou de *a nova morfologia do trabalho*, isto é, “o universo de trabalhadores composto pelo contingente de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, que exercem trabalhos

temporários, entre tantas outras formas assemelhadas de informalização do trabalho” (Antunes, 2005, p.143).

Trata-se de estudar, portanto, não aqueles indivíduos tradicionalmente considerados como operários, que desempenham um papel social determinado. Nem tampouco, na outra ponta, trata-se de estudar aqueles que estão desempregados, impossibilitados de desenvolverem quaisquer atividades produtivas e, por isso, sem lugar na sociedade. O desafio que está sendo proposto, agora, é o de conhecer a situação daqueles que se *inserem de forma precária no mundo do trabalho*, que, devido à instabilidade das práticas informais de trabalho, se encontram em estado de vulnerabilidade não apenas econômica, mas, sobretudo, social, visto que não há garantia nenhuma de sua permanência no mundo do trabalho nem mesmo do reconhecimento de sua posição profissional.

As novas formas de participação no trabalho, representadas principalmente pela subcontratação/terceirização, pelos trabalhos temporários e, sobretudo, pela informalidade, requerem a criação de novos modelos para pensar a influência do trabalho na organização social e, também, na criação dos laços que permitem a integração dos indivíduos em sociedade.

É precisamente a relação existente entre a posição que o indivíduo ocupa no mundo do trabalho e a construção de sua identidade social que Dubar (2005, 2006) busca discutir. De acordo com o autor, a identidade social é um processo de construção contínua, que tem início desde a infância, quando a criança passa a receber uma identificação sexual, étnica e de classe social, que são a de seus pais, como também recebem categorizações provenientes dos outros, sobretudo no ambiente escolar. Todavia, é na confrontação com o mercado de trabalho que o indivíduo passa pela experiência essencial da construção de sua identidade autônoma. Através de sua posição no mercado de trabalho é que o indivíduo passará a identificar-se e a interpretar seus papéis na sociedade. Essa identificação, apesar de estável, não é fixa, podendo sofrer constantes alterações (Cf. DUBAR, 2005). São justamente essas alterações que implicam os problemas relativos à fragilidade do indivíduo no mundo do trabalho. Se a construção de uma identidade estável depende, em grande parte, da posição que o indivíduo ocupa no mercado de trabalho, como fica a situação daqueles indivíduos que ocupam de maneira precária uma posição no mercado de trabalho?

De acordo com Goffman (2008), a identidade social de um indivíduo é construída durante processos interativos nos quais ocorre o duplo processo formado pela *rotulagem* e

pela *auto-identificação*. A primeira se refere às características socialmente pré-definidas através das quais é possível prever uma determinada categoria a qual o indivíduo pertence, chamado pelo autor de identidade social virtual. A segunda diz respeito às características e os atributos que o indivíduo realmente demonstra possuir ou que, ao menos, ele busca demonstrar para o conjunto da sociedade. Esta é chamada de identidade social real. Segundo o autor, a imagem criada através do processo de rotulagem pode não corresponder necessariamente ao que o indivíduo venha a ser. Antes, trata-se de um estereótipo ou de uma construção social que deve ser confirmada ou negada através das características que o indivíduo realmente demonstra possuir. Desse modo, o processo de construção da identidade social emerge do conflito entre os estereótipos criados pela rotulagem e os atributos de fato pertencentes ao indivíduo (Cf. GOFFMAN, 2008).

O grande problema colocado por Goffman (2008) é quando o indivíduo possui determinados atributos que, não obstante serem parte constitutiva de sua identidade social real, são considerados como negativos e, por isso, fazem diminuir a aceitação do indivíduo no meio social no qual está inserido. De acordo com Goffman (2008), quando um indivíduo apresenta características socialmente consideradas ruins ou intoleráveis, diz-se que o indivíduo é portador de um *estigma*. Os gregos, segundo o autor, utilizavam o termo estigma para definir os sinais corporais que indicavam as qualidades reprováveis de seu portador. Esses sinais podiam ser tatuagens ou marcas feitas por fogo que indicavam que o seu portador era um escravo ou criminoso. De acordo com o autor, a noção de estigma foi ampliada, e atualmente pode abranger diversas características consideradas reprováveis, desde limitações físicas até morais, que impeçam a participação social plena de seus portadores (Cf. GOFFMAN, 2008).

De acordo com Goffman (2008), nas sociedades contemporâneas o desemprego tende a ser considerado um *estigma de ordem moral*, uma vez que é recorrentemente identificado como produto de uma falha individual daquele que não se encontra inserido no mercado de trabalho. A razão disto é, em parte, aquilo que Organista (2006) considera como a obrigação moral do trabalho, isto é, nas sociedades contemporâneas, o trabalho (emprego) apresenta-se como o principal elemento de integração dos indivíduos em sociedade, uma vez que a lógica da sociedade de produtores é que cada indivíduo desempenhe uma função produtiva na sociedade, sob pena de deslegitimar-se enquanto cidadão caso não ocupe uma posição

profissional socialmente aceita dentro da hierarquia social (Cf. GOFFMAN, 2008; ORGANISTA, 2006).

Assim, cabe ao indivíduo que não dispõe de um lugar estável no mundo do trabalho, buscar resistir ao processo de rotulagem/estigmatização através de três modelos gerais de ação. No primeiro deles, o estigmatizado poderá buscar corrigir seus defeitos de modo a adaptar-se ao convívio social normal. Se forem deficiências físicas, ele poderá submeter-se a cirurgias. Se forem inaptações morais, buscará corrigir sua condição mediante grande esforço de superação. Em segundo lugar, no caso da impossibilidade de correção, o estigmatizado poderá buscar racionalizações de modo a interpretar suas deficiências como formas de compensação. Por meio da reflexividade, ele buscará argumentos que possam transformar suas deficiências em supostas habilidades. Em terceiro lugar, o estigmatizado buscará a convivência em categorias de indivíduos que possuam os mesmos estigmas que ele, de forma a apoiarem-se mutuamente (Cf. GOFFMAN, 2008).

O que o presente estudo propõe é justamente identificar as (re)construções identitárias dos trabalhadores informais, por encontrarem-se inseridos de maneira precária no mundo do trabalho. Partindo do pressuposto de que a posição profissional do indivíduo constitui parte importante na construção de sua identidade social, a presente pesquisa tem como objetivo geral fazer um estudo a respeito das identidades dos trabalhadores do mercado informal na Região Metropolitana do Recife. Busca-se reconstruir as trajetórias profissionais dos trabalhadores do mercado informal para analisar a relação existente entre suas posições profissionais e a construção de suas identidades sociais; identificar o tipo de influência que a participação no mercado informal apresenta na construção das identidades desses trabalhadores; verificar os tipos identitários que emergem no mercado de trabalho informal; verificar o grau de resistência que a participação no mercado informal oferece à desqualificação social e, finalmente, analisar as projeções que os trabalhadores do mercado informal fazem com relação ao seu futuro profissional.

O estudo apresenta como hipótese que a participação no mercado informal constitui mecanismo de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social e ao estigma de serem considerados pobres e sem lugar estável no mercado de trabalho. Além disso, acredita-se que existe relação entre o tempo de participação no mercado informal e a capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social, de modo que, quanto mais tempo o trabalhador encontra-se afastado de suas funções produtivas, mais

rapidamente ocorre a deterioração de sua identidade de trabalhador e, junto com ela, seus vínculos sociais. Com relação às mudanças identitárias experimentadas pelos trabalhadores, acredita-se que estes tendem a apresentar rupturas em suas identidades socioprofissionais devido à experiência do desemprego. No entanto, com a participação no mercado de trabalho informal, suas identidades profissionais passam a ser reconstruídas, sendo possível, assim, que eles recuperem seus *status* de trabalhadores. Por último, afirma-se que os trabalhadores do mercado informal preferem a autonomia profissional conferida pelo trabalho informal ao status de ser um empregado com estabilidade.

Do ponto de vista metodológico, foram realizados procedimentos de pesquisa qualitativa com dez trabalhadores(as) de três cidades da Região Metropolitana do Recife, selecionados com base no método bola de neve (Cf. HANNEMAN & RIDDLE, 2008). Através de entrevistas semi-estruturadas, buscou-se conhecer as trajetórias socioprofissionais destes trabalhadores, isto é, as diferentes posições por ele ocupadas no mercado de trabalho e que impactam, necessariamente, em suas identidades e prestígio social, de modo a analisar as mudanças identitárias por eles experimentadas desde a experiência do desemprego até a ocupação de posições no mercado de trabalho informal. Os discursos construídos pelos entrevistados durante as entrevistas foi analisado à luz do conceito de representações sociais, que afirma que os discursos são recursos comunicativos que retratam conhecimentos construídos coletivamente e que têm a dupla função de classificar fenômenos determinados, de modo a naturalizá-los ao conjunto social, e prover este fenômeno de significado, permitindo que seja compreendido e partilhado pelos membros de um grupo social determinado (Cf. XAVIER, 2002).

Nas páginas que seguem, este estudo está organizado de modo que os três primeiros capítulos são reservados ao debate dos principais conceitos que oferecem a base teórica da pesquisa: no primeiro, discute-se a trajetória da construção do conceito de Desqualificação Social, surgido como alternativa aos antigos conceitos de pobreza e exclusão social. No segundo capítulo, são discutidas questões relativas ao conceito de trabalho, colocando-se em evidência a centralidade do trabalho na integração social dos indivíduos. No terceiro, discute-se a respeito do conceito de identidade e da importância do trabalho na constituição identitária dos indivíduos. No quarto capítulo, são discutidos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa realizada com vendedores ambulantes da Região Metropolitana da Cidade do Recife. Esta etapa, além de destacar os métodos e técnicas utilizados na pesquisa, faz-se uma

discussão a respeito da teoria das representações sociais, utilizada principalmente na interpretação discursiva. Finalmente, o quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa e as conclusões finais deste estudo.

CAPÍTULO I

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS ENTRE POBREZA, EXCLUSÃO E DESQUALIFICAÇÃO

A literatura que trata das problemáticas da pobreza e da exclusão (Cf. OLIVEIRA, 1997; CASTEL, 1998; PAUGAM, 2003 e 2007; MARTINS, 2002; POCHMANN, 2004; ROCHA, 2006; SOUZA, 2006;) tem buscado aprofundar a relação existente entre a crise na estrutura do mercado de trabalho e o sofrimento social dos indivíduos que se encontram à margem da sociedade produtiva. Verifica-se, contudo, que a utilização de conceitos como pobreza e exclusão está no centro de um debate cujas terminologias são empregadas com frequência para designar fenômenos variados, como a falta de recursos materiais básicos para a sobrevivência dos indivíduos, as discriminações de ordem simbólico/cultural dirigidas aos grupos em situação de desvantagem social e até mesmo às próprias desigualdades naturais entre os indivíduos.

Véras (1999, 2004), recuperando a construção histórica do conceito de exclusão, destaca os perigos da banalização do uso deste termo, afirmando tratar-se de uma espécie de palavra-mãe, cujo sentido abriga vários significados e, por isso, apresenta uma *impossibilidade teórica*. De forma semelhante, Oliveira (1997) afirma que o termo é empregado com sentidos tão diversos que acarreta no esvaziamento de seu significado teórico. Assim, é consenso entre os autores que tratam da temática da pobreza e exclusão, a necessidade de delimitar e indicar precisamente os sentidos que estão sendo atribuídos ao uso dos termos.

Analisando a construção teórica do conceito da exclusão social, verifica-se que em um primeiro momento as dificuldades e as desigualdades apresentadas por determinados grupos sociais no acesso aos bens econômicos eram compreendidas simplesmente como uma condição de *pobreza* (Cf. ROCHA, 2006). Inicialmente, a pobreza foi interpretada como consequência das desigualdades naturais dos homens (Cf. POCHMANN, 2004), ou até mesmo como um Dom divino, já que a pobreza seria a condição para a entrada no mundo de Deus (Cf. QUEIROZ, 2006). Posteriormente, a pobreza passa a ser considerada como o resultado perverso de desigualdades sociais geradas por sistemas de estratificação social que excluem determinados segmentos sociais (Cf. ESCOREL, 1999).

Com a progressiva secularização das sociedades, com a passagem da sociedade agrária tradicional e a conseqüente tendência de declínio da influência da religião, sobretudo, no ocidente, as explicações da pobreza a partir de bases religiosas passaram a ser questionadas e vistas como insuficientes. Surgiram, então, as primeiras tentativas de explicação assentadas em bases racionais e materiais. Com isso, a pobreza deixa de ser unicamente interpretada como de ordem da vontade divina para ser vista como fruto de desigualdades sociais e políticas, logo, passível de ser modificada (Cf. POCHMANN, 2004).

Os economistas clássicos Ricardo e Adam Smith, no século XVIII, por exemplo, acreditavam que a pobreza era a conseqüência da produção insuficiente de alimentos, incapaz de atender à demanda mundial (Cf. POCHMANN, 2009). De forma semelhante, Malthus afirmava que a causa principal da pobreza era a grande velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade que crescia a produção de alimentos. Nesse caso, a solução seria educar os pobres para que fossem reduzidas as taxas de natalidade e deixá-los à própria sorte, para que a natureza se encarregasse de promover os ajustes necessários (Cf. POCHMANN, 2009; SCHWARTZMAN, 2007).

Na visão dos economistas clássicos, assim como na de Malthus, o problema da pobreza era essencialmente econômico e individual. A culpa pela existência da pobreza estava, em grande parte, nos próprios pobres, que não teriam a determinação e a força de vontade suficiente para trabalhar. Essa visão baseava-se, erroneamente, no pressuposto de que os indivíduos tinham uma igualdade de oportunidades, cabendo unicamente ao indivíduo tornar-se pobre ou rico, dependendo de sua própria capacidade de trabalhar.

Partindo de um pressuposto diferente, as idéias do filósofo iluminista francês Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, lançaram importantes bases a respeito das desigualdades políticas e sociais existentes entre os homens. Para ele haviam dois tipos básicos de desigualdades: em primeiro lugar, a desigualdade natural ou física, que diz respeito aos diferentes tipos de sexo, raça, idade e condições de saúde; e, em segundo lugar, a desigualdade moral ou política, que está relacionada à estrutura da organização social, capaz de permitir a existência de diferenças políticas e econômicas entre indivíduos, beneficiando a uns e prejudicando a muitos outros (Cf. POCHMANN, 2004).

De acordo com Rousseau, as desigualdades naturais obviamente iriam impor condições que influenciaria a posição dos indivíduos nas sociedades: os mais fortes estariam mais aptos que os mais fracos, os mais velhos poderiam ter um maior prestígio em determinados sistemas

de estratificação social e assim por diante. Entretanto, a desigualdade de ordem moral ou política diz respeito ao direito de propriedade e a divisão do trabalho, que criam um sistema de diferenciação entre os homens que os hierarquiza não mais a partir de critérios naturais, mas por razões políticas, econômicas, sociais e culturais (Cf. POCHMANN, 2004).

Diferentemente dos economistas clássicos, Rousseau não acreditava na tese de que os indivíduos partiam de uma igualdade de oportunidades. Ao contrário, os indivíduos que possuíam propriedade privada encontravam-se em vantagem em relação àqueles que não a possuíam, criando assim a desigualdade moral ou política e constantemente a reproduzindo.

Autores clássicos da sociologia como Marx, Durkheim, Weber e Simmel trouxeram, cada um ao seu modo, visões racionais a respeito da desigualdade entre os homens, problema este que parecia recrudescer diante do industrialismo nascente. Desse modo, estes autores buscavam relacionar as desigualdades com o papel que indivíduos desempenhavam no mundo do trabalho, partindo de um modelo de sociedade moderna, movida pela racionalidade e abalada por conflitos trabalhistas (Cf. OFFE, 1989).

Para Marx, a desigualdade deveria ser entendida como o produto da exploração do trabalho pelo capital, somente tendo sentido, então, no contexto do capitalismo. Para ele, o problema estava na concentração desigual da propriedade privada, que criava uma classe social detentora dos meios de produção, ao passo que para as classes restantes sobrava apenas a possibilidade de vender o seu trabalho. Desse modo, as causas das desigualdades não podiam ser de ordem individual, mas estrutural (Cf. SCHWARTZMAN, 2007).

No esquema de estratificação social proposto por Marx, tanto a classe média, aliada da burguesia e cumpridora de tarefas burocráticas, quanto o proletariado, classe explorada e responsável pela derrubada do capitalismo, apesar de vulneráveis, conseguiam dispor dos meios necessários para a sobrevivência. No entanto, havia um segmento social em particular que se encontrava absolutamente fora do esquema de acumulação do capital, que representava o pior produto da desigualdade entre classes: o lumpemproletariado, categoria formada por aqueles que não tinham trabalho, chamado por Marx de *exército de reserva*, não tomava parte das lutas de classes. Era, para Marx, a representação máxima da pobreza indigna, que tendia a desaparecer com a substituição do capitalismo pelo socialismo. A figura do lumpemproletário tornou-se, com o passar do tempo, um retrato da pobreza moderna, constituindo-se de indivíduos que não conseguiam lugar no mundo do trabalho nem dispor do mínimo necessário à sobrevivência e, por isso, ameaçadores de toda a ordem social constituída.

Partindo de uma visão diferente daquela proposta por Marx, Durkheim (1999) não via na desigualdade social um problema a ser superado a partir de esforços coletivos, como a luta de classes, por exemplo. Para ele, as desigualdades verificadas nas sociedades modernas eram uma consequência do industrialismo nascente, que experimentava o avanço da esfera econômica em detrimento de outras esferas tradicionais como a social e a religiosa. Esse novo modo de organização social favorecia ao declínio de uma moral tradicional e, como consequência, colocava a sociedade em um estado de desorganização social, classificado por ele como o estado de anomia, na qual a dissolução de antigos laços sociais e a desigualdade aparece como um dos sintomas (Cf. DURKHEIM, 1999).

A solução para o problema das desigualdades, para Durkheim (1999), estava no próprio desenvolvimento do industrialismo e no avanço da divisão do trabalho, que permitiria a construção e a reprodução de uma moral social (solidariedade orgânica) que regulamentaria as relações profissionais e, como consequência, todas as demais relações sociais, permitindo a integração dos indivíduos em sociedade (Cf. DURKHEIM, 1999; NASCIMENTO, 2003).

Considerado como o primeiro dos autores clássicos a fugir de uma visão puramente econômica da desigualdade social, Weber (2008) problematizou as causas da desigualdade social na moderna sociedade capitalista e a consequente estratificação social que dela decorre a partir de três dimensões: a classe, o *status* e o poder dos indivíduos. De acordo com este modelo, nas sociedades modernas os pobres não apenas se encontram privados de recursos econômicos, mas não possuem, também, poder político relevante nem prestígio social, acarretando, assim, uma posição inferior na hierarquia social (Cf. WEBER, 2008; PAUGAM, 2003).

Nesse caso, para Weber (2008), as desigualdades sociais decorrem do esquema de estratificação social que, nas sociedades industrializadas, passa a privilegiar a esfera econômica (classe), em detrimento do esquema de estratificação antigo, no qual predominava o prestígio advindo dos antigos estamentos.

Simmel, por sua vez, é considerado como o primeiro dos autores clássicos da sociologia a problematizar, de fato, a questão da pobreza. Enquanto os demais autores falavam de desigualdades e das questões políticas ligadas a elas, Simmel buscou construir um corpo teórico explicativo do fenômeno da pobreza. Para ele, somente deveria ser considerado pobre aquele indivíduo que não conseguia mais obter recursos para sua sobrevivência sem a ajuda de outros, especialmente do Estado. Assim, para ele, é a assistência que alguém recebe

publicamente da coletividade que determina a sua condição sociocultural de ser pobre (Cf. PAUGAM, 2003; LEAL, 2008). O fato de passar a receber ajuda do Estado para manter sua sobrevivência, de acordo com Simmel, faz com que a identidade do indivíduo sofra modificações em função do critério desvalorizado e estigmatizado de participação que o indivíduo apresenta (Cf. LEAL, 2008).

A partir da concordância de que o problema das desigualdades era produto de fatores econômicos, sociais e políticos, os estudos que tratavam dessa temática buscaram focar suas discussões no fenômeno da pobreza, identificada como a mais grave e imediata conseqüência das desigualdades.

Compreendida como a situação na qual indivíduos e grupos não conseguem obter os meios necessários à sobrevivência, em função da desigualdade no acesso aos bens econômicos produzidos em sociedade (Cf. NASCIMENTO, 2003; ROCHA, 2006), a noção de pobreza mostrava-se bastante imprecisa, uma vez que não indicava quais necessidades podiam ser consideradas básicas para a sobrevivência do indivíduo, dando ao conceito um caráter bastante relativo.

Independentemente do aparato teórico-metodológico utilizado, verifica-se que durante muito tempo o trabalho consistiu em *medir* a pobreza, estabelecendo sob quais características determinados indivíduos ou grupos poderiam ser considerados pobres. Normalmente, esse trabalho era realizado com o apoio de ferramentas estatísticas. Este exercício quantitativo, porém, mostrou-se insuficiente devido à variedade dos contextos sociais e culturais onde a pobreza está sendo medida (Cf. PAUGAM, 2003; ROCHA, 2006). Diversos autores passaram então a criticar o conceito de pobreza, principalmente devido ao caráter exclusivamente econômico do termo, referindo-se apenas à precariedade de recursos materiais, negligenciando outros aspectos relacionados à fragilidade dos indivíduos e grupos sociais localizados à margem do desenvolvimento econômico.

Como conseqüência das limitações atribuídas ao conceito de pobreza, diversos estudos buscaram desenvolver idéias que permitissem abordar questões até então não discutidas no debate a respeito da pobreza. Em suma, pretendia-se retirar o caráter estático e essencialmente econômico da condição de pobreza e revelar a dinâmica dos processos subjacentes ao afastamento de indivíduos e grupos sociais do acesso aos bens materiais e simbólicos. Nesse contexto emergem as primeiras idéias acerca da exclusão social.

A utilização do termo “exclusão social” é normalmente atribuída a René Lenoir para indicar um fenômeno que não seria de ordem individual, fruto de inaptações e inferioridades, mas social, encontrando como causas principais o processo de urbanização, a precariedade do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços. Todos esses problemas, de acordo com Lenoir, poderiam levar a uma ruptura dos vínculos sociais que ligam o indivíduo à sociedade, provocando o fenômeno da desintegração social (Cf. VÉRAS, 1999; WANDERLEY, 2007; LEAL, 2004, 2008; PAUGAM, 2004).

Verifica-se que o conceito de exclusão, ao contrário das idéias em torno da pobreza, buscou dar conta de outros aspectos da fragilidade dos indivíduos e dos grupos socialmente desvalorizados. Os sentidos da idéia de exclusão indicam não um estado ou categoria do indivíduo, mas revela um processo multifacetado e polissêmico, composto por diversas variáveis. É nesse contexto de análise que o fenômeno da exclusão social passa a ser relacionado tanto com as condições materiais quanto simbólico/culturais dos indivíduos e grupos sociais.

Dentro de um novo aporte teórico e metodológico, o conceito de exclusão buscou traduzir as dificuldades e as desigualdades que parcela de uma população apresenta no acesso às oportunidades econômicas, sociais e culturais, distribuídas pelo Estado, pelo mercado ou pela sociedade civil (Cf. CAVALCANTI, 2008). Nesta nova lógica, considera-se que a exclusão está inserida numa estrutura social complexa, impactando nas relações sociais.

De acordo com Paugam (2004), o principal avanço da noção de exclusão social em relação ao conceito de pobreza é a possibilidade de abordar a questão da integração dos indivíduos com a sociedade. Segundo o autor, para além das dificuldades materiais que a situação de pobreza impõe aos indivíduos, ela pode, eventualmente, acarretar no rompimento dos três vínculos sociais básicos que ligam o indivíduo à sociedade: os vínculos familiar, profissional e institucional. E, de acordo com o autor, é a perda desses vínculos que caracterizaria o processo de exclusão social (Cf. PAUGAM, 2004).

Dessa forma, verifica-se que o conceito de exclusão social buscou ir mais além do que as idéias a respeito das desigualdades e da pobreza. O conceito de exclusão, ao explorar o fenômeno da desintegração do indivíduo com a sociedade, passou a focar as dimensões simbólicas e identitárias subjacentes à situação de vulnerabilidade dos indivíduos. Para Nascimento (2003), o conceito de exclusão não é um sinônimo do conceito de desigualdade

ou de pobreza. Ele estaria mais próximo, por oposição, do conceito de coesão social, no sentido de que a exclusão ocorre como resultado de uma rede de rupturas dos vínculos sociais, acarretando na desintegração do indivíduo com os demais membros da sociedade.

De forma semelhante, Burstyn (2003) destaca que o conceito de exclusão social encontra fundamento nas formas agudas de desigualdade social, que refletem uma radicalização das diferenças entre os indivíduos. Segundo o autor, para que se caracterize, de fato, a situação de exclusão social, não basta que o indivíduo seja pobre, “mas é preciso que se estabeleça uma desnecessidade daquele que está em condição de inferioridade na hierarquia social” (Burstyn, 2003, p.28).

Dessa forma, a figura do excluído não pode ser comparada com a do antigo pobre, ou seja, aquele que tem dificuldades de acesso aos bens econômicos e simbólicos disponíveis numa determinada sociedade. O excluído não se encontra simplesmente à margem, à espera de uma oportunidade. Ele está fora do sistema econômico e social, não tem acesso ao mercado de trabalho nem perspectiva de integração (Cf. BURSZTYN, 2003).

Apesar dos avanços em relação ao conceito de pobreza, o conceito de exclusão passou, também, a sofrer críticas quanto a sua utilização (Cf. MARTINS, 1997, 2002; VERAS, 2003; OLIVEIRA, 1997; PAUGAM, 2003, 2004). Principalmente por ser largamente empregado para dar conta de fenômenos variados, tornou-se um conceito vazio de significados, reunindo sob o mesmo termo as pessoas e grupos que são abandonados, discriminados e, por isso, considerado equivocado, atrasado e desnecessário.

De acordo com Martins (1997, 2002), o termo exclusão social buscou fazer oposição e substituir o conceito de pobreza. Todavia, segundo o autor, o conceito de exclusão revelou-se sem poder explicativo. Os problemas que comumente estão relacionados com o que se convencionou a chamar de exclusão social – insuficiência de rendimentos, desemprego, acesso precário à justiça –, na verdade, destaca Martins (1997, 202), são problemas causados por uma inclusão precária, instável e insuficiente dos indivíduos na sociedade capitalista. Segundo o autor, faz parte da lógica capitalista excluir os indivíduos e desenraizá-los, para, em seguida, reincluí-los na sociedade de mercado segundo as próprias regras do mercado. É assim que os indivíduos conseguem a sua reinclusão econômica de forma precária e degradante, mas que o conceito de exclusão aborda de forma problemática e incompleta (Cf. MARTINS, 1997, 2002).

A idéia de que a exclusão, na realidade, significa uma inclusão perversa está presente na definição de *O Ornitórrinco*, de Francisco de Oliveira (2006). De acordo com o autor, nos chamados países de modernização periférica, a existência de grandes contingentes populacionais em situação de pobreza não decorre de uma falha no processo de desenvolvimento, contornável a partir do crescimento econômico e de uma eventual redistribuição das riquezas. Na verdade, a existência de pobres segue a lógica do “exército de reserva”, servindo para o barateamento dos custos da reprodução da força de trabalho, estando, portanto, na base da produção capitalista (Cf. OLIVEIRA, 2006).

Com base no raciocínio de que o problema não estaria exatamente na exclusão, mas na inclusão perversa de grandes contingentes populacionais ao sistema produtivo capitalistas, muitos autores passaram a criticar o conceito de exclusão. De acordo com Oliveira (1997), o termo *exclusão* tem sido amplamente utilizado para designar tipos diversos de desigualdades, inaptações e injustiças sociais. Não está claramente delineado para quais casos específicos o termo deve ser empregado. É o caso, por exemplo, de indivíduos que se encontram incorporados ao mercado de trabalho, que não apresentam dificuldades materiais, mas que não se encontram efetivamente integrados na sociedade por questões culturais e/ou raciais.

Uma definição que parece ser adequada para o fenômeno da exclusão é dada pela posição do indivíduo no mercado de trabalho. Diversos autores buscaram analisar a exclusão a partir da perspectiva de integração do indivíduo com a sociedade a partir do trabalho (Cf. OLIVEIRA, 1997; CASTEL, 1998; PAUGAM, 2003; NASCIMENTO, 2003; LEAL, 2008).

Oliveira (1997), por exemplo, defende que o termo *exclusão social* seja guardado para indicar, em primeiro lugar, a situação daqueles indivíduos ou grupos sociais que, devido à fase avançada de *afastamento do mercado de trabalho*, já teriam se tornados desnecessários economicamente e, por isso, já não ocupam um papel relevante na sociedade. Em segundo lugar, o termo exclusão deve ser reservado aos grupos sociais que sofrem permanentemente do estigma social. Devido à irrelevância social apresentada por estes excluídos, e por serem considerados fora dos padrões normais de sociabilidade, passam a ser vistos como uma ameaça à ordem social, sendo passíveis de serem eliminados (Cf. OLIVEIRA, 1997). Chama-se a atenção, portanto, para os aspectos da desintegração social causados pela perda de capacidade produtiva dos indivíduos, fazendo-se necessário identificar e analisar o processo de exclusão, que tem início no afastamento do mercado de trabalho e culmina na perda de determinados vínculos sociais, criando impactos na identidade dos indivíduos.

Nas palavras de Rizek (1998), trata-se de entender o trabalho não apenas como meio de obtenção dos recursos econômicos, mas compreender que é o trabalho quem “define o eixo das relações sociais, como processo que origina as configurações culturais, simbólicas e identitárias” (Rizek, 1998, p.12). De forma semelhante, Nascimento (2003) defende que o conceito de exclusão somente tem sentido quando utilizado para designar o processo múltiplo, simultaneamente econômico que tem início com a expulsão do mercado de trabalho, cultural, de representação específica de não-reconhecimento ou negação de direitos, e social, que diz respeito à ruptura dos vínculos societários (Cf. NASCIMENTO, 2003).

O debate a respeito da exclusão social mostra que, neste conceito, devem ser abordados não apenas os aspectos de privação econômica, política ou simbólica. Devem ser discutidas, sobretudo, as situações onde os indivíduos, por não terem mais um lugar na sociedade de produtores, tornam-se desnecessários economicamente e, em decorrência disto, desnecessários socialmente. A noção de exclusão social significa, portanto, o processo de rupturas dos vínculos societários, iniciadas com o afastamento do mercado de trabalho, e responsável pela desintegração entre os indivíduos e a sociedade.

Uma das principais contribuições de Robert Castel (1998) nos debates a respeito da ‘exclusão’, foi revelar o processo que empurra a massa de indivíduos para fora das esferas produtivas, acarretando em mudanças não apenas no campo da economia, como também nos campos social e cultural. Crítico do conceito de exclusão, em face principalmente pela heterogeneidade de usos que o conceito permite, mas também pelo sentido estático que o termo representa, Castel (1998) elaborou o conceito de desfiliação.

Analisando as posições dos indivíduos na *sociedade salarial*, enfatiza que as mudanças ocorridas na esfera do trabalho, como por exemplo, o fechamento de postos de trabalho, o subemprego e a informalidade, causam transformações nas vidas das pessoas que se encontram no centro da precarização, bem como em toda a sociedade. Baseando-se nessa argumentação, ele parte de análises relativas à esfera da economia, revelando impactos desse processo de desfiliação nos campos do social e da cultura. De acordo com o autor:

A desfiliação, tal como a entendo, é, num primeiro sentido, uma ruptura desse tipo de relação às redes de integração primária; um primeiro desatrelamento com respeito às regulações dadas a partir do encaixe na família, na linhagem, no sistema de interdependências fundadas sobre o pertencimento comunitário. Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar sua proteção. (Castel, 1998, p.50).

Assim, a desfiliação não é entendida como um estado particular do indivíduo, que sofre por não conseguir espaço na sociedade de produtores, mas ao contrário, é um processo complexo, que abrange toda a sociedade provocando mudanças no centro das relações sociais.

De forma semelhante, Paugam (2003, 2004 e 2007) também se apresenta crítico quanto ao uso do conceito de exclusão. Para o autor, a noção de exclusão sustenta que os excluídos constituem um grupo relativamente homogêneo, cujos indivíduos apresentam práticas culturais semelhantes e que permanecem desprovidos de possibilidades de reação. Na verdade, destaca o autor, aqueles chamados de excluídos representam situações heterogêneas, mas que, quando reagrupados em bairros socialmente deteriorados podem reagir à desaprovação social, tentando preservar ou resgatar sua legitimidade cultural e sua inclusão no grupo (Cf. PAUGAM, 2003).

Buscando definir sociologicamente o fenômeno da pobreza, Paugam (2003) opta por chamar de *desqualificação* o processo de deterioração das identidades sociais dos indivíduos que, após perderem seus empregos e passarem a manter relações com a assistência social, perdem progressivamente a capacidade de desenvolver atividades produtivas e socialmente reconhecidas, tornando-os cada vez mais dependentes dos benefícios de assistência social oferecidos pelo Estado.

A desvalorização e o sentimento de humilhação por parte dos que necessitam recorrer aos serviços de assistência social podem, em última instância, acarretar a ruptura de laços familiares e sociais, que representam a base da solidariedade social (Cf. PAUGAM, 2007). Para o autor, os indivíduos auxiliados pelos serviços de assistência social buscam “negociar a inferioridade do seu status” (Paugam, 2003, p.60), ou seja, apesar de estarem se tornando dependentes do Estado, buscam, no plano da identidade, formas de resistência simbólica aos procedimentos de designação e rotulagem. O conceito de desqualificação social, portanto, busca substituir os conceitos de pobreza e exclusão revelando o processo contínuo de deterioração das identidades sociais que, normalmente, ocorre com a perda de empregos e a dependência da assistência social conferida pelo Estado.

Ao buscar revisar antigos conceitos como pobreza e exclusão, o conceito de desqualificação não pretende negá-los a existência. No entanto, procura delimitar teórica e empiricamente o fenômeno ao qual se refere: ao sofrimento experimentado por indivíduos que, progressivamente, perdem seu espaço no mundo do trabalho e, como conseqüências, tornam-se pobres, por não terem direito ao salário, e ao mesmo tempo, excluídos, por terem

negada a sua participação plena na sociedade. É assim que o conceito de desqualificação revela as duas faces de um mesmo problema: as dificuldades de acesso aos bens materiais e os dramas simbólicos experimentados por quem vive o processo gradual de perda de identidades na sociedade.

Simmel afirmava que a pobreza deveria ser definida a partir da relação do indivíduo com a assistência social dada pelo Estado, somente devendo ser considerado pobre aquele indivíduo que, por não dispor de meios próprios para manter sua sobrevivência, dependia dos recursos do Estado para suprir suas necessidades básicas (Cf. IVO, 2008).

A concepção de pobreza de Simmel, largamente utilizada por Paugam (2007), mostra-se válida para o contexto europeu, onde foi construída, uma vez que obedece à lógica de considerar pobre o indivíduo que não consegue obter os recursos necessários à sua sobrevivência com recursos próprios, dependendo, portanto, da intervenção do Estado. A definição de pobreza nos moldes propostos por Simmel torna-se quase inviável no contexto dos países subdesenvolvidos porque estes quase nunca contam com uma cobertura adequada de suas necessidades, via Estado. Portanto, nos países subdesenvolvidos, há uma massa de indivíduos cujas necessidades básicas não são atendidas e, mesmo assim, não dependem das políticas e assistência, pois as mesmas não existem. Dessa forma, ao optar por definir o pobre como aquele que é dependente da assistência social fornecida pelo Estado, perde-se a possibilidade de definir a pobreza nos contextos de ausência do Estado de bem-estar social.

Paugam (2007), ao basear-se na sociologia da pobreza construída por Simmel e buscar “definir sociologicamente a pobreza a partir da relação da assistência” (Paugam, 2007, p.68), perde, igualmente, a condição de avaliar a pobreza nos países subdesenvolvidos. Apesar disso, alguns aspectos do conceito de desqualificação mostram-se absolutamente interessantes para a análise da pobreza nos países subdesenvolvidos e, logicamente, no Brasil. Isto porque o conceito de desqualificação traz uma noção de processo: até tornar-se pobre, ou seja, sem contar com os recursos mínimos para suprir suas necessidades básicas senão através da intervenção do Estado, o indivíduo passa por diversas fases no processo de desqualificação que, em geral, começam pela perda do emprego e o afastamento gradual do mercado de trabalho. O processo de desqualificação é definido, portanto, em três fases: a fragilidade, a assistência e a marginalidade (Cf. Paugam, 2003).

De acordo com Paugam (2003, 2007), a partir do momento em que necessita buscar auxílio da assistência social, o indivíduo passa por um processo contínuo de deterioração de

sua identidade, devido principalmente ao sofrimento de sentir-se incapaz de prover seu próprio sustento e por não contribuir positivamente para a sociedade, apresentando uma existência intolerável para o conjunto da sociedade. A identidade do indivíduo passa, então, a ser reconstruída principalmente em função do tempo de duração da relação com a assistência social. Quanto mais tempo dura essa relação, mais deteriorada fica a identidade do indivíduo, sendo representada por três fases distintas no processo de desqualificação.

A primeira fase é classificada como a dos *fragilizados*, sendo constituída principalmente por indivíduos que se beneficiam de uma intervenção pontual da assistência social. Isso quer dizer que esses indivíduos ainda possuem algum tipo de rendimento, mas, devido à incerteza, à irregularidade ou à insuficiência de rendimentos, faz com que eles mantenham certa distância em relação à assistência social. É o caso, por exemplo, de trabalhadores temporários que buscam auxílio apenas para complementar a renda ou de recém-desempregados, que buscam auxílio durante o tempo em que estão afastados do mercado de trabalho.

A segunda fase é a dos *assistidos*, composta por indivíduos que se beneficiam de uma intervenção social relativamente intensa, cujos rendimentos provêm unicamente da proteção social oferecida pelo Estado. Os indivíduos que fazem parte desta categoria são, geralmente, aqueles que em decorrência de deficiências naturais nunca fizeram parte do mercado de trabalho, ou aqueles que perderam o emprego e, após tentativas improfícuas de reinserção no mercado de trabalho, tornaram-se dependentes do Estado.

A terceira fase é formada pelos chamados *marginalizados*, indivíduos que não dispõem de renda oficial alguma, nem de empregos parciais nem da assistência social. Fazem parte desta categoria os moradores de rua e os indigentes que, devido ao alto grau de afastamento das instituições sociais, não podem ser localizados/cadastrados pelo serviço de assistência social. Esta representa, portanto, a fase mais aguda do processo de desqualificação.

Verifica-se, portanto, que o conceito de desqualificação social aborda a questão da precarização dos indivíduos a partir do aspecto subjetivo representado pela capacidade produtiva do indivíduo no mundo do trabalho. Desse modo, ao optar utilizar o conceito de desqualificação no lugar de antigos conceitos como pobreza e exclusão social, obtêm-se a dupla vantagem de, por um lado, destacar a centralidade do trabalho na determinação de uma hierarquia social e, por outro lado, escapar da rotulação unívoca de considerar como pobre ou excluído apenas aqueles que não têm emprego.

Fazer uso do conceito de desqualificação social no contexto de países que não apresentam o modelo de bem-estar social acarreta um problema estrutural relativo ao conceito: como analisar o processo de desqualificação, com suas três fases consecutivas, sem a possibilidade da inclusão da variável *grau de dependência da assistência social*? Como constatar que um indivíduo é *dependente* se ele jamais pôde contar com uma rede de assistência social oferecida pelo Estado? Deste modo, a ausência de cobertura social ameaça que o uso do conceito de desqualificação fique restrito aos países chamados desenvolvidos, restando para a análise dos países subdesenvolvidos antigos conceitos como o de pobreza absoluta ou de exclusão.

O que é importante no conceito de desqualificação social é que ele retira o caráter supostamente objetivo do conceito de pobreza, traduzido sempre pela insuficiência de recursos materiais e simbólicos, em favor de uma subjetividade da pauperização. Ou seja, o conceito de desqualificação, ao revelar a existência de fases que correspondem à posição do indivíduo em relação ao emprego e, na ausência deste, à assistência social, demonstra, na verdade, o processo de deterioração das identidades causado pelo enfraquecimento dos vínculos mantidos entre os indivíduos e o mundo do trabalho.

Deste modo, o conceito de desqualificação mostra-se útil e inovador ao tomar como foco não o aspecto puramente material do desemprego ou do subemprego, mas o sofrimento sentido por estes trabalhadores que, alijados de suas funções produtivas, afastam-se cada vez mais da vida social. É assim que, para o conceito de desqualificação, não importam indicadores tradicionais de pobreza como a renda do trabalhador, quais bens possui ou qual o seu grau de instrução. Importa, na realidade, analisar o seu auto-reconhecimento numa sociedade que classifica seus indivíduos muito em função da sua posição socioprofissional.

Apesar da importância conferida pelo conceito de desqualificação ao mundo do trabalho, seria injusto afirmar que Paugam (2003, 2007) adota como referência única o *status* de emprego/desemprego na definição da condição identitária do indivíduo. Antes, o conceito de desqualificação permite justamente conhecer as situações dos trabalhadores que, mesmo tendo perdido seus empregos estáveis, buscam resistir ao aprofundamento da desqualificação por meio da participação em trabalhos não-convencionais, como os trabalhos temporários, os bicos e a informalidade. É nesse sentido que tem lugar a fase da *fragilidade*. O trabalhador, geralmente recém-desempregado, busca manter seu *status* de trabalhador e, conseqüentemente, sua auto-valorização, por meio da execução de trabalhos outros que,

apesar de não terem o prestígio e o reconhecimento do emprego estável, disfarçam, ao menos temporariamente, o drama vivido pelo *estigma* de ser um desempregado. Assim, o que está em jogo no conceito de desqualificação não é somente a questão da sobrevivência material, mas a preservação da identidade do trabalhador, daquele que luta para mostrar-se ainda útil para uma sociedade acostumada a classificar os seus membros em função de sua posição profissional.

De acordo com a tipologia enunciada por Paugam (2003; 2007), os indivíduos que perdem seus empregos formais (mais adiante, no capítulo 2, serão discutidos os conceitos de formalidade e de informalidade. Por ora, deve-se entender por emprego formal aquele que é regido por contratos trabalhistas legais, com benefícios como carteira de trabalho e salário previamente definido) passam a buscar sua sobrevivência material e simbólica fazendo pequenos trabalhos temporários. Segundo Paugam (2003), esta é a primeira tentativa do indivíduo de resistir à humilhação de depender da assistência social para a sobrevivência (Cf. PAUGAM, 2003). Quando se esgotam as possibilidades de continuarem exercendo os subempregos – seja porque estes trabalhadores não têm mais condições físicas de trabalhar, seja porque não há mais trabalhos a fazerem ou, ainda, porque os rendimentos conseguidos por estes trabalhos não são suficientes – o trabalhador desempregado tende a recorrer aos auxílios oferecidos pelo Estado, entrando, assim, na segunda fase do processo de desqualificação.

Ora, se nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, não há uma cobertura universal de políticas sociais, os trabalhadores desempregados não podem contar com o auxílio do Estado, não podendo, por conseqüência, tornarem-se dependentes. Resta a estes trabalhadores ou continuarem exercendo atividades no setor informal, ainda que de forma precária e insuficiente, ou passarem imediatamente à fase da marginalidade, quando os laços sociais são rompidos de forma definitiva (Cf. PAUGAM, 2003). É neste sentido que as práticas de trabalho informal assumem um papel primordial nos países subdesenvolvidos, não apenas como fator que proporciona a subsistência dos trabalhadores desempregados e de seus familiares, mas também como mantenedor das identidades laborais (mais adiante, no capítulo 3, serão discutidas questões relativas ao papel das profissões na formação das identidades sociais).

Portanto, discutir a situação dos trabalhadores que são progressivamente empurrados para a esfera da inatividade numa sociedade que, cada vez mais, exige a participação dos

indivíduos na produção e na reprodução material, como o faz o conceito de desqualificação, mostra-se absolutamente relevante. E é exatamente neste sentido que o conceito de desqualificação ganha lugar neste estudo: não como o quadro fiel daqueles que, incapazes de manterem-se nos seus empregos, passam a depender da assistência social e a experimentar o sofrimento de ser um inútil para o conjunto da sociedade. Mas, antes disso, um retrato daqueles trabalhadores(as) que tentam resistir ao aprofundamento da desqualificação através da inserção no mundo do trabalho informal. Daqueles trabalhadores “fragilizados”, no sentido exato atribuído ao termo, que se sujeitam às formas precarizadas de trabalho contemporâneo na tentativa de manterem suas identidades de produtores numa sociedade que, apesar de conhecer formas degradantes de trabalho, não aboliu seus indivíduos da exigência do trabalho.

É neste sentido, portanto, que o conceito de desqualificação revela-se útil na discussão a respeito da precariedade dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, relacionando as formas da pobreza com a centralidade que a categoria *trabalho* desempenha na organização social. Definir a posição social do indivíduo a partir da sua relação com o mundo do trabalho mostra-se importante na medida em que se aceita a hipótese de que o trabalho é um elemento fundamental na organização social, e que a partir dele estruturam-se as demais esferas sociais. É com base nessa premissa, por exemplo, que Castel (1998) afirma que uma crise no mundo do trabalho, como é vista contemporaneamente, significa uma crise na sociedade de forma mais ampla, uma vez que uma crise no emprego não afeta apenas os trabalhadores, mas toda a estrutura social (Cf. CASTEL, 1998).

CAPÍTULO II

DEBATES SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO E A PARTICIPAÇÃO NA INFORMALIDADE

Nas modernas sociedades capitalistas, nas quais os recursos materiais necessários à sobrevivência humana geralmente são obtidos por meio do dinheiro, o *trabalho* tem aparecido como elemento fundamental nos debates a respeito das desigualdades. Tradicionalmente, relaciona-se o trabalho, ou a ausência deste, com a posição que os indivíduos ocupam no sistema de estratificação social, fazendo com que a posição social dos indivíduos seja determinada em função de sua posição profissional. Este é o panorama geral do sistema de estratificação das atuais sociedades de classe.

Todavia, apesar de o trabalho aparecer como o principal determinante da posição social dos indivíduos, deve-se sublinhar que o mesmo não pode ser resumido, de forma instrumental, ao meio cujos indivíduos recorrem para alcançar determinadas posições sociais. O trabalho, de forma mais ampla, representa uma forma privilegiada de inscrição na estrutura social, não se limitando, portanto, a uma técnica de produção ou somente a uma função desempenhada pelo indivíduo (Cf. CASTEL, 1998).

Baseado nesta premissa, o trabalho tende a ser reconhecido como o elemento estruturador de toda a organização social, responsável pela produção e reprodução das dimensões econômicas, políticas e sociais, que permite a integração dos indivíduos em sociedade e, ainda, torna-se a base da definição identitária dos indivíduos. Esta é a tese da centralidade do trabalho, defendida pelos autores da *sociedade do trabalho*, *sociedade de produtores ou sociedade industrial*.

A idéia da centralidade do trabalho não é nova. Os pensadores clássicos da sociologia, principalmente Marx, Durkheim e Weber, cada um ao seu modo, basearam suas análises a partir da crescente influência do trabalho industrial, predominante no século XIX, criando, assim, a base teórica da tese da centralidade do trabalho.

Depois dos clássicos, tomando como base a premissa clássica de que o trabalho fundava e estruturava as modernas sociedades industriais, autores contemporâneos como Lukács (*apud* Organista, 2006; Antunes, 2007) e Castel (1998) colaboraram no desenvolvimento das idéias

da centralidade do trabalho contemporâneo, buscando demonstrar que, apesar da diversificação das esferas sociais, a categoria trabalho continuava a influenciar a estrutura social, mantendo-se como elemento central e privilegiado da análise sociológica contemporânea.

O debate a respeito da centralidade do trabalho ganhou novos contornos a partir da década de 1970, quando o mundo experimentou a chamada “crise do trabalho”, originada com a crise econômica, pelo crescimento do desemprego e, junto com eles, a erosão das formas tradicionais de trabalho em favor da multiplicação das formas atípicas e precarizadas de trabalho. Essas mudanças levaram a autores como Gorz (*apud* ORGANISTA, 2006), Habermas (*apud* Organista, 2006; Antunes, 2007) e Offe (1989) a questionarem a capacidade da categoria trabalho em continuar influenciando a organização social e, principalmente, conferindo elementos para a constituição das identidades dos indivíduos e da capacidade de integração social, levando Gorz, por exemplo, a sentenciar o “fim do trabalho”.

O surgimento das novas e atípicas formas de trabalho passou a ser apontado, então, como o produto da passagem de uma sociedade baseada no modelo fordista de produção para o chamado modelo pós-industrial, pós-fordista ou de acumulação flexível (Cf. OFFE; 1991; KUMAR, 1997; HARVEY, 2008), que apontava para a reconversão de forças no desenvolvimento de atividades consideradas pós-industriais, como o setor de serviços, por exemplo. Constatava-se, dessa maneira, o esgotamento de um modelo tradicional de trabalho, e de sociedade, e o surgimento de novas formas de trabalho e de sociabilidade. Neste contexto, perguntava-se se o trabalho continuaria a existir enquanto elemento central na organização social.

Apesar do pendor para os argumentos do “fim do trabalho”, autores como Castel (1998), Sorj, (2000), Antunes (2004) e Organista (2006), por exemplo, passaram a defender que, de fato, as mudanças no regime de acumulação capitalista acarretavam em mudanças nas formas de trabalho e na influência do trabalho na organização social. Entretanto, argumentam também que o trabalho continua e continuará a ser um elemento central na organização social, tendo lugar ao lado de novas temáticas como as identidades, os sexos, os movimentos sociais, e outras, influenciando-se mutuamente (Cf. SORJ, 2000). Nesse caso, o processo de reestruturação capitalista, para esses autores, significava não o fim do capitalismo e a ascensão de um novo modelo econômico. Na realidade, era o próprio capitalismo que estava sendo reestruturado, a fim de continuar sua expansão e, deste modo, manter a sua hegemonia.

Neste contexto de mudanças do mundo do trabalho, o chamado *terceiro setor da economia*, que compreende principalmente o setor de serviços, passou a tornar-se uma categoria analítica privilegiada de análise, fazendo com que autores como Cacciamali (2000), Dedecca (1997), Barbosa (2008), Borges (2007), Druck (2007), entre outros, debruçem-se sobre as novas (e precárias) formas de trabalho na contemporaneidade para analisar como o trabalho vem abandonando o seu formato clássico para existir sob novas formas, muito embora permanecendo como elemento central da organização social. Neste novo panorama, as análises a respeito do trabalho informal ganham certa proeminência, principalmente pelo fato de a informalidade revelar-se uma atividade cujas características não são capitalistas, mas que, como será visto, surge no espectro da reestruturação capitalista e, portanto, serve aos propósitos de desenvolvimento do mesmo.

2.1 TESES SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O SEU FIM: DO TRABALHO CLÁSSICO ÀS FORMAS DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS

De acordo com Grint (2002), a sociedade ocidental contemporânea acostumou-se a ver o trabalho como um símbolo de valor individual, proporcionando prestígio, recompensa econômica e os meios de realização do autopotencial individual. De acordo com o autor, o trabalho sempre apareceu como atividade fundamentalmente humana, que conferia a especificidade do homem em relação aos demais animais. Todavia, com o advento do industrialismo, a noção de trabalho, antes abstrata, ficou predominantemente ligada à ocupação remunerada nas fábricas (trabalho assalariado), tornando o fato de “ter um emprego” a condição essencial de cidadania nas sociedades industriais do século XIX (Cf. GRINT, 2002).

De forma semelhante, Bauman (2006) destaca que a predominância do trabalho industrial influenciou na criação da chamada *sociedade de produtores*, termo usado para definir o modelo de sociedade do século XIX que classificava seus indivíduos como produtores, considerando que pleno emprego seria a chave para todos os problemas sociais, da sobrevivência individual e coletiva, das identidades pessoais, da ordem social e da reprodução sistêmica. Assim, uma boa sociedade, de acordo com os que defendem a sociedade de produtores, seria caracterizada como uma sociedade com postos de trabalho para todos e com uma função produtiva para cada um (Cf. BAUMAN, 2006).

A partir das colocações de Grint (2002) e de Bauman (2006), verifica-se que, com o advento do industrialismo, o trabalho, sobretudo o trabalho assalariado nas fábricas, tendeu a ser visto, cada vez mais, como elemento central na organização social, base fundamental a partir da qual emerge toda a estrutura social, política e cultural. Este é o chamado modelo de sociedade do trabalho, sociedade de produtores ou sociedade industrial.

É preciso destacar, contudo, que nem sempre o trabalho exerceu tamanha influência na constituição das sociedades. Até o início do século XIX, o trabalho era apontado como uma atividade indigna, ligada ao trabalho escravo, sendo necessário apenas para aqueles que não tinham outro modo de sobrevivência senão a força de seus braços. Por isso, somente trabalhavam aqueles indivíduos que se encontravam numa posição inferior da hierarquia social (Cf. CASTEL, 1998; GRINT, 2002; ORGANISTA, 2006).

O trabalho assalariado, portanto, aparecia nas sociedades pré-modernas, isto é, anteriores ao industrialismo/capitalismo, como algo contingente e desprestigiado, necessário à sobrevivência daqueles que não viviam de rendas e, por isso mesmo, dependiam da venda do seu tempo livre e da sua força física no trabalho para outrem. Somente com o fortalecimento do industrialismo, a partir do século XIX, o trabalho assalariado passou a ser progressivamente apontado como elemento importante da constituição da vida social.

Neste caso, é necessário enfatizar a polêmica existente entre as noções de *trabalho* e *emprego* que, apesar de muitas vezes serem utilizadas como sinônimos, na realidade, são essencialmente diferentes. O trabalho, de forma abstrata, tende a ser reconhecido como um fenômeno a-histórico, necessário e valorizado em todas as fases da vida humana, sendo apontado, freqüentemente, como o elemento que separa o homem dos demais animais, fundando a capacidade especificamente humana de criar e dominar a natureza. O emprego, de forma contrária, antes do industrialismo tendia a ser visto como um elemento de servidão, pois era preciso trabalhar para outro para conseguir a sobrevivência. No entanto, a partir do industrialismo, o emprego passou a ser progressivamente compreendido como trabalho assalariado, perdendo, por isso, o seu sentido negativo e emergindo como a principal forma de inscrição na tessitura social (Cf. GRINT, 2002; ORGANISTA, 2006; OFFE, 1989).

A sociologia clássica, em grande medida, foi responsável pela noção de centralidade do trabalho, a partir da qual este passou a representar um papel preponderante na organização social. Marx, Weber e Durkheim, cada um ao seu modo, tomaram a categoria *trabalho* como referência em suas produções teóricas. Enquanto Durkheim focou o trabalho como fonte de

solidariedade, integração e controle social, Marx abordou o trabalho como elemento de fragmentação e conflito nas sociedades capitalistas e Weber desenvolveu, a partir da noção de trabalho, a sua teoria da racionalidade e da burocracia (Cf. GRINT, 2002).

Em *Da divisão do trabalho social*, Durkheim (2004) defende a tese de que o trabalho, ou melhor, as funções sociais desempenhadas por cada indivíduo é a fonte de solidariedade, coesão e integração nas modernas sociedades industriais. Para o autor, existiriam dois tipos básicos de solidariedade, a *mecânica* e a *orgânica*, presentes de formas distintas nas sociedades e que se tornariam preponderantes dependendo do grau de desenvolvimento e da relação que os indivíduos mantêm nestas sociedades. A base dessa coesão entre os indivíduos e da integração social seria, pois, justamente o trabalho, revelando a divisão do trabalho como a causa da conseqüente solidariedade entre os indivíduos e da integração social. Durkheim (2004), portanto, acreditava que a divisão do trabalho nas sociedades industriais naturalmente estabilizaria a sociedade, cessando os conflitos e impulsionando os indivíduos à cooperação.

Assim como Durkheim, Marx também atribuiu à categoria trabalho o *status* de elemento central da organização social. Com base numa referência abstrata do trabalho, Marx (Cf. OFFE, 1989; ANTUNES, 2007b) considerava o trabalho como uma dimensão essencialmente humana, *locus* da criatividade e da liberdade. Para Marx, o trabalho, isto é, a capacidade do homem de produzir os meios necessários à sua subsistência, era o fator que distinguia o homem das outras espécies animais. Somente através do trabalho o homem poderia revelar a sua criatividade e realizar a sua atividade propriamente humana: a capacidade de produzir e de participar (Cf. GRINT, 2002).

Sztompka (1998) explica que, para Marx, a natureza humana é definida a partir de duas qualidades essenciais: a *participação* e a *criação*. A primeira diz respeito necessidade do indivíduo de viver em sociedade, participando ativamente das interações sociais. Desse modo, o homem somente é homem, ou seja, põe em atividade sua característica humana, quando vive em sociedade, interagindo com os demais indivíduos. A segunda diz respeito à necessidade essencial da natureza humana de se apropriar da natureza e, transformando-a, criar os objetos necessários à vida humana. Nesse sentido, o trabalho, entendido como transformação material da natureza, representa uma dimensão essencial da vida humana, donde a capacidade de criar seus próprios meios de sobrevivência é o que distingue a espécie humana das demais espécies animais (Cf. SZTOMPKA, 1998; RIUTORT, 2008).

Todavia, a partir do advento do trabalho industrial presente nas sociedades capitalistas, o trabalho perde a sua essência de liberdade humana, tornando-se, de forma antagônica, a causa das desigualdades e do conflito social. Para Marx, o processo de divisão e especialização do trabalho criava duas conseqüências fundamentais: a *alienação* e a *fetichização da mercadoria*. A primeira diz respeito à perda de controle do operário sobre o processo de produção, fazendo com que ele simplesmente troque a força de seu trabalho pelo salário, tornando-se destituído do produto final de seu trabalho; e a segunda diz respeito da incapacidade que o operário tem de reconhecer a mercadoria como o produto final de seu trabalho. No processo de produção, como cada trabalhador é responsável pela execução de apenas uma parte do produto, o trabalhador tende a não reconhecer naquele produto final a sua obra (Cf. RIUTORT, 2008). Agora, para Marx, somente por meio da superação do capitalismo, o trabalho poderia voltar a ser um elemento de liberdade da vida humana.

Também para Weber (2004), O trabalho aparece como referência fundamental na estruturação da sociedade moderna. Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, ele buscou demonstrar como o trabalho, baseado na racionalidade, na propensão para o lucro e no re-investimento, encontrava-se na base da constituição da sociedade moderna. De acordo com ele, era possível observar que os protestantes participavam mais ativamente das empresas capitalistas do que os católicos ou participantes de outras religiões e, para ele, essa ‘propensão’ dos protestantes podia ser explicada pela “peculiaridade espiritual inculcada pela educação, (...) a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa” (Weber, 2004, p.33). Assim, para Weber, o tipo de religião determinava, em grande medida, a escolha da profissão e o subsequente destino profissional dos indivíduos.

De acordo com Sztompka (1998), Weber atribui o interesse dos protestantes pelas coisas da vida material há dois elementos interconectados: o primeiro, que de acordo com a crença religiosa protestante, o cumprimento do dever em assuntos mundanos seria a forma mais elevada de atividade moral; em segundo lugar, havia a questão da predestinação: a obtenção da graça e da salvação no outro mundo seria resultado da absoluta e livre decisão de Deus, mas que o sucesso profissional poderia ser um indicativo da salvação de Deus (Cf. SZTOMPKA, 1998). Para Weber (2004), então, a postura protestante com relação ao trabalho, isto é, o trabalho racional, voltado para a acumulação e o re-investimento, estaria na base do capitalismo, seria, em suas palavras, o espírito do capitalismo.

A partir das referências dos clássicos em relação ao trabalho, é possível concluir o papel de destaque que o trabalho havia adquirido nas sociedades modernas, que seria exatamente estabelecer as condições tanto para a produção como para a reprodução social, a partir de uma racionalidade essencialmente humana, que permitia o domínio da natureza, a criação dos meios necessários à sobrevivência, a reprodução dos modos de vida e a integração social. Dessa forma, o trabalho passa a se constituir como o elemento fundamental a partir do qual se estrutura toda a sociedade, bem como todas as suas dimensões.

A idéia da centralidade do trabalho, constatada no pensamento dos clássicos, levou Offe (1989) a asseverar que, para os clássicos, o trabalho era o *fato social principal*, ou o *locus* principal de constituição das relações sociais nas modernas sociedades capitalistas. Assim, partindo da análise das sociedades burguesas, voltadas para a atividade econômica, impulsionada por sua racionalidade e abalada por conflitos trabalhistas, os clássicos identificam no trabalho assalariado a categoria chave para entender não apenas o mundo da produção, mas da sociedade de forma ampla (Cf. OFFE, 1989; ABRAMO, 1999).

A partir da produção teórica dos sociólogos clássicos, é possível constatar o movimento pelo qual o trabalho deixa de ser considerado como atividade indigna, reservada aos miseráveis, para tornar-se o principal elemento fundador da sociedade, apontado, também, como o principal suporte identitário dos indivíduos no capitalismo. Agora, somente através do trabalho, o indivíduo poderia se inscrever na tessitura social e, como não poderia ser diferente, a sua posição na estratificação social dependeria de sua posição no mundo do trabalho.

Para Organista (2006), no pensamento de Lukács o trabalho apresenta um lugar central na organização social porque, assim como em Marx, é o trabalho quem “permite o salto do ser meramente biológico para o social” (*apud* Organista, 2006, p. 127). Isto significa que, para Lukács, o trabalho aparece como mediador fundamental entre o homem e a natureza e somente através do trabalho o homem pôde fundar a sociedade, sendo impossível, portanto, pensar na existência da sociedade sem o trabalho (Cf. ORGANISTA, 2006).

Lukács, de forma ontológica, atribui tamanha importância ao trabalho que chega a classificá-lo como a *teleologia primária*, isto é, aparece como produto e mediador privilegiado da sociedade e do ser social. Dessa forma, somente a partir do trabalho, ou seja, da capacidade especificamente humana de transformar a natureza e, através de sua dominação, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, o homem fundou a sociedade, ao passo que as demais categorias sociais, como a sociabilidade, a divisão do trabalho, a

linguagem, a família, entre outras, foram chamadas de *teleologias secundárias*, porque igualmente influenciariam a organização social, mas já teriam surgido com o *status* de social devido à fundação primária do trabalho.

Deste modo, a centralidade dos papéis desempenhados pelas categorias secundárias não foram negligenciadas por Lukács, mas a importância e a autonomia destas somente puderam ser reconhecidas após a existência do trabalho. Desse modo, para Lukács, invariavelmente, o trabalho deve ser reconhecido como o principal elemento da constituição social.

A determinação da vida social com base no trabalho, como defendida por Lukács, é, na realidade, o resultado do seu desenvolvimento de algumas das principais idéias presentes em Marx. É o caso, por exemplo, da necessidade da sobrevivência como sendo o pressuposto básico da história humana, assim como, a idéia do trabalho como elemento estruturador de todas as demais esferas da sociedade. Assim, ao comentar acerca da centralidade do trabalho na fundação da organização social, Lukács buscou exatamente demonstrar a importância do trabalho como elemento fundador da sociedade (teleologia primária), mas não negligenciou os demais elementos da sociedade (teleologias secundárias), nem tampouco reduziu a sociedade ao trabalho.

Castel (1998), por sua vez, também defende a tese da centralidade do trabalho nas sociedades modernas (capitalistas). Para o autor, o trabalho não deve ser compreendido como simples técnica de produção, mas como um elemento privilegiado de inscrição na estrutura social. Isto porque, defende o autor, a partir do processo de industrialização, ocorrido na Europa do século XIX, as relações de trabalho que antes estavam circunscritas apenas no ambiente das fábricas, que tratavam apenas de relações de produção, passavam, na modernidade, a influenciar toda a sociedade e a reprodução social. De forma ampla, o trabalho passava, segundo o autor, a representar a única forma, e segura, do indivíduo obter sua cidadania na modernidade.

Assim, para Castel (1998), o trabalho revela-se essencial para o indivíduo não apenas com referência ao fator econômico, mas, também, psicológico, cultural e simbólico. É por meio da função produtiva que o indivíduo desenvolve os laços de solidariedade com os demais indivíduos e com a sociedade. Segundo o autor, o enfraquecimento desses laços gera conseqüências não apenas para aquele que está no centro da experiência da precarização do trabalho, mas causa impactos em toda a sociedade (Cf. CASTEL, 1998).

Com base nos escritos de Lukács e de Castel, verifica-se, portanto, que os argumentos a respeito da centralidade do trabalho na contemporaneidade, de maneira geral, defendem a tese de que o fenômeno do trabalho pode explicar diversos fenômenos da conduta, das atitudes e das orientações dos trabalhadores de forma ampla, bem como dos demais membros da sociedade. Entretanto, nem todos os autores contemporâneos aceitam a visão da centralidade do trabalho.

Um exemplo disto é a crítica à centralidade do trabalho elaborada por Habermas (*apud* Organista, 2006; Antunes, 2007a). De acordo com Organista (2006), Habermas não concorda com a assertiva marxista, e amplamente defendida por Lukács, de que o trabalho realiza o salto do ser biológico para o ser social.

Habermas argumenta que o trabalho sempre esteve presente na forma humana, mesmo na mais primitiva, considerada por ele como a forma dos hominídeos. Mesmo os hominídeos, segundo o autor, já conheciam e realizavam o trabalho, uma vez que eram caçadores/coletores. O trabalho, portanto, era anterior à *sociedade* e, por isso, não poderia ser apontado como fundador do ser social ou da sociedade (Cf. ORGANISTA, 2006).

Neste caso, cabe ressaltar o conceito de sociedade utilizado por Habermas. Para Antunes (2007a), sociedade, na teoria habermasiana, pode ser compreendida a partir do conceito de *mundo da vida*, que é

o lugar transcendental onde o que fala e o que ouve se encontram, onde eles podem reciprocamente colocar a pretensão de que suas declarações se adequam ao mundo (objetivo, social ou subjetivo) e onde eles podem criticar e confirmar a validade de seus intentos, solucionar seus desacordos e chegar a um acordo. Numa sentença: os participantes não podem *in actu* assumir em relação à linguagem e à cultura a mesma distância que assumem em relação à totalidade dos fatos, normas ou experiências concernentes sobre os quais é possível um mútuo entendimento (Habermas *apud* Antunes, 2007a, p.147).

Dessa forma, a sociedade, para Habermas, somente tem lugar quando os indivíduos passam a interagir, de forma intersubjetiva, através da comunicação. Os hominídeos, portanto, já conheciam o trabalho, mas nem por isso formavam uma sociedade, sendo a criação desta possível somente a partir da linguagem. Assim, para Habermas (*apud* Organista, 2006), diferentemente da postura defendida por Lukács, o trabalho não teria sido o elemento primordial que havia possibilitado a interação entre os homens, mas sim a linguagem, realizando o salto ontológico do ser biológico para o ser social.

Habermas, portanto, rejeita a idéia do trabalho como elemento primordial na passagem do ser biológico para o ser social. Na realidade, ao lado do trabalho, existe a linguagem, apontada por ele como elemento igualmente importante na fundação da sociedade. É assim

que, para ele, a existência da sociedade somente é possível a partir da dupla interação entre trabalho e linguagem, onde o primeiro responde pela produção e o segundo permite a distribuição desses produtos a partir da interação mediada pela linguagem. Isto é, em suma, o conceito do *agir comunicativo* de Habermas.

As críticas dirigidas à tese da centralidade do trabalho passaram a ser reforçadas a partir da década de 1970, quando o mundo experimentava a primeira grande crise econômica do pós-guerra. Do ponto de vista econômico, a crise foi marcada pela recessão econômica e, junto com ela, pelo surgimento do desemprego em massa e/ou pelo surgimento de novas e precárias formas de trabalho. Do ponto de vista institucional, sobretudo no que diz respeito aos empregos, a crise ganhou contornos mais graves, revelando-se não ser passageira e, independentemente da retomada do crescimento econômico (condição necessária para o (re)surgimento de novos postos de trabalho), o trabalho jamais recuperaria o seu *status* de elemento central na constituição da sociedade (Cf. OFFE, 1989).

De acordo com Offe (1989), as novas formas de trabalho que surgiam a partir da década de 1970 apontavam para que o “trabalho remunerado formal havia perdido a sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais” (Offe, 1989). Assim, acumulavam-se indícios, segundo o autor, que apontavam para o fim do paradigma da centralidade do trabalho.

Um dos primeiros autores a questionar a continuidade da influência do trabalho na constituição da sociedade frente às novas configurações do trabalho é André Gorz. De acordo com Organista (2006), até o início da década de 1970, Gorz defendia a idéia, bastante difundida desde os clássicos, de que a sociedade podia ser vista através do modelo da fábrica e, em consequência disto, a classe operária seria o único sujeito da transformação social revolucionária. Entretanto, a partir da década de 1970, Gorz abandonou tais idéias. (Cf. ORGANISTA, 2006).

Para Organista (2006), o abandono da suposição da centralidade do trabalho se deve ao fato que, para Gorz, a crescente inovação tecnológica, com o consequente aumento do desemprego estrutural, estava levando a uma crise do capitalismo nos países desenvolvidos. O resultado desta crise para o mundo do trabalho é a substituição da velha classe operária pelo que Gorz chamou de *não-classe-de-não-trabalhadores*, composta pelos indivíduos que foram expulsos do mercado formal assalariado, desempregados, trabalhadores em tempo parcial e

temporários, devido ao incremento do processo de automação e informatização (Cf. ORGANISTA, 2006).

Para Gorz, a crise fez o trabalho, na contemporaneidade, passar a significar tão somente uma atividade provisória, acidental e contingente. Desse modo, o trabalho, por contingente, deixava de ser o elemento fundamentador das identidades de classe e perdia, também, a sua força de integração social, passando a se constituir como fator de desintegração e, enfim, um problema social a ser superado (Cf. ORGANISTA, 2006).

Organista (2006) explica que Gorz fazia uma distinção entre trabalho e emprego. Aquilo que Gorz considerava como trabalho era o *trabalho social*, compreendido como trabalho assalariado ou emprego. Somente este era o tipo de trabalho que interessava ao capital e à organização social. As demais atividades, mesmo sendo tradicionalmente chamadas de trabalho, como o labor ou o trabalho para a subsistência, tinham para ele menor valor analítico (Cf. ORGANISTA, 2006).

A distinção entre o trabalho (emprego) e o trabalho (labor) criava, para Gorz, duas esferas de trabalho. Em primeiro lugar, o trabalho central, ocupado pelos trabalhadores formais, assalariados e socialmente protegidos. Em segundo lugar, o trabalho periférico, formada pela chamada não-classe-de-não-trabalhadores. Dessa forma, na contemporaneidade, o emprego continuava a ser “uma normal obrigação e fundamento dos direitos e da dignidade de todos. Todavia, diante da impossibilidade do pleno emprego para todos, restava a liberação dos trabalhadores no trabalho” (Organista, 2006, p.37).

De acordo com Organista (2006), para Gorz, a solução para a crise do emprego (e do capitalismo) era reduzir a quantidade de trabalho, minimizando, assim, os antagonismos entre as duas “classes” de trabalhadores e repensar a relação entre trabalho e vida, fazendo com que os indivíduos precisassem trabalhar menos para o capital e, em contrapartida, voltarem a achar no trabalho o desenvolvimento de suas habilidades culturais e cognitivas (Cf. ORGANISTA, 2006).

Deste modo, observa-se que, nos escritos de Gorz, a crescente precarização do trabalho, marcada pelo surgimento de atividades remuneradas que escapam das características tradicionais de trabalho, isto é, trabalho assalariado, com cobertura social e desenvolvido num *locus* determinado (a fábrica, por exemplo), fez com que Gorz sentenciasse o “fim do trabalho”, ou seja, fez com que o autor defendesse a idéia de que o trabalho, na contemporaneidade, não seria mais capaz de promover a integração social dos indivíduos nem

tampouco poderia libertá-los do reino das necessidades. Para ele, a crise do trabalho era, também ela, a crise do capitalismo, e agora, o mundo deveria diminuir sua dependência do trabalho.

A crise do trabalho experimentada a partir da década de 1970, que fizera Gorz anunciar o “fim do trabalho” influenciou, também, os escritos de Offe (1989). Para ele, a crise do trabalho e da sociedade do trabalho poderia ser analisada a partir de três dimensões: a primeira delas se refere à redução relativa da capacidade de absorção do mercado de trabalho e dos efeitos motivadores e disciplinadores do trabalho remunerado, fazendo com que os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho estejam ameaçados com o estigma do fracasso, do descartável. O problema é justamente que, atualmente, um contingente cada vez maior de trabalhadores está sendo expulso do mercado de trabalho, abalando seriamente o centro da referência da sociedade do trabalho, que é o emprego.

A segunda dimensão da crise da sociedade do trabalho é, em grande medida, consequência da primeira dimensão: um dos pilares da sociedade do trabalho é o Estado de Bem-Estar Social, que é mantido por meio dos tributos pagos pelos trabalhadores e tem a função de manter os direitos sociais desses trabalhadores bem como fazer a inclusão social daqueles que se encontram fora do sistema produtivo. O problema é que, com um número crescente de trabalhadores sem trabalho, a sustentação do Estado de Bem-Estar torna-se seriamente ameaçada (Cf. OFFE, 1989).

O terceiro e último aspecto da crise da sociedade do trabalho destacada por Offe (1989) é o que ele chama de diferenciação interna do trabalho remunerado. Segundo o autor, o trabalho tem assumido diferentes formas, não estando mais limitado à forma clássica do trabalho remunerado contratual e, destaca o autor, essas novas formas de trabalho tornam-se impróprias para a fundamentação da identidade, bem como para o desenvolvimento da consciência desses trabalhadores (Cf. OFFE, 1989).

Com base nessas três dimensões da crise do trabalho, Offe (1989) questiona se o trabalho continua a apresentar a mesma influência constatada desde os autores clássicos. Para ele, existem indícios de que o trabalho e a posição do trabalhador no processo produtivo não é mais tratado como o princípio organizador das estruturas sociais, de que a dinâmica do desenvolvimento social não é uma resultante de conflitos de dominação no plano empresarial, e de que a racionalidade capitalista industrial não é condutora da continuidade do desenvolvimento social (Cf. OFFE, 1989).

Deste modo, as três dimensões da crise do trabalho elencadas por Offe (1989) – os altos índices de desemprego, a crise do Estado de Bem-Estar Social e as novas e precárias formas de trabalho – apontam para o esgotamento do modelo explicativo da sociedade do trabalho. Apesar da validade do diagnóstico a respeito da situação do trabalho na contemporaneidade, entretanto, as hipóteses sobre o ‘fim da sociedade do trabalho’ (Cf. GORZ *apud* ORGANISTA, 2006; OFFE, 1989) estão longe de serem consensuais.

Apesar das incertezas quanto ao futuro do trabalho, muito em razão do crescimento das formas não-tradicionais de trabalho, verifica-se que diversos pensadores contemporâneos rejeitam a idéia do fim do paradigma da centralidade do trabalho, defendendo que, apesar da crise do trabalho e do surgimento das novas e precárias formas de trabalho, a sociedade não estaria caminhando para o “fim do trabalho”, mas, ao contrário, para uma reconversão das formas de trabalho. Isto significa que a sociedade, não obstante a multiplicidade de esferas, continua a apoiar-se, em grande medida, no trabalho. Todavia, as características tradicionais do trabalho são enfraquecidas, surgindo formas precárias e desregulamentadas de trabalho.

Autores como Sorj (2000), Antunes (2004; 2005; 2007; 2009), Borges (2007), Organista (2004), entre outros, defendem que, na realidade, a partir da crise da década de 1970 presencia-se o processo de reestruturação do capitalismo. Nesse caso, o trabalho não deixou, e nem deixará, de ser um elemento central da organização social, mas continua influenciando a sociedade por meio de novas (e precárias) formas.

De acordo com Sorj (2000), a tese da sociedade do trabalho, ou industrial, é que o trabalho constitui a principal referência que determina não apenas direitos e deveres inscritos diretamente nas relações de trabalho, mas principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida. A influência do trabalho nas diversas esferas da vida se deve, principalmente, porque o modelo da sociedade do trabalho incorporou as visões de mundo predominantes nas análises clássicas, cuja idéia era a de que a economia formava uma esfera central e socialmente diferenciada do conjunto da vida social (Cf. SORJ, 2000).

Desse modo, o modelo de sociedade do trabalho incorporou as idéias marxistas de que a economia formava a infra-estrutura, base sobre a qual se formava a superestrutura – organização política e social, a cultura e todos os demais elementos constitutivos da vida social – bem como a idéia de que a relação salarial seria o ponto de referência central, por intermédio do qual todos os demais aspectos da sociedade deveriam ser deduzidos (Cf. SORJ,

2000). A sociedade do trabalho incorporou, também, as idéias de Durkheim, especialmente a idéia de que o trabalho tinha o poder de integrar os indivíduos em sociedade, criando uma moral social.

É assim que, no sentido macrossociológico, o emprego desempenha a poderosa função de articular diferentes níveis do sistema social: as motivações individuais, as posições sociais e a reprodução ou integração sistêmica. Esse poder estruturador do trabalho, contemporaneamente, vem sendo questionado. O trabalho e a produção, argumenta-se, perderam sua capacidade de estruturar posições sociais, conflitos e padrões de mudança social. A sociologia do trabalho, subárea da sociologia que trata especificamente da influência do trabalho na organização social, ficou acuada entre dois movimentos teóricos distintos: um que continuou a insistir na validade de modelos explicativos tradicionais, especialmente os de inspiração marxista, apesar do reconhecimento da perda do seu poder explicativo; o outro que rapidamente abraçou as teses do chamado ‘fim do trabalho’, deslocando o interesse da sociologia para outras esferas da vida social (Cf. SORJ, 2000).

Sorj (2000), não aceita nenhum desses dois movimentos teóricos. Para a autora, o trabalho, na pluralidade das formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas, que continuam a depender da venda de seu tempo e de suas habilidades para seu sustento. E mais: segundo a autora, atualmente a esfera do trabalho tem invadido de tal forma diferentes esferas da vida que existe, hoje, uma dificuldade em separar trabalho de não trabalho (Cf. SORJ, 2000).

Para a autora, portanto, o trabalho, agora adotando novas formas, continua influenciando a organização social, todavia, com uma nova roupagem, devidamente adequado às necessidades do capitalismo. Essas mudanças alteraram a definição do trabalho e, por conseguinte, a forma como a sociologia do trabalho teorizava a influência do trabalho na organização social.

De forma semelhante, Antunes (2007b; 2009) argumenta que o trabalho, na contemporaneidade, desenvolve-se dentro de um contexto socioeconômico e cultural completamente diferente de épocas anteriores. Para ele, o trabalho desenvolve-se num contexto de desemprego em massa e no Estado guiado por políticas de corte neoliberal, acarretando no surgimento de processos de desregulamentação e flexibilização do trabalho. Para ele, neste contexto, a classe trabalhadora não apenas continua a existir, como tende a ser ampliada, assumindo o que ele chama de *nova morfologia* ou *nova polissemia do trabalho*,

sendo composta tanto pelo operariado urbano e rural clássico, como pelos novos trabalhadores terceirizados, subcontratados temporários e informalizados (Cf. ANTUNES, 2007b; 2009).

A conclusão que se chega, portanto, é que o trabalho na contemporaneidade, apesar de estar assumindo formas que antes eram compreendidas como não-trabalho, é interpretado não como uma categoria que perde o seu *status* de elemento chave na constituição social, mas que continua a influenciar a organização social a partir de suas novas formas. Mais adiante, serão discutidas essas novas formas do trabalho na contemporaneidade, onde fenômenos como a subcontratação/terceirização e a informalidade assumem um importante lugar no mundo do trabalho.

Importa compreender que, segundo os estudos que tratam do trabalho na contemporaneidade, as mudanças ocorridas ao longo de todo o século XX, e ainda em curso, modificaram o sentido atribuído à categoria trabalho. Antigas definições tornaram-se obsoletas, passando-se a questionar inclusive a centralidade do trabalho na organização social contemporânea. Apontadas como a transição de um “modelo fordista de produção” e organização social para um modelo chamado de “pós-industrial”, “pós-fordista” ou de “acumulação flexível” (Cf. KUMAR, 1997; HARVEY, 2008), essas mudanças provocaram alterações na própria definição do trabalho e nas influências do trabalho em diversas esferas da sociedade, construindo uma nova agenda para a sociologia do trabalho.

2.2 SURGIMENTO DAS NOVAS E PRECÁRIAS FORMAS DE TRABALHO: SUBCONTRATAÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO E A INFORMALIDADE

O processo de reestruturação capitalista que motivou o desenvolvimento de um novo regime de acumulação, acarretou no surgimento de formas inteiramente novas de trabalho, quase sempre consideradas precarizadas e/ou flexibilizadas, tais como a subcontratação/terceirização e a informalidade, todas estas contrapostas aos formatos tradicionais (fordista) de trabalho.

O surgimento dessas novas formas, como já foi salientado, fez com que surgissem questionamentos a respeito da capacidade do trabalho de permanecer como elemento estruturador da organização social, uma vez que os argumentos do fim do trabalho apontavam para a perda da qualidade subjetiva de integração social do trabalho e do fim da influência do trabalho na constituição identitária dos indivíduos.

Nesse sentido, vale lembrar o posicionamento de Sorj (2000), para quem as mudanças verificadas no mundo do trabalho não reduzem a sua importância nas sociedades contemporâneas, mas, ao contrário, o trabalho mantém o seu papel central, fazendo com que o surgimento dessas novas formas implique na construção de uma nova agenda para as investigações a respeito deste fenômeno (Cf. SORJ, 2000). No mesmo caminho, vale lembrar, também, os argumentos de Antunes (2007b, 2009), para quem, a partir do novo regime de produção capitalista, a classe de trabalhadores assume uma nova morfologia, passando a ser composta tanto pelo proletariado industrial urbano e rural clássicos, como também pelos novos trabalhadores subcontratados, terceirizados e informalizados (Cf. ANTUNES, 2007b, 2009).

Também buscando construir uma crítica aos argumentos sobre o “fim do trabalho”, autores como Thébaud-Mony e Druck (2007), Cacciamali (1994), Dedecca (1997), Rivero (2009), Barbosa (2009), entre outros, passaram a estudar as novas formas de trabalho e a argumentar que, longe de enfraquecerem o *status* do trabalho nas sociedades contemporâneas, as novas (e precarizadas) formas de trabalho continuam a influenciar a estrutura social.

Para esses autores, deve-se entender por *precarização do trabalho* o atual panorama do mercado de trabalho surgido com a passagem do fordismo para o modelo de acumulação flexível, onde o trabalho passa a sofrer modificações em sua própria essência, deixando de existir tão somente enquanto trabalho assalariado para assumir formas amplas de relações desregulamentadas e precarizadas.

Afirma-se que o novo contexto econômico, político e social que emerge com a acumulação flexível é marcado, por um lado, pela retomada do crescimento industrial e, por outro, pelo desemprego em massa, fazendo surgir um contingente de trabalhadores que aceita submeter-se a trabalhos sem proteção social ou direitos trabalhistas, como salário fixo, carteira assinada, férias e aposentadoria. O resultado disso tudo é surgimento de um mercado de trabalho inteiramente novo, caracterizado pelo enfraquecimento dos trabalhadores e de seus sindicatos, pela permissividade do Estado frente à pressão patronal e pela conseqüente proliferação de formas flexibilizadas de trabalho, como as subcontratações, as terceirizações e as práticas de trabalho informal.

As práticas de trabalho flexíveis, compreendidas como atividades remuneradas que se desenvolvem à margem do estatuto do trabalho formal, isto é, assalariado e protegido por leis trabalhistas, sempre estiveram presentes no capitalismo, mesmo durante o período de

expansão do regime fordista de produção. Antes do capitalismo era bastante comum que os trabalhadores oferecessem seus serviços em troca de pagamento, fosse em dinheiro ou não. Este tipo de prática não tinha nenhum caráter de ilegalidade e nem era tido como prejudicial ao sistema produtivo.

Somente a partir do funcionamento do regime fordista de produção, quando os trabalhadores e os seus sindicatos, patrões e o Estado, através de disputas e de negociações coletivas pactuaram em torno do trabalho considerado produtivo, isto é, assalariado, formalmente contratado e socialmente protegido, as práticas informais passaram a ser consideradas ilegais e, por isso, duramente combatidas.

Afirmar que durante o regime fordista as práticas informais foram combatidas não significa, contudo, asseverar que tais práticas haviam deixado de existir. Pelo contrário, tanto no meio urbano, mas principalmente no meio rural, havia trabalhadores à margem de qualquer negociação social, que se submetiam às práticas de trabalho informal. Muito embora fossem consideradas ilegais, este tipo de atividade respondia por grande parte das estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, principalmente nos países subdesenvolvidos, nos quais o fordismo e o Estado de Bem-Estar Social, na realidade, nunca haviam sido completados. Isso significa, portanto, que o trabalho informal não é, de forma alguma, um elemento novo.

Sobre isto, Thébaud-Mony e Druck (2007) afirmam que a precarização do trabalho diz respeito às novas formas de trabalho exigidas pela indústria para a retomada da produção e do crescimento econômico frente à nova ordem mundial (pós-fordista). Neste panorama, em contraposição às rígidas leis trabalhistas do período fordista, surgem as formas flexibilizadas de trabalho, a exemplo da subcontratação/terceirização, a produção *just-in-time* e a informalidade.

As autoras explicam que a subcontratação, na realidade, foi uma prática de trabalho adotada antes mesmo do capitalismo. Artesãos europeus contratavam outros artesãos para colaborar em suas obras, aumentando, assim, a sua produtividade e o seu lucro. As grandes empresas pré-capitalistas, de forma semelhante, também subcontratavam empresas menores para a execução de parte de seu trabalho (Cf. THÉBAUD-MONY & DRUCK, 2007).

A partir da implantação do regime fordista, no entanto, caracterizado pela rigidez na produção e pela proteção política dos trabalhadores, o sistema de *putting-out-system* (subcontratação) passou a ser formalmente excluído e continuamente combatido nas práticas

de trabalho capitalistas. Mas, apesar de tudo isso, durante o fordismo a subcontratação continuou a ser uma prática de trabalho utilizada, ainda que de forma ilegal.

Com o surgimento do modelo de acumulação flexível, a subcontratação voltou a ocupar um papel de destaque no sistema produtivo, não mais se constituindo como uma prática auxiliar e menos recorrente na produção, mas assumiu papel central no do novo processo de acumulação, contando, inclusive, com uma legislação específica, o que tornou a prática legalizada (Cf. THÉBAUD-MONY & DRUCK, 2007).

De acordo com Thébaud-Mony e Druck (2007), no caso específico brasileiro, o termo subcontratação é recorrentemente substituído pelo termo *terceirização*, sendo definido pela transferência de atividades a terceiros em função da busca pela produtividade, qualidade e competitividade. As autoras destacam, inclusive, que pela legislação trabalhista brasileira, a terceirização não é uma prática institucionalizada e, portanto, não oferece nenhuma garantia aos trabalhadores terceirizados (Cf. THÉBAUD-MONY & DRUCK, 2007).

De forma semelhante, Carelli (2007) destaca que a terceirização corresponde a entrega de determinada atividade periférica para ser realizada de forma autônoma por empresa especializada. De acordo com o autor, esse tipo de prática, recorrente, porém desregulamentada, prejudica a consolidação da proteção política e social do trabalhador, uma vez que o rebaixa a simples moeda de troca.

Verifica-se que, no atual panorama do mercado de trabalho, os fenômenos da subcontratação e da terceirização tendem a substituir o contingente de trabalhadores que antes eram absorvidos tanto na linha de produção quanto na prestação de determinados serviços. Nesse sentido, há um movimento de constante substituição dos trabalhadores assalariados por trabalhadores flexíveis.

O novo tipo de relação de trabalho, caracterizado pela necessidade de formas flexíveis, faz com que as práticas de subcontratação/terceirização mostrem-se absolutamente vantajosas para o capital, uma vez que o vínculo estabelecido entre as empresas e os trabalhadores perde o seu caráter jurídico e social. Isso significa que, apesar de uma empresa ou grupo de trabalhadores disponibilizarem, mediante pagamento, o seu tempo e suas habilidades de trabalho na prestação de serviços, a empresa “contratante”, na realidade, não estabelece nenhum vínculo formal com esses trabalhadores, não contraindo para si nenhuma obrigação legal para com estes trabalhadores.

O impacto causado por este tipo de relação trabalhista, como destaca Antunes (2006, 2007b), é, sem dúvida, a superexploração dos trabalhadores, o enfraquecimento de suas ações coletivas e a conseqüente erosão dos direitos trabalhistas, aprofundando, assim, a precarização do trabalho na contemporaneidade. A busca cada vez maior das empresas por trabalhadores flexíveis revela, ainda, a integração existente entre o núcleo tradicional do trabalho e as práticas flexíveis do trabalho.

É preciso salientar, contudo, que, apesar dos argumentos a respeito do enfraquecimento dos direitos trabalhistas devido às práticas de terceirização, as mesmas são utilizadas por empresas visando o atendimento de outras sem que haja necessariamente prejuízo para os trabalhadores.

Além do fenômeno da terceirização/subcontratação, outras práticas desregulamentadas de trabalho surgiram igualmente no processo de reestruturação produtiva, estendendo-se em diversos setores como as grandes indústrias, as instituições financeiras, bem como as pequenas produções. De acordo com Antunes (2004), por exemplo, o processo de reestruturação produtiva apresentou grande impacto nas indústrias, levando essas empresas a adotarem novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como novas formas de organização social e sexual do trabalho. Nesse panorama, destaca o autor, é possível observar a ampliação da informatização produtiva, fazendo uso dos sistemas *just-in-time* e *kanban*. Todas essas modificações, ainda segundo o autor, tiveram por objetivo aumentar a produtividade industrial e, conseqüentemente, os lucros, utilizando-se na maioria das vezes a descentralização e a flexibilização do trabalho (Cf. ANTUNES, 2004).

De forma semelhante, Antunes (2004) sublinha que não apenas as grandes indústrias passaram a adotar a informatização na base de suas mudanças produtivas. Também o sistema bancário passou a investir em novas tecnologias visando, por um lado, substituir o extenso número de trabalhadores contratados por programas informatizados, e por outro lado, melhorar o desempenho dos funcionários, através de programas de controle de qualidade e de premiações por produtividade (Cf. ANTUNES, 2004).

Com base na literatura que trata das mudanças do mundo do trabalho (Antunes, 2004; 2007; Rivero, 2009; Sorj, 2000; Organista, 2006; entre outros) observa-se que, apesar do impacto causado pelo surgimento das formas flexibilizadas de trabalho assalariado, a grande mudança no mundo do trabalho contemporâneo ficou a cargo, principalmente, do crescimento do chamado *setor informal* da economia. A partir do fortalecimento das práticas informais de

trabalho, o debate a respeito da precarização do trabalho, inclusive da relação mantida entre o sistema produtivo formal e as atividades de trabalho desregulamentadas, assumiu novos contornos a partir da construção teórica do conceito de *informalidade*. Não obstante as práticas de trabalho informal não representarem uma novidade propriamente, o conceito de *trabalho informal* surgiu somente a partir da década de 1970, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com os escritos de Keith Hart e, também, de Hans Singer.

De acordo com Barbosa (2009), antes da criação e institucionalização do conceito de setor informal, havia diversos estudos que problematizavam as atividades informais então existentes. Dentre esses, destacavam-se os escritos de Rosestein-Rodan e os de Arthur Lewis. O primeiro afirmou que, em 1943, 25% da população da Europa oriental e Sul-oriental encontrava-se “parcialmente desocupada” ou em uma situação de “desemprego disfarçado”. Essas expressões diziam respeito justamente às atividades remuneradas que não acompanhavam o modelo tradicional de trabalho assalariado. Para o autor, a solução para este problema seria encaminhar o excedente de mão-de-obra para o capital, ou seja, para os lugares onde havia forte industrialização, por meio da emigração, ou industrializar a região (Cf. BARBOSA, 2009).

Já Arthur Lewis escreveu que na década de 1950, o excedente de mão-de-obra estaria gerando o desemprego crônico e, como consequência deste, multiplicavam-se as “práticas de subsistência”. Para evitar a proliferação dos trabalhadores desregulamentados seria necessário, segundo o autor, o surgimento de uma classe capitalista que ativasse a engrenagem de produção, que refletiria no desenvolvimento econômico de modo a aumentar os níveis de renda, consumo e participação da população (Cf. BARBOSA, 2009).

O problema desses estudos pioneiros a respeito das atividades informais é que eles seguiam o modelo tradicional do pleno emprego e Estado forte, oriundos do receituário fordista. Por isso, mostravam-se inadequados para pensar, por exemplo, no surgimento e no fortalecimento das atividades informais nos países subdesenvolvidos, nos quais o regime fordista nunca havia se completado. Argumentava-se que, sobretudo nos países subdesenvolvidos, a informalidade era um fenômeno estrutural, tornando-se um empecilho ao desenvolvimento dos mercados de trabalho e da economia desses países, mantendo os trabalhadores desses países em subempregos e em condições de pobreza.

Partindo de um pressuposto diferente, Keith Hart, e também Hans Singer, ambos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), passaram a defender que as práticas de trabalho

informal existentes nos países subdesenvolvidos não seriam responsáveis pela manutenção dos subempregos e da pobreza nas regiões periféricas do capitalismo. De acordo com eles, as atividades informais faziam parte da própria estrutura econômica e social dos países subdesenvolvidos, sendo responsáveis por parte substancial das estratégias de sobrevivência de trabalhadores desses países. (Cf. ALVES, 2001; BARBOSA, 2009).

Segundo Barbosa (2009), a grande novidade trazida por Hart e, também, por Singer, portanto, era a visão positiva a respeito das atividades informais. Para eles, o trabalho informal não era um fenômeno casual e contingente que atrapalhava o desenvolvimento capitalista nas regiões subdesenvolvidas, mas, ao contrário, representava uma prática já incorporada, que emergia das relações de confiança e de cooperação entre os agentes econômicos (Cf. BARBOSA, 2009).

Nesse sentido, ao invés de a informalidade ser apontada como uma situação transitória que deveria ser substituída pelo pleno emprego, tal como nos países desenvolvidos, a atividade informal passou a ser identificada como componente estrutural dos países subdesenvolvidos. Com base nesta constatação, a OIT, em 1972, institucionalizou o conceito de setor informal.

De acordo com Cacciamali (1994), as principais características da informalidade, segundo a definição proposta pela OIT, era ser um tipo de atividade cujo produtor direto seria possuidor dos seus instrumentos de trabalho, não havendo, portanto, a divisão entre capital e trabalho; a utilização de força de trabalho autônoma e/ou produção familiar; o controle absoluto do produtor sobre todos os processos de trabalho; a compreensão da globalidade do processo que origina o produto ou serviço final; atividade cuja receita é determinada pelas condições específicas do mercado de bens e produtos, e não pelo mercado de trabalho; entre outras (Cf. CACCIAMALI, 1994).

Em função do detalhamento teórico do conceito, Cacciamali (1994) alerta para o fato de que muitas atividades informais podem, eventualmente, não conseguir satisfazer todas as características teóricas exigidas para serem classificadas como pertencentes ao setor informal da economia. Deste modo, segundo a autora, ainda que determinadas atividades informais não consigam adequar-se totalmente ao conceito, ainda assim devem ser consideradas como pertencentes ao setor informal (Cf. CACCIAMALI, 1994).

Com base nas características da informalidade propostas pela OIT é possível observar a relação diretamente estabelecida entre a informalidade e a pequena produção. Isto é, na

maioria das vezes, a produção informal baseava-se na organização familiar e tradicional, voltada predominantemente para o sustento familiar e, portanto, sem a busca por lucros. Neste contexto, estariam diluídas as contradições entre o trabalho e o capital. Desta maneira, a produção informal tendeu a ser vista como um contraponto à produção capitalista, acarretando na chamada *visão dualista* entre os setores formal e informal.

De acordo com Araújo (2009), as chamadas atividades informais foram tratadas inicialmente, no âmbito de uma *visão dualista*, pelo fato de coexistirem, de um lado, as atividades informais, isto é, não-vinculadas ao modo de produção capitalista, representantes de um setor tradicional constituído de pequenas unidades de produção caracterizadas pelas relações de trabalho não-assalariadas e, de outro lado, as atividades ligadas às grandes unidades de produção, dotadas de tecnologia moderna, relações de trabalho assalariadas e constituintes do setor formal da economia (Cf. ARAÚJO, 2009).

De acordo com Alves (2001), o conceito de setor informal proposto pela OIT em 1972 passou a ser incorporado pelos países latino-americanos a partir da experiência do Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC). De acordo com a autora, na concepção do PREALC, o setor informal passou a ser visto como complementar ao setor formal, uma vez que absorvia o excedente de força de trabalho do mercado formal. Dessa forma, o setor informal era apontado como um conjunto de atividades de baixo nível de produtividade, composto por trabalhadores independentes e/ou pequenas empresas pouco organizadas, bem como trabalhadores localizados à margem das relações trabalhistas (Cf. ALVES, 2001). Deste modo, o setor informal pensado pelo PREALC, foi pensado, sobretudo, como um lócus de oportunidades para as camadas mais pauperizadas da população, coexistindo de forma dualista com o setor formal da economia.

Não obstante o conceito de setor informal adotado pelo PREALC manter basicamente as características originais do conceito elaborado pela OIT em 1972, a idéia de complementaridade do setor informal fez com que muitos autores criticassem uma suposta *visão excessivamente estruturalista* do setor informal. Argumentava-se que, de forma contrária à suposição do PREALC, o setor informal da economia não servia simplesmente de suporte à economia capitalista tradicional, desenvolvendo-se sob uma suposta permissividade do regime de acumulação capitalista. Baseando-se nas idéias originais de Hart e Singer, argumentava-se que o setor informal apresentava uma autonomia, desenvolvendo-se em

função de características estruturais das economias dos países subdesenvolvidos (Cf. ALVES, 2001).

Posteriormente, contudo, os debates a respeito da informalidade buscaram minimizar o caráter dual do conceito, evidenciando as relações mantidas entre o setor formal e o informal. Contemporaneamente, sobretudo devido à utilização de práticas desregulamentadas de trabalho por instituições formalizadas, são constatados pontos comuns entre os dois setores.

Apesar da delimitação teórica do conceito de informalidade, verifica-se que, atualmente, o conceito tem sido definido a partir de, pelo menos, três critérios básicos: o institucional, o econômico e o sócio-cultural. Do ponto de vista institucional, o trabalho informal é definido em oposição às relações formais de regulamentação, sendo reconhecidas como informais todas as práticas de trabalho que escapam da legislação governamental, como a regulação salarial e a existência de mecanismos legais de proteção do trabalhador. Nesse caso, é estabelecida uma associação quase imediata com a questão da desregulamentação, sendo considerada informal toda atividade que cresce à margem da legislação e, portanto, sem ordenamento jurídico. (Cf. NORONHA, 2006).

De acordo com Barbosa (2009) e também Rivero (2009) a definição do informal a partir do critério institucional reforça os argumentos liberais a respeito do crescimento da informalidade, para quem o mercado de trabalho informal cresce devido ao excesso de regulamentação do Estado e, ao mesmo tempo, à incapacidade do Estado de manter tal regulamentação, dando margem ao crescimento desordenado de relações atípicas.

Ainda que a discussão de critérios institucionais remeta necessariamente a uma questão econômica fundamental, a saber, a regulação salarial, o critério econômico de definição de informalidade vai muito mais além que a negociação e a proteção salarial. De acordo com a dimensão econômica, a definição de informalidade diz respeito à racionalidade/produktividade do setor informal.

De acordo com o argumento econômico, o setor informal é apontado como um segmento de baixa produtividade em relação ao setor formal da economia, uma vez que conta com poucos recursos financeiros, baixa organização e baixa ou nenhuma qualificação profissional (NORONHA, 2006; ARAÚJO, 2007). Como consequência da estrutura precária, a informalidade estaria ganhando força especialmente nos países subdesenvolvidos, uma vez que, crescendo à margem da organização típica do trabalho, faz circular produtos e serviços

mais acessíveis à população que, apesar de terem sua qualidade questionada, encontram um público consumidor principalmente nas camadas de baixa renda (Cf. ARAÚJO, 2007).

Por último, existe a definição do informal com base em critérios sócio-culturais, que surge como uma crítica tanto às visões que tratam da informalidade como resultado da pobreza quanto dos discursos neoliberais de que o mercado informal cresce devido ao excesso da presença e da regulamentação do Estado. De acordo com este critério, que foi amplamente defendido por Hart e pela OIT, a informalidade não representa simplesmente uma estratégia de sobrevivência causada pelo excedente de mão-de-obra dos países subdesenvolvidos. A informalidade, ao contrário, é parte da estrutura socioeconômica e cultural dos países subdesenvolvidos, e se desenvolve com base nas relações de confiança e cooperação entre os agentes econômicos. Portanto, informalidade não significaria propriamente um atraso a ser superado pelo desenvolvimento das forças capitalistas.

Em meio à multiplicidade de definições e possibilidades de classificação, a OIT, no ano de 2002, propôs um novo conceito de informalidade, buscando justamente adequá-lo às necessidades de uma visão ampliada do fenômeno da informalidade, que leve em consideração as dimensões institucionais, econômicas e sócio-culturais. É nesse sentido que a OIT passa a considerar como informais os trabalhadores que não estão protegidos ou reconhecidos pela lei, que sofrem de um elevado nível de vulnerabilidade e que carecem de seguridade no trabalho, na qualificação, em termos de renda e de representação. Dessa forma, estão incluídas no conceito de informalidade todas as formas de trabalho remunerado que se encontram à margem da legislação social e trabalhista, além do trabalho não-remunerado em atividades que geram renda (Cf. BARBOSA, 2009).

Nesse sentido, Barbosa (2009) destaca que a OIT abandona a expressão *setor informal*, correntemente utilizada desde a década de 1970 fazendo alusão a um ramo específico e pontual da economia, passando a adotar de forma mais abrangente a expressão *economia informal*, ampliando, assim, a concepção de informalidade, englobando tanto o trabalho informal tradicional, a saber, a produção familiar e de subsistência, bem como as novas formas de trabalho informal, como pequenas empresas desregulamentadas e a utilização de práticas informais por setores formalizados da economia (Cf. BARBOSA, 2009).

É assim que, segundo Cacciamali (2000), tomando como base o novo conceito de informalidade proposto pela OIT, verifica-se que, na realidade, o processo de informalização conta com dois grupos distintos, formados simultaneamente pelos *assalariados sem registro* e

pelos os *trabalhadores por conta própria*. Para a autora, os assalariados sem registro são aqueles admitidos por meio de contratações ilegais e que, por burlarem a legislação trabalhista, não contam com os benefícios/proteções sociais previstos em lei. O segundo conjunto é formado pelos trabalhadores que estão engajados principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar, podendo, inclusive, contar com a participação de familiares e/ou ajudantes-assalariados. Nesse caso, o trabalhador por conta própria não visa exclusivamente o acúmulo de capital e suas atividades se desenvolvem nos espaços não ocupados pelas grandes empresas (Cf. CACCIAMALI, 2000; ALVES, 2001).

A partir da noção ampliada de economia informal tornaram-se evidentes os contrastes existentes entre as categorias que formam a economia informal, a exemplo dos *trabalhadores sem registro*, ou seja, aqueles que efetivamente são empregados, mas não possuem direitos trabalhistas justamente por estarem à margem da legislação oficial, e os *trabalhadores por conta própria*, geralmente trabalhadores autônomos e/ou donos de seu próprio negócio, e os *trabalhadores formais*, que, apesar da tendência contemporânea de desestruturação dos postos de trabalho tradicionais e, junto com ela, a erosão dos direitos trabalhistas como salários, jornadas previamente estabelecidas, férias e demais garantias sociais.

O crescimento acelerado da economia informal, verificado no Brasil principalmente no final da década de 1980 (Cf. GUARITA, 2009), demonstra, portanto, a precarização do trabalho na contemporaneidade e, à semelhança de outras formas flexíveis de trabalho como a subcontratação/terceirização, denota o fim da condição de cidadania antes garantido pelo trabalho assalariado.

Apesar da erosão da forma tradicional de trabalho assalariado na contemporaneidade, constata-se, em contrapartida, o crescimento de estratégias de sobrevivência, conduzidas principalmente pelos trabalhadores por conta própria que, aproveitando-se do enfraquecimento da legislação trabalhista e da regulação do Estado, oferecem produtos e/ou serviços de custo mais baixo, indicando que, no panorama de precarização do trabalho, surgem, também, oportunidades aparentemente profícuas de superação da crise do mercado de trabalho tradicional.

É assim que, no atual panorama do mundo do trabalho, coexistem diferentes tipos de trabalhadores na economia informal desde os trabalhadores contratados de forma irregular por empresas capitalistas até os trabalhadores autônomos que, sob a chancela do termo *empreendedorismo*, organizam seus próprios negócios à margem de qualquer legislação e/ou

regulação estatal, movimentando, assim, consideráveis recursos financeiros. Essa multiplicidade de situações termina por tornar o conceito de informalidade ambíguo, de difícil caracterização e, por conseguinte, de difícil operacionalização.

Buscando evitar as ambigüidades existentes no conceito de informalidade, Rivero (2009) propõe a substituição do conceito de informalidade pelo conceito de *processos de informalização do trabalho*, que diz respeito ao conjunto de transformações no mundo do trabalho, a tendência à terceirização, o crescimento do desemprego e a precarização do emprego assalariado.

Tomando como base o conceito de processos de informalização do trabalho a autora pretende, por um lado, minimizar a dicotomia existente entre as concepções de emprego assalariado precário, manifestados principalmente pela subcontratação/terceirização e o trabalho autônomo, sobretudo o pequeno comércio e a prestação de serviços, agrupando-os sob a mesma categoria de trabalho informal.

Por outro lado, por meio do conceito de processos de informalização do trabalho, a autora busca demonstrar, também, que o trabalho informal não pode ser compreendido tão somente como práticas marginais no sistema de produção, vinculadas ao empobrecimento dos trabalhadores e às práticas de trabalho ilegal. Ao contrário, a autora defende que, no interior dos processos de informalização do trabalho existem trabalhadores autônomos que, devido à alta complexidade e à especialização, encontram-se voltadas para o mercado, movimentando altos investimentos financeiros (Cf. RIVERO, 2009).

Para além das discussões conceituais, por meio de pesquisas referentes ao mercado de trabalho brasileiro é possível verificar a importância que a informalidade apresenta no atual panorama do mundo do trabalho. É o caso, por exemplo, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2007 (PNAD), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que revela que o percentual de trabalhadores informais no Brasil é da ordem de 51% da população economicamente ativa, percentual este que vem crescendo expressivamente nos 10 anos posteriores à constituição de 1988 (Cf. GUARITA, 2009).

Também de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego de 2009 (PME/2009), elaborada pelo IBGE, o número de pessoas em idade ativa (pessoas com 10 anos ou mais) nas regiões metropolitanas brasileiras pesquisadas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) em Dezembro de 2009 foi de 41 milhões de pessoas. A população economicamente ativa, que compreende o universo formado pela soma de pessoas

ocupadas (que afirmam possuir trabalho) e desocupadas (que na época da pesquisa encontravam-se sem trabalho apesar das buscas pelo mesmo) era de 23,4 milhões de pessoas, sendo 21,8 milhões de pessoas ocupadas e 1,6 milhão de desocupados.

Com base no tamanho da população ocupada, a PME 2009 demonstra a importância do setor informal na ocupação dos trabalhadores brasileiros em comparação com os trabalhadores formais. De acordo com a pesquisa, o setor formal da economia, formado pelo conjunto de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, pelos militares e funcionários públicos e pelos empregadores, totaliza o percentual de 56,6% dos trabalhadores ocupados em Dezembro de 2009, ao passo que o percentual de trabalhadores do setor informal, formado pelo conjunto de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por trabalhadores por conta própria, representa o percentual de 17,3% no mesmo período.

Apesar de a pesquisa indicar uma constante redução do tamanho do setor informal brasileiro, passando de 36,6% em Dezembro de 2003 para 17,3% em Dezembro de 2009, a importância do setor informal da economia não pode ser negligenciada. Isto porque, além da comparação do tamanho dos setores formal e informal, a PME/2009 revela, também, a diferença de rendimentos existente entre os dois setores. De acordo com a pesquisa, a categoria formada por trabalhadores do setor privado com carteira assinada apresentou rendimento médio habitualmente recebido de R\$ 1.287,50 em Dezembro de 2009, os militares e os funcionários públicos receberam R\$ 2.400,20 no mesmo período, ao passo que os empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada apresentaram rendimento médio habitual de R\$ 917,50 e os trabalhadores por conta própria receberam R\$ 1.127,70. A comparação dos rendimentos dos trabalhadores formais e informais realizada pela PME/2009 revela que não existe uma grande diferença de rendimentos entre os grupos pesquisados.

Muito embora haja uma concordância de que o setor informal brasileiro encontra lugar no mundo do trabalho contemporâneo devido ao excesso de regulamentação do Estado no mercado de trabalho (Cf. ARAÚJO, 2007; GUARITA, 2009) e, também, devido às condições precárias de grande parcela da população, marcada pelo desemprego e pela insuficiência de rendimentos (Cf. ARAÚJO, 2007), é preciso reconhecer que o setor informal não é, de forma alguma, um *locus* exclusivo das camadas pobres da população. Os dados da PME/2009 revelam, por exemplo, que, do ponto de vista da renda, não existe uma diferença significativa entre o rendimento dos trabalhadores *com* carteira de trabalho assinada do setor privado e os

trabalhadores do setor privado *sem* carteira de trabalho assinada e, principalmente, entre os trabalhadores por conta própria.

Sobre a (des)igualdade de rendimentos entre os trabalhadores dos setores formal e informal da economia, Rivero (2009) chama atenção para o fato de, atualmente, existir uma parcela expressiva de trabalhadores autônomos altamente especializados que, não obstante atuarem no setor informal da economia, apresentam rendimento relativamente alto, justamente por conseguirem escapar dos excessos de burocratização e regulamentação, reduzindo seus custos operacionais e, com isso, oferecerem produtos/serviços mais baratos (Cf. RIVERO, 2009).

Apesar da importância dos processos de informalização no mundo do trabalho brasileiro, diversos autores (Cf. NORONHA, 2006; ORGANISTA, 2006; RIVERO, 2009; ARAÚJO, 2007; ARAÚJO, 2009 entre outros), destacam que, no Brasil, as práticas de trabalho informal apresentam situação de desigualdade no que tange ao reconhecimento e ao prestígio em relação às práticas formalizadas de trabalho. De acordo com esses autores, isso se deve, em grande medida, ao fato de o trabalho informal ainda ser identificado como um tipo de trabalho ilegal, desenvolvendo-se às margens da regulamentação do Estado, e, também, ao fato de as práticas de trabalho informal serem, em grande medida, desenvolvidas por trabalhadores que carecem de formação e de qualificação.

De acordo com Araújo (2007), o setor informal da economia é identificado com os setores mais pobres da população, sendo geralmente formado por trabalhadores e, também, por consumidores de baixa renda. Por isso mesmo, carece de reconhecimento e de prestígio (Cf. ARAÚJO, 2007).

Deste modo, apesar de a economia informal fazer parte da cultura dos países subdesenvolvidos, como já havia sido salientado por Hart e, também, por Singer na década de 1970, ela é quase sempre acompanhada de representações negativas, seja por parte de seus próprios trabalhadores ou pela sociedade em geral. Tais representações negativas, no entanto, incorrem em erro por não levarem em consideração a multiplicidade de fatores que levam os indivíduos a se inserirem nas práticas de trabalho informal. Rivero (2009) argumenta, por exemplo, que é um erro fazer a associação imediata entre pobreza e informalidade, como era propagado por visões tradicionalistas sobre o mercado de trabalho. Atualmente, segundo a autora, muitas pessoas buscam na informalidade fatores como a autonomia, isto é, a escolha de trabalhar em uma área de sua preferência e controlar o seu próprio tempo de trabalho Além

disso, buscam-se a informalidade pessoas que não perseguem o lucro, mas tão somente a sobrevivência de um grupo social (Cf. RIVERO, 2009). Além disso, verifica-se que, atualmente, pequenas empresas buscam sobreviver e até mesmo maximizar seus lucros, buscando alternativas à regulamentação estatal.

De todo modo, estar na informalidade, normalmente, é associado a estar na ilegalidade ou, pelo menos, em uma situação de fragilidade, sendo absorvidas pela informalidade as camadas mais pauperizadas da população afastadas do mercado de trabalho formal, seja porque nunca conseguiram oportunidades de ingresso em algum emprego assalariado ou porque, em dado momento, perderam seus empregos formais. É justamente este último caso que interessa mais de perto a este estudo: com base no conceito de desqualificação social (vide cap.1), é possível fazer um estudo a respeito das transformações identitárias dos trabalhadores que perderam seus empregos formais e, por isso, participam do mercado de trabalho informal, fazendo parte, portanto, do processo de desqualificação social.

Dessa maneira, o presente estudo questiona em que medida a participação no mercado de trabalho influencia na construção das identidades sociais dos trabalhadores informais e, também, se o trabalho informal apresenta-se como um elemento de resistência ao aprofundamento da desqualificação social. Para isso, faz-se necessário, pois, aprofundar o debate a respeito das mudanças identitárias ocorridas a partir da experiência do desemprego e da conseqüente participação instável no mercado de trabalho informal. Nesse sentido, o presente estudo busca, também, aprofundar a análise das representações sociais construídas por estes trabalhadores a respeito de suas profissões, do lugar que agora ocupam no mercado de trabalho e de seu futuro profissional.

CAPÍTULO III

INFLUÊNCIAS DA POSIÇÃO PROFISSIONAL NAS IDENTIDADES SOCIAIS DOS TRABALHADORES

Uma das premissas básicas da tese da centralidade do trabalho é que este funda a *identidade social* dos indivíduos, permitindo que os mesmos se reconheçam mutuamente enquanto trabalhadores. Neste sentido, vale lembrar os argumentos de Castel (1998) ao afirmar que, a partir da industrialização, ser considerado trabalhador passou a ser algo valorizado, permitindo o acesso à cidadania e à dignidade social. Na mesma direção, Santos (1990) destaca que, nas sociedades contemporâneas, marcadas, sobretudo, pela *produção*, o valor do trabalho tornou-se prioritário, localizando-se no centro da organização social e da construção identitária dos indivíduos (Cf. CASTEL, 1998; SANTOS, 1990).

A idéia do trabalho como elemento fundamental da organização e da integração social, bem como do reconhecimento, não é nova. Como já foi salientado anteriormente (vide capítulo II), Durkheim, já no século XIX, argumentava que somente pelo desenvolvimento de suas funções produtivas, proveniente da divisão do trabalho, os indivíduos poderiam reconhecer-se e cooperarem em sociedade, permitindo, assim, a estabilização e o crescimento social. Na mesma direção, Marx argumentava que o trabalho era parte constitutiva da essência humana e, portanto, o homem somente poderia manifestar suas qualidades verdadeiramente humanas quando colocava em ação suas potencialidades a partir do trabalho.

Os autores clássicos, entretanto, não haviam discutido a importância do trabalho em termos da *identidade*, mesmo porque a construção deste conceito apresenta-se como um empreendimento relativamente novo na teoria sociológica, inaugurado no pensamento social contemporâneo. Assim, a relevância dos estudos contemporâneos a respeito do trabalho é observada, portanto, não apenas no sentido de verificar se o trabalho permanece como elemento central da organização social, mas também, por focarem a relação existente entre o trabalho e a construção identitária dos indivíduos.

Com base nesta assertiva, o presente capítulo faz uma discussão a respeito da construção conceitual da identidade para, em seguida, debater a respeito da influência do trabalho na construção identitária dos indivíduos. Neste sentido, foca-se, sobretudo, nos

impactos causados pelo afastamento do mercado de trabalho formal nas identidades dos trabalhadores, revelado como uma consequência fundamental do enfraquecimento do vínculo profissional nas identidades dos trabalhadores.

3.1 BASES TEÓRICAS DO CONCEITO DE IDENTIDADE: DAS CORRENTES ESSENCIALISTA E NOMINALISTA ÀS ESCOLAS COMPREENSIVAS OU DE TRADIÇÃO MICROINTERACIONISTA

De acordo com Dubar (2006), a noção de *identidade* (diz-se noção, porque a identidade enquanto conceito somente veio a ser construída a partir do pensamento sociológico contemporâneo) apresenta raízes no pensamento filosófico grego pré-socrático. Duas correntes filosóficas, opostas entre si, construíram os primeiros argumentos a respeito da identidade.

A primeira corrente, denominada *essencialista*, afirma que todas as coisas, sejam elas objetos, indivíduos ou grupos, contêm determinadas *essências* que, independentemente do espaço e do tempo, representam as suas qualidades fundamentais. Afirmam os essencialistas que essa essência pode ser identificada a partir das *categorias*, que nada mais são do que as características particulares e imutáveis que conferem aquilo que é essencial em um objeto, indivíduo ou grupo. Assim, para os essencialistas, a *identidade* dos seres existentes é aquilo que faz com que permaneçam idênticos no, tempo, à sua essência. Do ponto de vista do ser humano, a corrente essencialista postula a existência de uma singularidade essencial de cada indivíduo, que torna possível saber “quem ele é em si”. Essa essência é construída, sobretudo, a partir de sua *pertença essencial*, isto é, das categorias herdadas de sua geração anterior (Cf. DUBAR, 2006).

A segunda corrente, denominada *nominalista ou existencialista*, faz uma oposição à corrente essencialista, afirmando que não existem essências eternas nas coisas e/ou nos indivíduos. Ao contrário, tudo estaria submetido às mudanças. Argumentam os nominalistas que a identidade de qualquer ser empírico depende do contexto no qual se encontra inserido. Nesse caso, as categorias adotadas para qualificar as características dos seres são construídas discursivamente e, por isso mesmo, historicamente variáveis. Deste modo, a corrente nominalista, de forma contrária à essencialista, recusa-se a considerar que existam pertencimentos essenciais. O que existe, de fato, seriam modos de identificação subordinados a um contexto determinado e, por isso mesmo, absolutamente contingentes (Cf. DUBAR, 2006).

Dubar (2006) justifica o seu retorno à filosofia pré-socrática por considerar que a dualidade presente nas concepções essencialista e nominalista encontra-se na base da construção do conceito de identidade na teoria sociológica. O uso do termo *identidade*, como destaca o autor, somente passou a ser utilizado nos escritos das escolas contemporâneas. Entretanto, os autores clássicos já faziam referência a uma noção da identidade, ainda que não tivessem utilizado o termo. Alusões a uma suposta identidade aparecem, por exemplo, tanto na obra de Karl Marx quanto na de Max Weber (Cf. DUBAR, 2006).

Para Dubar (2006), Marx já havia absorvido uma idéia presente em todos os autores socialistas anteriores e que continha em si uma referência à questão da identidade: a exploração econômica capitalista seria um produto da distinção entre duas categorias-chave presentes na organização social, a saber, a burguesia e o proletariado. Segundo esses autores socialistas, ambas não seriam opostas devido às supostas diferenças essenciais contidas em si (no sentido estrito atribuído pelo essencialismo), mas devido às diferenças existenciais, isto é, socialmente construídas no contexto econômico, político e social proporcionado pelo capitalismo. Tal argumento, por si só, já revela a influência de categorias identitárias presentes na corrente nominalista, ainda que este debate não esteja posto. Contudo, como destaca Dubar (2006), Marx e Engels vão ainda mais além: a revolução socialista somente poderia existir com base na consciência de classe do operariado, isto é, com a constatação e imediata organização política baseada na suposição de que o proletariado e suas famílias estariam unidos por laços proporcionados pelas *categorias comuns*, a saber, o fato de pertencerem ao mesmo grupo social por serem explorados pela burguesia. Ora, à luz dos debates posteriores a respeito da identidade, verifica-se que a noção de identidade aparece nos escritos de Marx e Engels na construção de uma “identidade” comunista (Cf. DUBAR, 2006).

De maneira semelhante à Marx, Weber também não utilizou o termo identidade em seus escritos. Entretanto, Dubar (2006) destaca que ele, ao buscar fazer uma análise compreensiva da ação racional, ele ‘encontrou’ duas formas de ação humana a partir da reconstrução de configurações históricas que condensariam determinadas categorias, isto é, formas de agir típicas de um grupo social determinado. Nesse sentido, ele destaca a existência de duas formas de ação: uma chamada de *formas comunitárias*, que representam as relações sociais fundadas sobre o sentimento subjetivo de pertença a uma mesma coletividade; a outra, chamada por ele de *formas societárias*, caracterizadas por relações sociais fundadas com base

no compromisso ou na coordenação de interesses motivados sempre de forma racional, ou seja, com uma finalidade específica (Cf. DUBAR, 2006).

Independentemente do modelo de ação social empreendido, fica claro a existência, no pensamento de Weber, de categorias sócio-históricas que, em primeiro lugar, criam supostas características comuns aos membros de um grupo determinado e, em segundo lugar, que essas características irão moldar a ação individual. Este pensamento encontra-se exposto, sobretudo, naquilo que Dubar (2006) chama da *identidade puritana de Weber*, que, à luz do moderno conceito de identidade, formaria o *ethos* do capitalismo. Isto significa que, para Weber, na base de um grupo social determinado estão contidas determinadas categorias valorativas que, não obstante serem provenientes das motivações individuais guiam a ação dos membros do grupo (Cf. DUBAR, 2006).

Tomando como base as referências dos sociólogos clássicos a respeito da noção de identidade, é possível afirmar que os mesmos foram influenciados pelas categorias formuladas pelas correntes filosóficas e, cada um ao seu modo, contribuiu para a formação do debate contemporâneo a respeito da identidade. Todavia, este debate somente se tornou manifesto a partir das chamadas *escolas compreensivas* (Giddens, 1978) ou da *tradição microinteracionista* (Collins, 2009), quando passaram a discutir os problemas relativos à ação e à interação humana a partir de novas bases, buscando superar tanto a influência da tradição estruturalista, baseada principalmente em Durkheim, quanto da teoria do conflito, cujo principal expoente é Weber (Cf. GIDDENS, 1978; 1998; COLLINS, 2009). Neste sentido, a intersubjetividade e a comunicação passaram a ser apontados como chaves para a interpretação da ação humana em sociedade.

Segundo Collins (2009), a tradição microinteracionista

(...) se preocupa com a questão humana e constrói o mundo social a partir da consciência e ação humanas. Ela se opõe à rígida concepção estrutural da sociedade desenvolvida pelos durkheimianos, bem como ao materialismo da teoria do conflito. Contra a rígida previsibilidade da ciência, ela defende a fluidez e a importância do humanismo (Collins, 2009, p.205).

Assim, ao focar a interação como a base da ação humana em sociedade, compreendida como a permanente negociação entre os indivíduos sempre intermediada pela comunicação, as escolas compreensivas ou de tradição microinteracionista fundaram uma nova concepção teórica em sociologia, problematizando, a um só tempo, tanto a influência da superposição das regras sociais, como a busca por interesses meramente individuais.

De forma semelhante, Giddens (1998) destaca que os temas trazidos pelas escolas compreensivas sinalizam uma ruptura com as escolas que, à época, eram dominantes na sociologia, segundo as quais as ciências sociais poderiam ser modeladas pelas ciências naturais. Entretanto, ele lembra que tal crítica ao modelo naturalista de ciência já havia sido elaborada antes mesmo do advento das escolas compreensivas. O próprio Weber, por exemplo, já havia se afastado do domínio das ciências naturais, formando a base da sociologia interpretativa. Para Giddens (1998), então, a grande contribuição das escolas compreensivas foi menos de promover o afastamento do modelo naturalista de ciência do que trazerem novos temas e objetos para a análise sociológica, bem como a metodologia de pesquisa social (Cf. GIDDENS, 1998).

Tomando como base os autores que tratam da história do desenvolvimento das escolas sociológicas (Cf. GIDDENS, 1978; 1998; 1999; CORCUFF, 2001; RIUTORT, 2008 e COLLINS, 2009), verifica-se que a chamada tradição microinteracionista, na realidade, não forma um grupo homogêneo de escolas. Ao contrário, todas apresentam diferenças mais ou menos significativas, ainda que mantenham uma base de origem comum. Para além das diferenças, entretanto, observa-se que o ponto em comum existente entre estas escolas, e que lhes confere relevância neste estudo, é que todas elas *colocam em evidência a questão da ação humana a partir da subjetividade e da interação*. Desse modo, correntes como a *Escola de Chicago*, o *Interacionismo Simbólico* e a *Etnometodologia* passaram a focar a questão da *agência*, buscando, em suma, compreender como os indivíduos elaboravam suas ações e de que forma essas múltiplas interações constituíam a sociedade.

Nesse caso, vale ressaltar os argumentos tanto de Giddens (1998) quanto de Collins (2009) a respeito das diferenças de enfoque entre o individualismo metodológico de Weber e o significado da ação social defendido pelas escolas compreensivas. De acordo com o seu argumento, Weber buscava compreender os motivos, as finalidades da ação humana, ao passo que as escolas compreensivas buscavam compreender a maneira pela qual era possível que os indivíduos interagissem, por meio da comunicação, sem que necessariamente buscassem uma finalidade última (Cf. GIDDENS, 1998; COLLINS, 2009).

O debate a respeito da finalidade da ação humana apresenta-se como essencial para o desenvolvimento das escolas compreensivas, sobretudo, por considerarem a noção de *reflexividade*. Segundo Giddens (1998), a ação reflexiva considerada por tais escolas refere-se à capacidade humana de monitoramento de suas próprias condutas. Desse modo, essas escolas

passaram a questionar a existência de um único modelo de ação racional, defendendo, ao contrário, a existência de múltiplos padrões de ação social, todos variantes em função do contexto social no qual a interação encontra-se inserida (Cf. GIDDENS, 1998).

De acordo com Giddens (1978), a fenomenologia de Schutz partia de duas críticas dirigidas a Weber. Para Schutz, o conceito de ação significativa de Weber pode ser aplicado corretamente em muitos aspectos, todavia, necessitava ser complementado e ampliado por um estudo da atitude natural, ou do que ele chama de “mundo do senso comum” ou, ainda, “mundo diário”. Isto porque Schutz afirma que Weber estaria enganado ao sustentar que nós entendemos por “observação direta” o significado daquilo que está fazendo uma pessoa. Na realidade, para Schutz, esta seria o “significado objetivo”, que se refere à colocação do comportamento observado dentro de um amplo contexto de interpretação. Em decorrência disto, Schutz critica a discussão de Weber sobre a *ação significativa*, afirmando tratar-se a mesma de um ato episódico e, portanto, variável segundo a subjetividade do autor (Cf. GIDDENS, 1978).

Partindo do suposto erro cometido por Weber ao negligenciar a interpretação subjetiva que o ator confere a sua ação, Schutz passa a criticar, também, a idéia de *finalidade da ação* de Weber. De acordo com Schutz, Weber não distinguia aquilo que ele considera como a diferença entre o *projeto* e uma *ação*: em diversos momentos da vida cotidiana, o indivíduo necessita empreender uma determinada ação. A escolha de uma ação toma como base os projetos, que seriam as opções disponíveis ao indivíduo para agir de determinada forma. Todos esses projetos seriam guiados por uma motivação/finalidade específica. Mas, dependendo não apenas dos objetivos do autor, mas, também, da interação mantida com o outro, haveria a possibilidade de escolha de uma ação determinada. Com base neste sistema de ação, Schutz propôs-se a elaborar uma série de supostas leis que guiarão a ação humana durante a experiência das pessoas acerca do mundo social (Cf. GIDDENS, 1978; COLLINS, 2009).

Corcuff (2001) explica que Schutz interessa-se, sobretudo, pela produção de conhecimento e a sua aplicação no cotidiano. Para Schutz, o objeto de estudo das ciências sociais são as chamadas “construções de segundo grau”, isto é, o conhecimento produzido pela ciência que toma como base as ações cotidianas empreendidas no mundo diário. Segundo Schutz, partindo-se das análises do mundo diário, é possível verificar que o conhecimento do mundo social é construído a partir de *experiências prévias* que são constantemente

‘estocadas’ e funcionam como esquemas de referência. É assim que uma determinada ação desenrolada durante uma interação toma como base estruturas de conhecimento prévio que permitem a construção de um consenso entre os atores que interagem a respeito do que eles estão fazendo e quais as conseqüências de seus atos (Cf. CORCUFF, 2001).

Tomando como base as premissas contidas na fenomenologia, sobretudo, a idéia de que a ação humana deve ser investigada a partir das estruturas da consciência, materializadas na vida diária, diversas escolas passaram a se dedicar aos estudos do saber ordinário produzido pelos indivíduos em sua vivência cotidiana. Assim, a chamada tradição microinteracionista passava a fundar uma nova vertente sociológica, dedicando-se à análise do mundo vivido, ou seja, à compreensão do conhecimento e das atitudes produzidas pelos atores sociais, conferindo, assim, maior importância ao conhecimento prático do que aquele produzido pela ciência formal.

Uma das primeiras escolas a focar a questão da agência, tal como propunha a fenomenologia, foi a *Escola de Chicago*. A base teórica oferecida pelo pragmatismo é ressaltada por Joas (1999) como fundamental para o estabelecimento da Escola de Chicago. De acordo com o autor, o pragmatismo é uma filosofia voltada para a ação e, como tal, constrói uma crítica tanto às teorias que reduzem a ação a uma conduta determinada pelo meio, como critica, também, a concepção utilitarista de que o significado da ação deve ser reduzido à concretização de fins determinados. Com base na negação desses dois pressupostos teóricos, o pragmatismo pôde, a um só tempo, criticar tanto os modelos de ação desenvolvidos tanto pela corrente estruturalista, que, vale ressaltar, atribui mais poder à estrutura do que à agência, quanto por aqueles desenvolvidos pelo utilitarismo e por sua corrente mais sociológica, o individualismo metodológico (Cf. JOAS, 1999).

Verifica-se, portanto, que, para o pragmatismo, a ação social empreendida pelos indivíduos ao longo de suas relações interpessoais não é aquela condicionada por regras exteriores aos indivíduos que, ao serem supostamente internalizadas, são seguidas pelos indivíduos de forma automática, nem, tampouco, refere-se a um tipo de ação caracterizada pela total liberdade do indivíduo em buscar seus interesses. O pragmatismo indica um caminho intermediário, no qual os indivíduos empreendem suas ações a partir da interação com o outro. Neste jogo, a comunicação interpessoal desempenha um papel primordial, pelo fato de, somente através dos signos e símbolos disponibilizados pela comunicação, ser possível aos indivíduos manterem uma relação de reciprocidade. Neste caso, o indivíduo pode

empreender uma ação determinada com objetivos próprios, no entanto, o desenrolar desta ação é constantemente mediado pelo outro.

As pesquisas realizadas pela Escola de Chicago, assim como por outras escolas da tradição microinteracionista, tomaram como base justamente a questão da desorganização social e os processos subseqüentes de mudanças de valores. Toda essa discussão foi fundamental para o surgimento das questões mais diretamente ligadas à *identidade*. Este é o caso do *Interacionismo Simbólico*. Considerado como *a segunda escola de Chicago* (Joas, 1998; Riutort, 2008), em parte por ter surgido no mesmo departamento de Sociologia da Universidade que deu origem à Escola de Chicago, mas principalmente, por adotar uma postura de revisão crítica do pensamento produzido pela Escola de Chicago, fazia uma oposição às teorias anteriores por acusá-las de transmitir uma “imagem passiva” da ação social, sempre subordinada a uma estrutura social representada pela sociedade e suas regras exteriores e coercitivas (Cf. RIUTORT, 2008). Como destaca Joas (1999), o próprio termo *interacionismo simbólico*, cunhado em 1938 por Herbert Blumer, surgiu a partir de seu diálogo com algumas das premissas básicas da Escola de Chicago.

De acordo com Joas (1998), o Interacionismo Simbólico surgiu a partir do enfoque dado por Blumer nos processos de interação, isto é, a ação social caracterizada por uma orientação imediatamente recíproca, privilegiando o caráter simbólico da ação social. Isso significa que, de acordo com Joas (1998), Blumer e as gerações posteriores de interacionistas não viam as relações sociais como algo estruturalmente preestabelecido. Ao contrário, as relações decorriam de processos abertos e subordinados ao reconhecimento contínuo pelos indivíduos (Cf. JOAS, 1998).

A Etnometodologia apresenta-se como a mais recente escola filiada à tradição compreensiva. Surgida a partir da década de 1960, apresenta-se como uma reação às tradições até então predominantes na sociologia americana. Segundo Giddens (1998), apesar desta corrente teórica ter sido fundada por Garfinkel, que é, aliás, o seu mais famoso representante, a Etnometodologia apresenta grandes diferenciações internas.

De acordo com Giddens (1978), a base teórica da Etnometodologia é formada pelo chamado *Existencialismo filosófico*, a *Filosofia da Linguagem Comum* e, também, pela *Fenomenologia*. De acordo com o autor, todas essas correntes filosóficas convergiam para o estudo do mundo diário, o mundo dos leigos como oposto ao dos cientistas (Cf. GIDDENS, 1978).

Segundo Giddens (1978), os escritos de Schutz na Fenomenologia formam a base dos trabalhos de Garfinkel, principalmente no que diz respeito à sua discussão sobre a *natureza da racionalidade da conduta social*, por meio da qual Garfinkel estabelece a separação entre aquilo que ele chama de *racionalidade da ciência e racionalidade do sentido comum*, ou da *atitude natural*.

De acordo com Riutort (2008), um dos principais objetivos da Etnometodologia é reabilitar as competências desenvolvidas pelos agentes sociais em suas interações cotidianas. Assim, para a Etnometodologia, os fatos sociais perdem o caráter objetivo que a tradição sociológica atribuía. Deste modo, segundo Corcuff (2001), a Etnometodologia buscou aprofundar a proposta de Schutz de estudar o saber do senso comum. Para isso, o programa etnometodológico compreende, também, uma ampla discussão metodológica com vistas a acessar, via linguagem, os chamados saberes do cotidiano (Cf. RIUTORT, 2008; CORCUFF, 2001).

Ao focar a questão da comunicação entre os atores sociais, a Etnometodologia, como de resto todas as demais correntes interacionistas, partiam da agência do ator social, isto é, da capacidade do indivíduo de moldar, e mesmo criar, a estrutura social, tornando-a contingente e histórica.

3.2 DEFINIÇÕES DO CONCEITO DE IDENTIDADE: A PROPOSTA DOS INTERACIONISTAS

Para além das características que permeiam as diversas escolas pertencentes à tradição microinteracionista, um ponto de grande relevância é que estas, ao inaugurarem o debate a respeito dos impactos da interação na ação humana, trouxeram para a agenda sociológica a questão da *identidade*. As correntes de pensamento compreensivas, ao oporem-se às determinações tanto do estruturalismo quanto do individualismo metodológico, passaram a focar a intersubjetividade dos indivíduos, isto é, aceitaram a influência do mundo vivido pelos sujeitos nos processos sociais e, com isso, puderam identificar determinadas qualidades particulares dos indivíduos que os destacavam do outro e da sociedade de maneira geral. Essas qualidades particulares são exatamente aquilo que se acostumou a chamar de *identidade*. De acordo com Riutort (2008):

a identidade não é um conceito sociológico propriamente dito, mas antes um objeto de estudo. Um conjunto de transformações sociais, freqüentemente condensadas pelo termo modernidade, tende a questionar uma suposta transmissão hereditária de um lugar definido na sociedade, o que, por sua vez,

induz a uma maior incerteza quanto à identificação social. Uma maior atenção é, então, concedida, principalmente pelas diversas correntes da sociologia americana, aos processos pelos quais os indivíduos constroem sua personalidade, conferindo-lhe uma unidade e uma significação, apesar das múltiplas experiências vividas por eles (Riutort, 2008, p.349).

Concordando com Riutort (2008), verifica-se que a identidade não é um conceito concluído dentro da teoria sociológica. Ao contrário, múltiplas definições são problematizadas para tratar desta questão. Nesse sentido, as contribuições do Interacionismo Simbólico, sobretudo com a obra de Goffman, foram fundamentais para o estabelecimento deste debate.

A definição de identidade social proposta por Dubar (2005) é, em parte, semelhante àquela construída por Goffman (2008), no sentido de que a sua definição a respeito da identidade recusa distinguir a identidade individual da identidade coletiva. Ao contrário, a identidade social é apresentada como o produto de uma articulação entre duas transições: uma transição interna ao indivíduo e uma transição externa entre os indivíduos e as instituições com as quais ele interage. Essas duas transições, respectivamente, são denominadas por Dubar (2005) como a *identidade para si*, isto é, as características e os atributos que os indivíduos, subjetivamente, afirmam possuir e buscam apresentar para a sociedade, e a *identidade para o outro*, formada pelas características e pelos atributos que os outros, objetivamente, atribuem ao indivíduo. A identidade social, segundo esta definição, portanto, é exatamente o produto da negociação entre estas duas formas identitárias, mediante um processo complexo de comunicação (Cf. DUBAR, 2005).

O processo de negociação identitária, segundo o autor, é quem vai construir e reconstruir a identidade dos indivíduos de acordo com os múltiplos contextos sociais nos quais o indivíduo encontra-se inserido sucessivamente. Para ele, “a identidade nunca é dada, ela é sempre construída e deverá ser (re)construída em uma incerteza maior e mais ou menos duradoura” (Dubar, 2005, p.135). Deste modo, a identidade não deve ser pensada como um produto definitivo de uma construção ocorrida em um momento único na vida do indivíduo. Ao contrário, a identidade está em permanente mudança, assumindo diferentes formas em função do contexto no qual o indivíduo está momentaneamente inserido.

Deste modo, Dubar (2005) afirma que o processo de construção identitária tem a sua origem nas diversas etapas da *socialização* do indivíduo. Neste caso, ele salienta que a primeira etapa do processo de construção identitária é a *identidade para o outro*, que é exterior ao indivíduo, estando relacionada à atribuição da identidade pelas instituições e pelos

agentes que estão em interação direta com os indivíduos, sobretudo a escola, na infância, e o mercado de trabalho, na idade adulta. O segundo processo da construção identitária remete à *identidade para si*, que significa a *interiorização ativa* e a *incorporação da identidade* pelos próprios indivíduos por meio da negociação identitária (Cf. DUBAR, 2005).

No entanto, o processo de articulação entre a identidade para o outro e a identidade para si é necessariamente negociado e parcialmente internalizado pelo indivíduo senão de maneira conflituosa. De acordo com o autor:

(...) identidade para si e identidade para o outro são ao mesmo tempo inseparáveis e ligadas de maneira problemática. Inseparáveis, uma vez que a identidade para si é correlata ao Outro e a seu reconhecimento: nunca sei quem sou a não ser no olhar do Outro. Problemáticas, dado que a experiência do outro nunca é vivida diretamente pelo eu...de modo que contamos com nossas comunicações para nos informarmos sobre a identidade que o outro nos atribui...e, portanto, para nos forjarmos uma identidade para nós mesmos. (Dubar, 2005, p.135).

Tomando como base a complexidade do processo de negociação identitária exposto, constata-se que, para ele, nem o indivíduo possui a autonomia suficiente para impor sua própria definição identitária, subjetiva, e nem a sociedade apresenta o poder de determinar objetivamente a identidade do indivíduo, como uma imposição autoritária. O que existe, portanto, é um permanente processo marcado pela tensão ou contradição interna entre a autodeterminação e a determinação exterior estabelecida pelo mundo social.

Com respeito à articulação existente entre os dois processos identitários, Dubar (2005) esclarece que cada indivíduo é identificado por outrem (identidade para o outro), mas pode recusar essa definição e se definir de outra forma (identidade para si). Nos dois casos, explica o autor, a identificação utiliza *categorias* socialmente disponíveis e mais ou menos legítimas, isto é, a identificação toma como base determinadas características e atributos físicos e/ou emocionais do indivíduo. Dubar (2005) afirma que a identidade para o outro pode ser denominada como um *ato de atribuição*, no sentido que os outros buscam definir como o indivíduo é e, por outro lado, a identidade para si representa um *ato de pertencimento*, uma vez que o indivíduo exprime que tipo de homem (ou de mulher) ele é ou ao menos deseja ser. Assim, o processo de construção identitária é formado pelo encontro de dois processos heterogêneos de atribuição e de pertencimento. Assim, o processo de atribuição é relacionado por Dubar (2005) como a primeira etapa constitutiva da identidade social, ao passo que o processo de pertencimento representa a segunda etapa, marcada, sobretudo, pela incorporação da identidade pelos próprios indivíduos.

Dubar (2005) explica que os dois processos que concorrem para a produção das identidades sociais, isto é, o processo biográfico, definido como constitutivo da identidade para si, e o processo relacional, constitutivo da identidade para o outro, “requerem o recurso a esquemas de tipificação implicando a existência de tipos identitários” (Dubar, 2005, p.143). Isto significa que os sistemas de pertencimento e atribuição, necessariamente, apóiam-se em categorias particulares socialmente legítimas e contingentes no espaço e no tempo. São essas categorias que irão definir e auto-definir o tipo de pessoa que o indivíduo é ou, ao menos, demonstra ser. São exemplos de categorias o sexo, a religião, a posição política, a profissão, entre outros.

De acordo com Dubar (2005), o primeiro processo de construção identitária, chamado de *biográfico*, responsável pela formação da identidade para si, constitui-se com base em três elementos-chave: em primeiro lugar, as categorias herdadas da identidade social da geração anterior; em segundo lugar, a socialização primária, cujas categorias são fornecidas, sobretudo, pela escola; e, finalmente, as categorias advindas das chamadas identidades possíveis, fornecidas principalmente pelo ambiente de trabalho no qual o indivíduo está inserido ou poder vir inserir-se (Cf. DUBAR, 2005).

Subjacente à formação da identidade para si, as relações mantidas com outros, denominada *processo identitário relacional*, geram, igualmente, categorias sociais que são constitutivas do processo de formação da identidade para outro. O processo identitário relacional, ainda de acordo com Dubar (2005), é formado, principalmente, pelas relações que o indivíduo mantém com seus pares no *ambiente de trabalho*. De acordo com o autor:

Essa definição, ao contrário do que ocorre da perspectiva biográfica, ancora a identidade na experiência relacional e social de poder e, portanto, faz das relações e trabalho o lugar em que se experimenta o enfrentamento dos desejos de reconhecimento em um contexto de acesso desigual, movediço e complexo ao poder. (Dubar, 2005, p.151).

A permanente relação entre a identidade para si e a identidade para o outro indica que a identidade social, portanto, não é transmitida unicamente por uma geração à seguinte tomando como base as categorias as posições herdadas da geração precedente. Estes elementos, presentes nos processos de socialização primária, na verdade, são essenciais para a formação da identidade para si. Entretanto, subjacente à formação a este processo, existem, também, as estratégias identitárias desenvolvidas nas instituições com as quais os indivíduos estão em interação. Essa construção identitária, fundamental no processo da identidade para o outro, adquire uma importância particular no campo do trabalho, do emprego e da formação, por

haver conquistado uma grande legitimidade para o reconhecimento da identidade social e para a atribuição dos *status* sociais (Cf. DUBAR, 2005).

Tomando como base a definição de identidade proposta por Dubar (2005), sobretudo no que diz respeito ao processo de construção da identidade para o outro, observa-se a importância atribuída à posição profissional ocupada pelo indivíduo no mercado de trabalho. Este foco é particularmente importante no presente estudo.

De acordo com Dubar (2006), existem, na realidade, múltiplas formas de definição da identidade. Durante muito tempo, por exemplo, o autor destaca que os sociólogos atribuíram a identidade social como sinônimo de *categoria de pertença*. Nesse caso, a categoria socioprofissional do indivíduo apresentava-se como a principal maneira de conhecer os comportamentos, atitudes e opiniões dos grupos sociais a partir da pertença *objetiva* de suas categorias profissionais. Contudo, com o passar do tempo, outros investigadores passaram a trabalhar a identidade social a partir de uma noção ambígua, argumentando que as categorias de pertença de um indivíduo são múltiplas, não podendo reduzir as características dos indivíduos como atribuições de suas posições profissionais. Nesse sentido, apesar de continuarem aceitando a influência da categoria profissional, alegavam que outras categorias de pertença tais como gênero, geração, religião e outras, também influenciavam as características e os comportamentos dos indivíduos bem como dos grupos sociais. Finalmente, Dubar (2006) destaca que, contemporaneamente, outros sociólogos passaram a trabalhar a questão da identidade social focando as relações subjetivas na formação das categorias de identificação. Nesse caso, não apenas as categorias exteriores pesavam na formação da identidade social dos indivíduos, como também e, sobretudo, as auto-atribuições dos indivíduos a respeito das categorias que eles consideravam pertencentes (Cf. DUBAR, 2006).

Com base nos três modelos de definição identitária citados por Dubar (2006), constata-se claramente que o seu pensamento encontra lugar entre os pesquisadores que focam as questões subjetivas na construção identitária. O duplo processo de formação da identidade social, marcado pela mútua influência da identidade para si e da identidade para o outro, é revelador no sentido da capacidade auto-reflexiva do indivíduo em negociar e internalizar apenas parcialmente as categorias exteriores. Todavia, neste longo processo reflexivo, é inegável a influência atribuída pelo autor à categoria profissional. Ao lado de importantes categorias de pertencimento, tais como o gênero e a filiação religiosa, o autor destaca a

posição profissional do indivíduo como uma importante chave na construção da identidade para o outro e, conseqüentemente, na formação da identidade social do indivíduo.

A focalização na influência da posição profissional ocupada pelo indivíduo na construção de sua identidade social é particularmente importante neste trabalho. Partindo do processo de desqualificação social, isto é, as etapas sucessivas pelas quais passa o indivíduo desde a perda do seu emprego formal até a perda de suas capacidades produtivas e a conseqüente dependência dos serviços sociais, este estudo propõe fazer uma análise a respeito da (re)construção identitária dos trabalhadores que, ao perderem seus empregos formais, buscam sua sobrevivência no chamado setor informal da economia. No sentido estrito da construção identitária proposta tanto por Goffman (2008), quanto por Dubar (2005, 2006), significa dizer que a proposta é analisar as mudanças subjetivas experimentadas por indivíduos que, devido ao desemprego, são obrigados a modificarem suas categorias de pertença socioprofissional. Nesse sentido, vale lembrar as palavras de Goffman (2008) para quem o desemprego pode ser considerado um estigma nas sociedades contemporâneas e, por isso mesmo, tende a ser negociado no processo de informação social. Em outras palavras, uma vez desempregado, o indivíduo pode buscar três alternativas segundo o modelo proposto por Goffman (2008): disfarçar o desemprego valendo-se de outras atividades e discursos que legitimem de forma mais ou menos positiva o seu afastamento do emprego formal, ou, também, reunir-se com outros indivíduos que passam pela mesma experiência para buscarem, coletivamente, resistir à estigmatização.

As possibilidades de resistência ao estigma formam grande parte do objeto de investigação empírica de Paugam (2003). Estudando um grupo de trabalhadores que experimentaram o desemprego após o fechamento de uma fábrica na região de Saint-Brieuc (vide capítulo 1), Paugam (2003) chega à conclusão que, quando o trabalhador passa pela experiência do desemprego, a atitude imediata tende a ser a busca por atividades que, por um lado, permitam a sua sobrevivência e, por outro lado, o afastem da idéia geral de *desempregado*, isto é, do estigma de ser considerado um indivíduo que já não mais apresenta função dentro do modelo produtivo e, por isso mesmo, pode ser rotulado como imprestável ou vagabundo. Ao lado desta busca pela produtividade, o trabalhador desempregado mune-se, também, de recursos discursivos que amenizem a sua posição humilhante.

A discussão que se segue, portanto, apoiar-se-á principalmente nos argumentos de Dubar (2005, 2006) e de Paugam (2003) sobre as influências da posição profissional na

construção da identidade social, verificando as possibilidades de aplicação do modelo de construção identitária proposto pelo autor na avaliação das (re)construções identitárias dos trabalhadores do setor informal da economia.

3.3 INFLUÊNCIAS DA POSIÇÃO PROFISSIONAL NA IDENTIDADE SOCIAL

De acordo com Dubar (2005; 2006), a posição profissional ocupada pelo indivíduo no mercado de trabalho tem sido apontada como importante elemento tanto na constituição do indivíduo como, de forma mais abrangente, da sociedade. Tal assertiva, já abordada anteriormente (vide capítulo II), encontra base desde os autores clássicos, principalmente em Marx, Durkheim e Weber.

Segundo Dubar (2006), na obra de Marx e Engels, verifica-se que a atividade laboral exercida pelo indivíduo é apontada como o principal indicador da posição nas relações sociais de produção e, ainda, que a divisão de classes fundada pelo trabalho constitui-se, nada menos, do que a base da luta de classes, sendo considerada, portanto, o motor da história. Já em Durkheim, o trabalho é apontado como o elemento capaz de estabelecer uma disciplina moral entre os indivíduos, especialmente devido à sua capacidade de estabelecer vínculos sociais que ligam os indivíduos entre si através de laços de solidariedade, possibilitando, assim, a coesão e o desenvolvimento da sociedade. No caso de Weber, o trabalho é apontado como o responsável pela formação do processo de modernização e de racionalização da sociedade, criando aquilo que Weber chamou de *racionalidade meio-fins*, isto é, a busca incessante por domínios técnicos que permitissem não apenas o lucro (o que não representa um fim em si próprio), mas técnicas de dominação da natureza e da expansão da empresa capitalista. O trabalho, desta forma, para Weber, fundaria um novo tipo de sociedade, moderna e capitalista, cujas características seriam completamente diferentes das antigas sociedades agrárias e assentadas na tradição (Cf. DUBAR, 2005, 2006).

As diversas correntes do pensamento sociológico contemporâneo, cada uma ao seu modo, também deram importantes contribuições para a sedimentação da idéia do trabalho na formação da identidade social dos indivíduos e da própria constituição da sociedade. É o caso, por exemplo, dos argumentos trazidos por Dubar (2006) a respeito da noção de trabalho para funcionalistas e para os interacionistas (Cf. DUBAR, 2006).

Tomando como base a assertiva de que o trabalho constitui-se de elemento fundamental na organização social contemporânea, Dubar (2005; 2006), por sua vez, afirma que a posição ocupada pelo indivíduo na esfera do trabalho representa uma relevante variável na construção da identidade social. Para o autor, é com base na posição profissional que a sociedade pode identificar o *status* do indivíduo bem como pode atribuir algumas de suas principais características identitárias. Mas, o que está sendo considerado por Dubar (2006) como a *identidade profissional*? De acordo com o autor:

A noção de identidade profissional presta-se a confusões que é necessário tentar diminuir desde o início. (...) não designo, por estes termos, as categorias que servem para classificar os indivíduos em função de sua atividade de trabalho (...). E também não visio as classificações que servem, num determinado momento, para alguém se designar a si próprio (e que são extremamente diversas). Chamo *identidades profissionais* às formas identitárias [definidas] no sentido Eu-Nós e assim podemos detectá-las no campo das atividades de trabalho remuneradas. (Dubar, 2006, p.85).

As formas identitárias definidas no sentido Eu-Nós mencionadas pelo autor referem-se exatamente ao duplo processo de construção identitária formado, a um só tempo, pela identidade para o outro (relacional) e pela identidade para si (biográfica). Isto significa que a identidade *profissional*, no sentido atribuído pelo autor, é aquela formada pelo produto das atribuições que os outros fazem a respeito de sua atividade somadas às auto-representações que os indivíduos constroem a partir de suas posições no mercado de trabalho e de suas relações sociais de forma mais ampla. Assim, tal qual na formação mais abrangente da identidade social, o processo de formação da identidade profissional requer a dupla negociação entre a rotulagem estabelecida por outrem e pela reflexividade do indivíduo a respeito de sua posição profissional.

É preciso sublinhar, contudo, que a identidade profissional tratada por Dubar (2006) não representa tão simplesmente uma redução da posição do indivíduo às meras características de sua profissão. Na realidade, por ser um duplo processo no qual estão envolvidas tanto as características profissionais propriamente ditas como as relações sociais que emergem dessas posições profissionais, Dubar (2006) opta por chamar de *identidades socioprofissionais* a reunião das categorias de atribuição (identidade para o outro) com as categorias de pertencimento (identidade para si). Deste modo, a posição profissional não apenas forma uma identidade profissional, mas uma identidade socioprofissional, ultrapassando, assim, a esfera do trabalho e da produção, influenciando as várias esferas individuais, sobretudo, a esfera familiar (Cf. DUBAR, 2006).

De acordo com Dubar (2005), os trabalhadores que ocupam um lugar estável no mundo do trabalho, geralmente sob o *status* de trabalhadores assalariados, tendem a apresentar uma *identidade de classe*, cujas características mais proeminentes são a relação instrumental com o trabalho, grande apego à estabilidade que o emprego proporciona, baixo nível escolar, pouca ou nenhuma perspectiva profissional, dependência exclusiva de funcionários do alto escalão (especialmente o chefe), entre outras. Todavia, devido à reestruturação do mercado de trabalho e as exigências de novas capacidades dos trabalhadores, estes passam a perder sua estabilidade profissional, impactando fortemente tanto na identidade virtual (para o outro), uma vez que passam a ser considerados, *a priori*, incapazes para desempenharem as novas funções, como também impactam na identidade real (para si), já que eles necessitarão de uma nova negociação identitária para aceitar e incorporar a nova rotulagem ou, ao contrário, criar mecanismos de resistência ao distanciamento do mercado de trabalho.

No que diz respeito ao processo de formação da identidade socioprofissional, Dubar (2006) propõe uma tipologia que, segundo ele, pode resumir as *configurações identitárias* básicas que emergem da posição profissional ocupada pelos indivíduos no mercado de trabalho. Essa tipologia, construída a partir de diversas pesquisas empíricas realizadas com trabalhadores assalariados de empresas que passavam por profundas transformações tecnológicas, deu origem às *quatro configurações identitárias básicas*: 1) as identidades construídas no molde da *continuidade*; 2) as identidades construídas no molde da *ruptura*; 3) as identidades que levam a um *reconhecimento social* e, finalmente; 4) as identidades que levam a um *não-reconhecimento social*.

De acordo com Dubar (2005), as duas primeiras configurações – continuidade e ruptura – são construídas de forma subjetiva, isto é, por meio do processo reflexivo de construção da identidade para si. Isto significa que são construídas em função das auto-representações do trabalhador a respeito de suas próprias posições profissionais. As duas configurações identitárias seguintes – reconhecimento e não-reconhecimento –, ao contrário, dizem respeito aos atos de atribuição que os outros fazem com relação à posição profissional do indivíduo, sendo formadas, portanto, na construção da identidade para outro (Cf. DUBAR, 2005).

De acordo com Dubar (2005), no interior dos arranjos identitários possíveis, a primeira configuração identitária possível é a da *continuidade*. Nas palavras do autor:

As identidades construídas nos moldes da continuidade implicam um espaço potencialmente unificado de realizações, um sistema de emprego no interior do qual os indivíduos mobilizam trajetórias contínuas. Esse espaço pode ser de tipo profissional (seguindo o modelo geral de ofício) ou de tipo organizacional

(seguindo o modelo geral da burocracia ou da empresa). No primeiro caso, os indivíduos constroem uma identidade profissional (de ofício) projetando-se em um plano de qualificação, o que implica reconhecimentos de profissões estruturantes; No segundo caso, as identidades profissionais (de empresa) são construídas por projeção de espaço no poder hierárquico, implicando reconhecimentos de responsabilidades, estruturantes da identidade. (Dubar, 2005, p.324).

Isto significa que, no caso de indivíduos que trabalham em empresas ou organizações profissionais, podem ser construídas identidades em perfeita conformidade com a posição ocupada pelo indivíduo. Nesse caso, a sua identidade socioprofissional é construída com base nas características de seu ofício ou de sua empresa, havendo, portanto, um reconhecimento positivo entre a sua posição profissional e a sua identidade. Dubar (2005) destaca ainda que, nesse primeiro caso, a identidade socioprofissional, normalmente, apresenta uma dependência da estrutura hierárquica, seja em relação a existência de um *chefe* ou de uma estrutura burocrática.

Bastante diversa é a segunda configuração identitária citada por Dubar (2005). De acordo com o autor, as identidades construídas no molde da ruptura

(...) implicam, ao contrário, uma dualidade entre dois espaços e uma impossibilidade de construir para si uma identidade de futuro no interior do espaço produtor da identidade passada. Para encontrar ou recuperar uma identidade é preciso mudar de espaço. A identidade projetada pode ser supervalorizada ou desvalorizada em relação à identidade herdada, ela está em ruptura com esta última. (Dubar, 2005, p.324).

No caso específico das identidades construídas nos moldes da ruptura, constata-se que a posição profissional atualmente ocupada pelo indivíduo revela-se em descompasso com a sua auto-projeção identitária ou até mesmo com a identidade herdada de gerações passadas. Nesse caso, a construção de identidades de ruptura emerge da insatisfação do indivíduo com sua posição profissional, normalmente ancorada no fato de o trabalhador acreditar que os seus saberes profissionais ou a sua qualificação não estão sendo devidamente valorizadas no atual ofício que desempenha.

Como pode ser observado, em ambos os casos, tanto na identidade de continuidade quanto na de ruptura, Dubar (2005) deixa claro que essas formas identitárias fazem-se acompanhar das atribuições que os outros fazem da posição do trabalhador. Isto significa que, tanto nas identidades baseadas na continuidade quanto na ruptura, são igualmente relevantes as considerações que os outros fazem a respeito da posição profissional do indivíduo. É assim que a identidade de continuidade pode ser reconhecida, ou não, pelos outros, assim como na ruptura.

Como já foi salientado, a tipologia das quatro configurações identitárias diz respeito aos tipos identitários desenvolvidos através da relação da posição profissional do trabalhador

com as projeções elaboradas por ele mesmo (identidade biográfica, subjetiva) e pelo reconhecimento/não-reconhecimento dos outros acerca de seus papéis profissionais (identidade relacional, objetiva).

O modelo identitário de continuidade, como já foi discutido, expressa a influência direta da posição profissional do indivíduo na constituição da sua identidade biográfica. Isso quer dizer que o indivíduo não somente aceita o papel social no qual ele está investido no mercado de trabalho como *âncora* a sua auto-identificação, isto é, a sua identidade socioprofissional em elementos advindos do mundo do trabalho: a identidade da empresa/ofício, a relação com o chefe, o salário e tantos outros elementos.

De maneira oposta, o modelo identitário de ruptura manifesta-se quando ocorre a não-aceitação subjetiva do indivíduo com a sua posição profissional. Isto ocorre, segundo o autor, quando o indivíduo acredita que a sua formação escolar/qualificação/experiência possibilitaria uma melhor posição profissional. Deste modo, o indivíduo recusa-se a ancorar sua identidade socioprofissional em sua posição profissional. Nesse caso, o indivíduo tende a buscar outros *espaços*, isto é, elementos exteriores ao atual campo profissional para realizar a sua auto-identificação. É preciso lembrar sempre que tal tipologia fora criada a partir de casos particulares, com base em entrevistas com trabalhadores de empresas que passavam por processos de reestruturação produtiva e que, em função disto, ameaçava a estabilidade profissional dos funcionários com cortes de postos de trabalho e remanejamentos funcionais, causando impactos profundos em suas identidades socioprofissionais.

De forma semelhante, o processo de Desqualificação Social proposto por Paugam (2003) foca exatamente os processos de mudança identitária de trabalhadores que se afastam progressivamente (não necessariamente de forma definitiva) do mundo do trabalho formal e, por isso mesmo, vêm-se obrigados a inserirem-se em um novo espaço profissional, a saber, o espaço do trabalho informal (fase de fragilidade). Uma das principais hipóteses de Paugam (vide capítulo I) é que os trabalhadores buscavam executar outros tipos de trabalho, fora de suas searas originais, não apenas devido à busca pela sobrevivência financeira, mas, sobretudo, para afastarem o estigma de serem considerados sem lugar no mundo do trabalho e, por isso, vagabundos. Assim, ao inserirem-se no mundo das atividades informais, os trabalhadores estariam buscando uma resistência ao processo de Desqualificação (Cf. PAUGAM, 2003).

A resistência ao processo de Desqualificação ganha contornos mais dramáticos quando avaliadas à luz dos processos de construção identitária de Dubar (2005), especialmente no que se refere à identidade para o outro. Do ponto de vista subjetivo (identidade para si), parece ser uma questão resolvida a auto-afirmação do indivíduo que trabalha no setor informal para superar o estigma de ser taxado como um não-trabalhador e, por isso, ter sua dignidade e cidadania negadas. Entretanto, ao que parecem, as representações construídas pelos outros a respeito dos trabalhadores informais (identidade para o outro) *não atribuem* tal reconhecimento e legitimidade aos trabalhadores do setor informal.

Tomando como base a vasta literatura existente sobre o tema (vide capítulo II), constata-se que o setor informal tende a ser apontado como *locus* da ilegalidade e da marginalidade, sendo constantemente combatido pelas organizações do setor formal e do Estado. Observa-se, portanto, um suposto descompasso entre a auto-representação do indivíduo que busca no setor informal apoio para a reconstrução de sua identidade de trabalhador e os atos de atribuição dos outros a respeito dessa mesma participação no mercado de trabalho.

Deste modo, parece possível afirmar que, não obstante a importância das práticas de informalidade para os trabalhadores informais bem como para o conjunto da sociedade, a *identidade atribuída pelos outros* a respeito da informalidade é marcada pelo não-reconhecimento, sendo comum, nesse caso, ressaltar aspectos tidos como negativos da informalidade, como a precariedade, a ilegalidade, a ocupação irregular de espaços públicos e outros (Cf. ALVES, 2001; NORONHA, 2003; ULYSSEA, 2006; RIVERO, 2009; ARAÚJO, 2009).

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA

Antes de propriamente expor os métodos e técnicas utilizados na pesquisa, faz-se necessário recuperar alguns dos principais objetivos e hipóteses que nortearam a elaboração deste estudo, de modo a contextualizar as opções metodológicas relacionando-as com o quadro teórico da pesquisa. Desse modo, é necessário lembrar que o presente estudo parte de dois pressupostos fundamentais: o primeiro, elaborado por Paugam (2003), afirma que os trabalhadores afastados do mercado de trabalho formal, em virtude da experiência do desemprego, inserem-se no mercado de trabalho informal com vistas a resistirem ao processo de Desqualificação Social, experimentando, assim, um profundo processo de transformação identitária; o segundo, elaborado por Dubar (2005, 2006), afirma que a (re)construção identitária dos trabalhadores que vivenciam a troca, e, sobretudo, a deterioração de suas posições profissionais, se dá de maneira conflituosa, sendo necessária a legitimação de um duplo processo que compreende a sua própria aceitação na nova posição profissional que ocupa (identidade para si) bem como da aceitação dos outros em relação à sua nova posição profissional (identidade para o outro) (Cf. PAUGAM, 2003; DUBAR, 2005, 2006; vide capítulo III). Neste sentido, o enfoque teórico está na capacidade da *agência* dos indivíduos em negociar durante seus processos de interação, de forma reflexiva, as atribuições e pertencimentos de seus papéis sociais, incluindo os seus papéis profissionais.

Com base nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo geral fazer um estudo a respeito das identidades dos trabalhadores do mercado informal na região metropolitana da Cidade do Recife. Busca-se reconstruir as trajetórias profissionais dos trabalhadores do mercado informal para analisar a relação existente entre suas trajetórias profissionais e a modificação de suas identidades sociais; nesse sentido, procurou-se identificar o tipo de influência que a participação no mercado informal apresenta na construção das identidades desses trabalhadores, fazendo uso do duplo conceito de *continuidade* e *ruptura* (vide capítulo III); busca-se, também, verificar os tipos identitários que emergem no mercado de trabalho informal; verificar o grau de resistência que a participação no mercado informal oferece à desqualificação social e, finalmente, analisar as

projeções que os trabalhadores do mercado informal fazem com relação ao seu futuro profissional.

A pesquisa apresenta como hipóteses que a participação dos trabalhadores no mercado de trabalho informal influencia na construção e negociação das identidades sociais dos trabalhadores. Argumenta-se que a de participação no mercado informal constitui mecanismo de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social e ao estigma de serem considerados pobres e sem lugar estável no mercado de trabalho. Além disso, acredita-se que existe relação entre o tempo de participação no mercado informal e a capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social, de modo que quanto mais tempo o trabalhador encontra-se afastado de suas funções produtivas, mais rapidamente ocorre a deterioração de sua identidade de trabalhador e, junto com ela, seus vínculos sociais. Por último, afirma-se que os trabalhadores do mercado informal preferem a autonomia profissional conferida pelo trabalho informal ao status de ser um empregado com estabilidade.

Complementando o processo de negociação identitária expresso tanto por Paugam (2003) quanto por Dubar (2005), Demazière (2008) afirma que as pesquisas sociológicas que tratam do fenômeno do desemprego podem ser agrupadas em *quatro diferentes posturas*, que apresentam caminhos metodológicos e argumentos analíticos distintos. Em primeiro lugar, destaca o autor, surgiram as pesquisas cuja análise sociológica está focada na interiorização dos esquemas institucionais pelos indivíduos, por meio dos quais os desempregados aparecem como um grupo à parte e a experiência do desemprego é determinada por uma condição objetivante, homogênea e uniforme. No segundo caso, a análise sociológica está focada na medida da eficácia das normas que definem o estatuto de desempregado, de modo que as categorias oficiais se sobrepujam às categorias não-oficiais, anulando-as. Os desempregados, então, são definidos como agentes estratégicos em busca do emprego. No terceiro caso, a análise sociológica está focada na compreensão das significações vividas e das (re) interpretações subjetivas, de modo que as categorias oficiais enquadram as categorias não-oficiais. Dessa maneira, os desempregados são considerados como sujeitos e a experiência do desemprego é apropriada de diversas maneiras segundo recursos pessoais, subjetivos. No quarto e último caso, a análise sociológica está focada na descrição das atividades sociais e lingüísticas que contribuem para reconstruir o sentido em situação, de maneira que as categorias não-oficiais afastem-se das categorias oficiais. Os desempregados, nesse caso, passam a ser considerados como pessoas engajadas nas interações e a experiência do

desemprego é transformada e trabalhada em jogos de linguagem variados (Cf. DEMAZIÈRE, 2008).

Com base na tipologia proposta pelo autor, verifica-se que, nas duas primeiras posturas, tanto os caminhos metodológicos como os argumentos analíticos atribuem importância aos dados e aos discursos oficiais, supostamente objetivos e cientificamente válidos, desconsiderando as subjetividades e as particularidades das experiências dos desempregados. As duas estratégias seguintes, ao contrário, invertem a hierarquia das categorias, passando a valorizar as subjetividades daqueles que estão no centro do fenômeno do desemprego, ou seja, os próprios desempregados.

É precisamente dentro da tradição de focar os *aspectos subjetivos* que este estudo procura se inserir. Apesar de focar um objeto diferente daquele trazido por Demazière (2008) – os trabalhadores informais, e não os desempregados – a presente pesquisa apóia-se, em grande medida, nas discussões sociológicas a respeito do desemprego e da exclusão, fazendo uso de estratégias metodológicas oriundas deste tipo de pesquisa, que tenderam a ser apropriadas nas discussões sociológicas a respeito do mercado de trabalho informal. Este é o caso, por exemplo, do estudo da Desqualificação Social. Originalmente, o foco da pesquisa de Paugam (2003) *não* é o trabalhador informal, mas o desempregado, que, por perder progressivamente seu espaço no mundo do trabalho, experimenta mudanças objetivas, como a precariedade no rendimento, mas, sobretudo, subjetivas, como a crise identitária. Dessa forma, o modelo de mudança identitária proposto pelo autor (fragilidade, dependência e marginalidade) (vide capítulo I), foi apropriado justamente para tratar da questão da resistência empreendida pelos indivíduos situados na fragilidade.

Buscando conhecer os impactos que o trabalho no mercado informal apresenta na (re)construção das identidades dos trabalhadores, este estudo baseia-se na proposta metodológica de *dar voz ao campo*, proposta por Paugam (2003). Isto é, realizar pesquisas de tipo qualitativo por meio das quais, à semelhança de pesquisas etnográficas, seja possível fazer com que o ‘objeto de estudo’ se torne o sujeito ativo da pesquisa (Cf. PAUGAM, 2003).

No que diz respeito aos métodos e técnicas propriamente ditos, a metodologia deste estudo está composta, basicamente, em *quatro* etapas. Em primeiro lugar, foram escolhidos bairros da *Região Metropolitana do Recife* a partir dos quais foram selecionados trabalhadores informais que fizeram parte da “amostra” da pesquisa. Inicialmente, buscou-se selecionar os bairros tomando-se como base alguns *indicadores de precariedade* presentes

nos dados do Censo Demográfico do ano de 2000, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todavia, verificou-se que seria viável trabalhar com esses dados apenas nos bairros da *Cidade do Recife*, uma vez que não foi encontrada uma disponibilidade de dados a respeito dos bairros da Região Metropolitana, obrigando à pesquisa alterar seu procedimento metodológico. A opção encontrada foi selecionar os bairros de forma *intencional*, sendo escolhidos bairros que apresentassem características de *precariedade* e com locais de *concentração relativamente alta* de trabalhadores do mercado informal.

A necessidade de escolha de territórios com características de precarização é justificada por Paugam (2003), para quem o estudo da desqualificação deve ser realizado com indivíduos que apresentem características marcantes de degradação econômica e social. Essas características, segundo o autor, podem ser encontradas em indivíduos que vivam em locais considerados inadequados, de má reputação e/ou perigosos, causando impactos na auto-estima desses indivíduos, fazendo com que estes busquem criar, no plano da identidade, mecanismos de resistência ao estigma (Cf. PAUGAM, 2003). Estas seriam, portanto, as condições ideais para a investigação dos mecanismos de degradação e resistência das identidades.

Não se quer dizer, contudo, que os bairros selecionados por este estudo apresentem tais características de má reputação e/ou perigo. Quer-se dizer, tão somente, que quanto maiores forem as dificuldades sócio-econômicas e estruturais de uma localidade, mais impactos negativos poderá trazer à negociação identitária do indivíduo, uma vez que as identidades são construídas segundo o duplo processo de rotulagem e pertencimento, conforme enunciado por Dubar (2005). Dessa forma, locais que apresentam problemas socioeconômicos constituem o *locus* adequado ao estudo do processo de Desqualificação Social.

Procurando responder à suposta necessidade metodológica do estudo da Desqualificação, a pesquisa selecionou 3 cidades da *Região Metropolitana do Recife*: a própria capital, *Recife*, da qual foram escolhidos os bairros de *São José* e *Santo Antônio*, áreas marcadas pela alta concentração do comércio, tanto formal quanto informal, sobretudo, nos arredores do Mercado de São José e do centro comercial dos vendedores ambulantes, popularmente conhecido como *camelódromo*; a cidade de *Jaboatão dos Guararapes*, na qual foram selecionados os bairros de *Barra de Jangada* e *Prazeres*, sendo a escolha justificada pela alta concentração de trabalhadores informais na orla marítima, no primeiro bairro, e o segundo, por apresentar grande número de vendedores ambulantes situados na tradicional

feira livre deste bairro bem como nas imediações do maior centro de compras desta cidade, o shopping Guararapes; e a cidade de *Olinda*, precisamente no bairro de *Salgadinho*, onde se localizam diversos vendedores ambulantes no entorno do Centro de Convenções e de um parque de diversões.

Resolvida a primeira etapa metodológica, a segunda etapa consistiu na *seleção dos trabalhadores informais* que puderam fazer parte da pesquisa, sendo adotados, para isso, procedimentos da *pesquisa qualitativa*. A seleção de uma “amostra” de indivíduos tomou como base a noção de *corpus de pesquisa*, que representa um princípio alternativo de coletas de dados nas pesquisas das ciências humanas. Uma vez que a lógica da representatividade estatística não se aplica em casos da pesquisa qualitativa, a construção do *corpus*, por basear-se em pressupostos diferentes da pesquisa quantitativa, aparece como técnica legitimada de representatividade qualitativa, substituindo o tamanho da amostra da pesquisa quantitativa pelo procedimento de repetição dos discursos dos respondentes (Cf. BAUER & AARTS, 2007). Desse modo, o tamanho do corpus, isto é, o número de respondentes da pesquisa, é limitado pela repetição de discursos, ou seja, suspende-se a realização de entrevistas quando não mais aparecerem novas informações a respeito do tema que está sendo estudado. No caso do presente estudo, devido ao fato de as perguntas feitas não terem provocado novas informações, a pesquisa de campo foi interrompida.

A seleção dos indivíduos que compuseram o corpus da pesquisa no presente estudo foi feita a partir da técnica conhecida como *bola de neve*, quando um ou mais entrevistados fornecem outros informantes que podem, também, ser entrevistados, formando, assim, uma espécie de rede social (Cf. HANNEMAN, 2001). Buscando evitar que as pesquisas ficassem restritas a uma pequena rede social de trabalhadores, isto é, composta majoritariamente por indivíduos que apresentam relação de proximidade com o primeiro entrevistado e, por isso, com características semelhantes, a pesquisa buscou uma diversidade de *pontos de princípio*, entrevistando indivíduos localizados em diferentes pontos da Região Metropolitana. Isso justifica o fato de a presente pesquisa não se limitar a realizar entrevistas num mesmo bairro, ou numa mesma cidade que, devido à proximidade, poderia comprometer a heterogeneidade de situações. É preciso destacar, no entanto, que muitas vezes a *rede* composta pela bola de neve fora quebrada ao longo da pesquisa, em virtude da existência de casos de informantes que não apresentaram disponibilidade de apresentar outros indivíduos que se encontrasse na mesma situação.

Para a construção do corpus de pesquisa, foram selecionados exclusivamente os trabalhadores informais que operam no chamado *comércio ambulante*, isto é, a atividade comercial exercida livremente por indivíduos que transportam mercadorias, quer através de seus próprios meios, quer por veículos de tração animal, e as vendem no local de seu trânsito, ou que ainda possuem pontos fixos, mas, fora dos mercados urbanos e/ou em locais fixados pelas administrações municipais.

A escolha por este segmento específico fez-se necessária porque, ainda de acordo com os estudos que tratam do mercado informal (Cf. ANTUNES, 2006; ORGANISTA, 2006; CACCIAMALI, 1997; entre outros), o chamado *setor informal da economia* é bastante grande e heterogêneo, abrangendo desde empresas que não formalizam seus contratos e profissionais autônomos altamente especializados que visam à manutenção de seus lucros até vendedores ambulantes que não encontram outro meio de sobrevivência senão a venda de produtos e/ou serviços em sua maioria de baixa qualidade para um público-alvo formado predominantemente por pessoas de baixo poder aquisitivo (Cf. ARAÚJO, 2007). Desse modo, como o objetivo da pesquisa é realizar um estudo identitário entre trabalhadores que experimentam a situação de fragilidade – seja do ponto de vista da renda, do déficit na qualificação profissional ou nas dificuldades de (re)inserção no mercado de trabalho formal – revelou-se mais adequado restringir a pesquisa a um grupo com características de precariedade. Tais características, acredita-se, podem ser encontradas entre os chamados vendedores ambulantes.

Resolvida a questão da seleção dos pontos de princípio e dos demais indivíduos selecionados para a pesquisa, a construção do corpus foi finalizada quando começou a atingir a chamada *saturação dos materiais*, ou seja, quando os casos começaram a se repetir e não mais havia registros de grandes mudanças nos depoimentos (Cf. BAUER & AARTS, 2007). Desse modo, foram entrevistados *dez* trabalhadores, destes, *quatro* na cidade de Jaboatão dos Guararapes, *quatro* na cidade do Recife e *dois* na cidade de Olinda.

Delimitado o *corpus* da pesquisa, seguiu-se à terceira etapa da metodologia, correspondente à *coleta dos dados*. Esta etapa foi constituída a partir da realização de *entrevistas semi-estruturadas*, por meio das quais puderam ser reveladas as *histórias de vida dos indivíduos*, sobretudo, no que diz respeito às *suas trajetórias socioprofissionais, a vida familiar, as relações de vizinhança e com o trabalho, os ritmos cotidianos e outras*. Os depoimentos dos respondentes foram obtidos durante o momento de trabalho desses

indivíduos. Os depoimentos formais, gravados em áudio, duraram, em média, aproximadamente, 30 minutos. No entanto, as conversas informais (não-gravadas) se estendiam ao longo de 1 hora e meia, sendo possível, por meio destas, captar informações adicionais ao tema da pesquisa.

Finalmente, a quarta etapa da metodologia corresponde à análise dos dados coletados. Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa que busca conhecer as condições de vida, as trajetórias profissionais e a construção identitária de trabalhadores do mercado informal, foi realizado procedimento de *análise discursiva* construída pelos entrevistados. Tal análise tomou como base, em grande medida, o conceito de *representações sociais*.

A ampla literatura que trata do fenômeno das representações sociais (Cf. SPINK, 1993; GOUVEIA, 1993; MOSCOVICI, 2003; XAVIER, 2002; GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, 2007, entre outros) revela que este conceito mostra-se bastante ambíguo e heterogêneo, sendo largamente utilizado por diversas escolas vinculadas à psicologia, à sociologia ou à psicologia social. Devido à sua multidisciplinaridade, o conceito de representação social apresenta diferenças conceituais e metodológicas, tornando complexa a sua identificação e a sua aplicação prática.

Contudo, não é objetivo deste estudo aprofundar os debates teóricos a respeito das representações sociais. Por ora, é suficiente saber que a teoria das representações sociais, não obstante sua heterogeneidade, surgiu do esforço pioneiro de Serge Moscovici (2003) em debater o conceito de representação coletiva de Durkheim para, então, conhecer as maneiras pelas quais os indivíduos podiam produzir estruturas de conhecimento, a nível cognitivo, a partir do processamento de informações e da interação com os outros. De acordo com o autor:

A representação que temos de algo não está diretamente relacionada à nossa maneira de pensar e, contrariamente, por que nossa maneira de pensar e o que pensamos depende de tais representações, isto é, no fato de que nós temos, ou não temos, dada representação. Eu quero dizer que elas são impostas sobre nós, transmitidas e são o produto de uma seqüência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações. Todos os sistemas de classificação, todas as imagens todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas, implicam um elo prévio de sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (Moscovici, 2003, p.37).

Com base na teoria das representações coletivas proposta por Moscovici (2003), verifica-se que tais representações não são produto do pensamento particular de cada indivíduo pertencente a um dado grupo social. Ao contrário, as sociais são imagens, categorias e símbolos socialmente construídos no espaço e no tempo que, em grande medida,

determinam o próprio pensamento individual e coletivo e, por isso mesmo, condicionam a produção do conhecimento. A grande diferença do conceito de representações sociais de Moscovici para o conceito de representações coletivas de Durkheim é precisamente o papel desenvolvido pela *agência* na construção de novas representações. Isto significa que, apesar de as representações serem produtos do pensamento coletivo produzido anteriormente, essas representações estão sendo continuamente (re)construídas, sofrendo igualmente a influência dos pensamentos particulares produzidos por cada indivíduo, modificando-se, portanto, no espaço e no tempo, variando sempre em função do lugar vivido pelo sujeito.

Dessa forma, diz-se que o conceito original de representações sociais proposto por Moscovici (2003) situa-se no campo da psicologia social, uma vez que foca, a um só tempo, as estruturas de conhecimento produzidas pelo social bem como a sua internalização e negociação reflexiva. De acordo com o autor:

O conhecimento nunca é uma simples descrição ou uma cópia do estado de coisas. Ao contrário, o conhecimento é sempre produzido através da interação e comunicação e sua expressão está ligada aos interesses humanos que estão nele implicados. O conhecimento emerge do mundo entre as pessoas que se encontram e interagem, do mundo onde os interesses humanos, necessidades e desejos encontram expressão, satisfação ou frustração. Em síntese, o conhecimento surge das paixões humanas e, como tal, nunca é desinteressado; ao contrário, ele é sempre produto de um grupo específico de pessoas que se encontram em circunstâncias específicas, nas quais elas são engajadas em projetos definidos (...) assim, uma psicologia social do conhecimento social está interessada nos processos através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social. (Moscovici, 2003, p.08-09).

Afirmar, portanto, que o conhecimento produzido enquanto representação social está vinculado ao campo da psicologia social significa aceitar que este tipo de conhecimento é, a um só tempo, produto de uma construção coletiva (social), posto que é fortemente influenciado pelos conhecimentos herdados de gerações passadas, como também é um produto exclusivo de subjetividades particulares, continuamente reconfigurados.

De acordo com Moscovici (2003), as representações sociais apresentam duas funções básicas: em primeiro lugar, elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos, lhes dando uma forma definitiva, localizando-as em determinadas categorias e as colocando como modelo de determinado tipo. Em segundo lugar, as representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre os indivíduos formando uma estrutura pré-concebida de pensamento, condicionando o que e como se pensa determinado objeto ou acontecimento.

Desta forma, apesar de as trajetórias sociais e profissionais analisadas por este estudo não significarem, do ponto de vista conceitual, representações sociais, e sim *práticas*, a utilização da teoria das representações sociais é justificada pela idéia de que os discursos

construídos pelos indivíduos são o reflexo de uma estrutura de conhecimento construída de forma coletiva e continuamente readaptada – representações sociais – influenciada pelo duplo processo de internalização e reflexividade. Internalização no que diz respeito ao acúmulo de informações sociais a respeito de determinado assunto e reflexividade, que diz respeito à incorporação de valores subjetivos ao quadro conceitual fornecido pela sociedade. Desse modo, os discursos representam, a um só tempo, o produto do processo conflitante de atribuição (identidade para o outro) e pertencimento (identidade para si).

Partindo das idéias de Moscovici a respeito das representações sociais, Jodelet (*apud* Spink 1993) afirma que as representações sociais podem ser compreendidas como modalidades de *conhecimento prático* orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. Assim, apresentam-se como *formas de conhecimento* que se manifestam como elementos cognitivos – imagens, conceitos, categorias, teorias – socialmente elaboradas, que contribuem para a construção de uma realidade comum e que possibilita a comunicação. Deste modo, as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir de seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir de seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam (Cf. SPINK, 1993).

No âmbito deste trabalho, as representações são utilizadas com base em suas duas funções básicas destacadas por Moscovici que, segundo Gouveia (1993) e, também, Xavier (2002), podem ser definidas como 1) a *objetivação e*; 2) a *ancoragem*. De acordo com as autoras, a objetivação é o processo através do qual um dado objeto é ‘retirado’ da realidade social por um determinado sujeito, seja ele individual ou coletivo (Cf. GOUVEIA, 1993), e a ancoragem diz respeito à penetração de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade, atuando numa rede de significados (Cf. XAVIER, 2002). É assim que, as “*opiniões*” que os indivíduos apresentam a respeito de um tema determinado, são condicionadas pelas representações sociais existentes na sociedade e partilhadas coletivamente pelo conjunto de indivíduos.

Dessa forma, no caso da presente pesquisa a respeito da construção identitária dos trabalhadores informais, busca-se identificar em seus discursos as representações a respeito de suas próprias posições no mundo do trabalho. Assim, a análise das representações é focada em categorias como a visão que estes indivíduos têm em relação às suas condições

socioeconômicas; o significado do trabalho, em geral, e do trabalho informal, em particular, para estes indivíduos; as representações que eles constroem sobre a pobreza e o desemprego; as projeções que eles fazem com relação ao futuro profissional.

O roteiro de entrevistas, elaborado exatamente para que os entrevistados pudessem produzir discursos a partir dos quais fossem analisadas suas representações sociais, encontra-se dividido em *sete eixos temáticos* (vide anexo I). O primeiro diz respeito às *questões-filtro*, incluídas nas entrevistas com o objetivo de construir uma “amostra” de trabalhadores do comércio informal que já haviam trabalhado com carteira de trabalho assinada e que, atualmente, dependem exclusivamente do trabalho de vendedor ambulante para a sobrevivência. O segundo eixo temático diz respeito à *identificação* do respondente, e busca levantar as características do entrevistado, tais como lugar de nascimento, composição familiar, ano de nascimento, entre outras. O terceiro eixo temático trata da *trajetória social* do respondente. O objetivo principal deste grupo de questões foi identificar a mobilidade social do respondente, de modo a verificar sua formação/qualificação profissional. O quarto eixo temático diz respeito à *trajetória socioprofissional* do trabalhador. Neste ponto, buscou-se conhecer os diferentes vínculos profissionais que foram mantidos pelo respondente no mercado de trabalho antes de sua entrada na informalidade. O quinto eixo temático trata da *experiência do desemprego*, por meio do qual se buscou verificar o início do processo de desqualificação social do respondente, isto é, o momento da ruptura com sua posição relativamente estável no mundo do trabalho, representada pelo afastamento do seu emprego com carteira assinada. Nesse sentido, mostrou-se relevante identificar aspectos subjetivos do sofrimento social experimentado pelo trabalhador por ter perdido seu lugar no mundo do trabalho. O sexto eixo temático trata da *participação do trabalhador no mercado informal*. Neste eixo, buscou-se dar continuidade à investigação sobre o processo de desqualificação, buscando-se características relativas ao aprofundamento, ou resistência, ao processo de desqualificação. É importante destacar que, neste eixo, buscou-se refletir a respeito das duas categorias de construção identitária propostas por Dubar (2005): a continuidade e a ruptura, onde a primeira diz respeito àqueles trabalhadores que aceitam suas posições no mercado de trabalho, ancorando sua identidade socioprofissional no seu trabalho e, de forma oposta, a ruptura, desenvolvida pelos trabalhadores que não aceitam sua posição no mercado de trabalho e, por isso mesmo, buscam argumentos que justifiquem sua “permanência temporária”. Finalmente, o sétimo eixo temático da pesquisa diz respeito às perspectivas em

relação ao futuro, por meio do qual foi possível conhecer os sentimentos dos respondentes em relação ao seu futuro profissional, sendo expostos os seus desejos e os medos que têm quando não tiverem mais idade/condições para trabalharem. Assim, todos os depoimentos obtidos pela pesquisa foram gravados e transcritos, de modo a possibilitar a análise qualitativa do *corpus* da pesquisa, formado pelos discursos construídos pelos respondentes.

Com vistas a ilustrar o possível conflito existente entre as atribuições externas a respeito da informalidade, geralmente expressa pelos meios de comunicação, e os atos de pertencimentos, isto é, as auto-percepções que os trabalhadores informais fazem a respeito deles próprio, a pesquisa confronta as evidências de rotulagem que, normalmente, desprestigiam o trabalho informal, com os depoimentos dos trabalhadores, buscando analisar a percepção que estes fazem a respeito de seu próprio lugar no mundo do trabalho.

CAPÍTULO V

EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO TRABALHO INFORMAL: VENDEDORES AMBULANTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Os debates a respeito da centralidade do trabalho na contemporaneidade (Cf. CASTEL, 1998; ANTUNES, 2007; OFFE, 1989) demonstram que, para além das condições heterogêneas do trabalho, o indivíduo continua *preso à obrigação social e moral de ter que trabalhar*. Isto significa que, contrariamente às teses que argumentam sobre o fim do trabalho na contemporaneidade, este continua a se apresentar como o principal elemento de integração dos indivíduos em sociedade, uma vez que a lógica da sociedade de produtores é que cada indivíduo desempenhe uma função produtiva na sociedade, sob pena de deslegitimar-se enquanto cidadão caso não ocupe uma posição profissional socialmente aceita dentro da hierarquia social (Cf. Cf. SORJ, 2000; ORGANISTA, 2006).

Contudo, apesar de o trabalho apresentar-se como a esfera mais elementar na constituição identitária dos indivíduos na sociedade de produtores (Cf. DUBAR, 2005), o mesmo não se encontra disponível para todos. Não obstante a obrigatoriedade social e moral do trabalho, grande demanda de trabalhadores não encontra espaço no mercado de trabalho, tendo, por isso mesmo, impedida a sua participação no mundo do trabalho. E as conseqüências disto vão muito além do fenômeno da pauperização decorrente do não-assalariamento. O desemprego, para além dos aspectos materiais, tende a vir acompanhado de uma espécie de julgamento moral, sendo a ele atribuídas supostas conseqüências de falhas individuais. Assim, estar (ou ser) desempregado não é apenas encontrar-se na margem da circulação econômica capitalista. É, antes de tudo, uma negação de uma suposta condição humana essencial, é não ter a dignidade de obter a própria sobrevivência e, por isso mesmo, é não merecer o *status* de cidadão conferido aos outros, àqueles que trabalham (Cf. CASTEL, 1998).

De acordo com Bauman (2005), o desemprego não mais representa uma simples falha contingencial e temporária que obriga ao indivíduo que se encontra sem emprego buscar inserir-se novamente no mundo do trabalho. Ele é compreendido, agora, como uma ruptura permanente com a normalidade. Assim, independentemente das causas do desemprego, se

individual ou estrutural, o desempregado é considerado como alguém inútil para o conjunto da sociedade, sendo, por isso mesmo, considerado socialmente dispensável (Cf. OLIVEIRA, 1997). Referindo-se exatamente às conseqüências econômicas, sociais e morais do desemprego é que Goffman (2008) afirma que o desemprego pode ser considerado um estigma, isto é, uma marca que separa o indivíduo que a possui “*daqueles outros*” que não a possuem, os “*normais*”, restando ao seu portador buscar *superar* sua falha retornando à normalidade, neste caso, reinserindo-se no mercado de trabalho, *escondê-la*, buscando disfarçar os aspectos de precariedade, ou *suportá-la* com o apoio de semelhantes (Cf. GOFFMAN, 2008).

O conceito de desqualificação representa importante mudança nos estudos a respeito do trabalho. Enquanto antigos conceitos como pobreza e exclusão tratam o *trabalho* unicamente a partir de sua contribuição material, isto é, o trabalho apresenta-se como importante instituição tão somente devido ao seu papel de possibilitar ao trabalhador acesso à renda e aos demais bens materiais, o conceito de desqualificação revela a importância subjetiva do trabalho, especialmente por sua relevância na construção e manutenção das identidades sociais.

Partindo do pressuposto da influência do trabalho na constituição identitária dos indivíduos, conforme defendido pelo conceito de desqualificação social, e, também, da idéia relativa ao processo de construção identitária de Dubar (2005), que versa sobre as negociações identitárias empreendidas por esses trabalhadores em situações precárias, principalmente no que tange à aceitação ou recusa deles em construir suas identidades sociais a partir de suas identidades socioprofissionais, a presente pesquisa buscou fazer um estudo a respeito das (re)construções identitárias dos trabalhadores que perderam suas posições estáveis no mercado de trabalho e passaram a atuar profissionalmente no mercado de trabalho informal. Por meio de pesquisa qualitativa realizada entre os dias 2 e 22 de Março de 2009 com *dez* trabalhadores do comércio ambulante da Região Metropolitana do Recife (Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes), buscou-se reconstruir as trajetórias profissionais dos trabalhadores do mercado informal para analisar a relação existente entre suas posições profissionais e a construção de suas identidades sociais; identificar o tipo de influência que a participação no mercado informal apresenta na construção das identidades desses trabalhadores; verificar os tipos identitários que emergem no mercado de trabalho informal; verificar o grau de resistência que a participação no mercado informal oferece à

desqualificação social e, finalmente, analisar as projeções que os trabalhadores do mercado informal fazem com relação ao seu futuro profissional.

O resultado que se segue é uma gama de depoimentos que, analisados com base nas teorias utilizadas e nas hipóteses de trabalho previamente construídas, permitem demonstrar, em primeiro lugar, a incidência do processo de desqualificação social entre os trabalhadores selecionados para a pesquisa; em segundo lugar, revela que, não obstante as dificuldades demonstradas pelos trabalhadores em construir suas identidades sociais com base em suas posições profissionais, confirma-se a hipótese de que a participação no mercado de trabalho informal representa importante mecanismo de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social; em terceiro lugar, demonstra que existe uma relação entre o tempo de permanência na informalidade e a capacidade de resistência ao processo de desqualificação, de modo que, quanto maior o tempo de permanência na informalidade, maior é a capacidade do trabalhador de resistir ao processo de desqualificação social; finalmente, verificou-se que os trabalhadores entrevistados demonstram desejo de retornarem ao mercado de trabalho formal, com carteira de trabalho assinada, permitindo concluir, assim, que, contrariamente à hipótese de trabalho, os vendedores ambulantes preferem a segurança do emprego estável à autonomia do trabalho informal.

4.1 IMAGENS DA DESQUALIFICAÇÃO: IDENTIDADES (RE)CONSTRUÍDAS NA INFORMALIDADE

4.1.1 Perfil dos trabalhadores entrevistados

O presente estudo foi elaborado a partir de entrevistas realizadas com *dez* trabalhadores localizados na Região Metropolitana do Recife (vide metodologia, capítulo IV). Destes trabalhadores, *sete* correspondem ao sexo masculino ao passo que apenas *três* correspondem ao sexo feminino. Metodologicamente, o número relativamente baixo de entrevistas realizadas com trabalhadoras do sexo feminino justifica-se devido à aplicação do método bolo de neve, que não permite ao pesquisador escolher intencionalmente os indivíduos que farão parte da pesquisa, uma vez que tal seleção ocorre a partir de indicações de outros participantes da pesquisa. Contudo, inicialmente buscou-se de alguma forma equiparar o número de entrevistas entre homens e mulheres, de forma a selecionar mulheres para serem o ponto de partida das entrevistas, isto é, selecionar intencionalmente mulheres para que elas, após serem

entrevistadas, pudessem, assim, indicar outros trabalhadores(as) para a composição do *corpus* da pesquisa.

Todavia, durante as inserções no campo, encontrou-se dificuldade em contatar mulheres que já houvessem trabalhado no mercado de trabalho formal, isto é, com carteira de trabalho assinada, e que, somente após a experiência do desemprego, passaram a participar no mercado de trabalho informal. A grande maioria das mulheres contatadas ao longo da pesquisa, ao contrário, jamais havia participado do mercado formal, estando a inserção da maioria dessas mulheres no mundo do trabalho limitada aos empregos parciais e não-formalizados. Então, após diversas tentativas improfícuas de aumentar o número de entrevistas com mulheres, decidiu-se manter o baixo número de respondentes do sexo feminino.

A dificuldade encontrada pela pesquisa em conhecer trabalhadoras informais com passagem pregressa no mundo do trabalho formal aponta para uma espécie de *sub-participação* feminina nos empregos formais, pelo menos nos grupos de baixa renda. Antes de tudo, entretanto, é preciso reconhecer que a presente pesquisa, por ser qualitativa, não se apoiou em ferramentas estatísticas e, portanto, não pode fazer nenhuma generalização a respeito das limitações da participação feminina no mundo do trabalho. Contudo, a dificuldade surgida durante a pesquisa de campo em contatar mulheres que satisfizessem o perfil exigido para esta pesquisa, talvez seja emblemática daquilo que Navarro (2009) classificou como a *feminização da informalidade*, isto é, uma suposta evidência de que, pelo menos no Brasil, o lugar no mercado de trabalho formal ainda estaria amplamente reservado aos homens, ao passo que, às mulheres, estariam predominantemente disponibilizados os espaços da informalidade, aos quais elas já estariam habituadas devido à proximidade destes com as tradicionais atividades da esfera doméstica. Esta hipótese pode explicar o reduzido número de mulheres localizadas na informalidade com inserções pregressas no mercado de trabalho formal.

Não se trata aqui de, por meio da pesquisa realizada, confirmar ou refutar a hipótese da feminização da informalidade. No entanto, seja por coincidência ou mesmo pelo predomínio dos homens no mercado de trabalho formal, o fato é que este estudo encontrou dificuldades em selecionar mulheres para a elaboração do *corpus* da pesquisa. Entretanto, o fato de existir uma hipótese que afirma que tradicionalmente as mulheres apresentam um histórico de inserção na informalidade e, por isso mesmo, encontram maiores facilidades de adaptação em empregos desregulamentados não quer dizer, de forma alguma, que elas aceitam

desempenhar, de forma passiva, uma sub-participação no mercado de trabalho formal. Não é isto que está sendo aqui defendido. Sem dúvida alguma, o fato de estar ou não acostumado(a) a desenvolver práticas de trabalho na informalidade não depende do gênero do(a) respondente. Sobre isto, a pesquisa constatou, e mais adiante será discutido, que a aceitação ou recusa da posição profissional está relacionada, antes, a fatores como a *trajetória socioprofissional* do trabalhador, isto é, o status social herdado de sua família e o caminho percorrido pelo trabalhador desde a sua primeira experiência no mundo do trabalho até a sua atual posição profissional; a *idade* do trabalhador e o *tempo de permanência* do trabalhador na informalidade.

Do ponto de vista *etário*, o corpus da pesquisa foi construído a partir dos depoimentos de *três* jovens, entre 25 e 26 anos de idade, e *sete* adultos, entre 37 e 56 anos de idade. Mais uma vez, o número relativamente baixo de entrevistas realizadas com jovens deve-se ao método bola de neve. O que importa salientar, contudo, é que as diferenças etárias imediatamente indicaram uma diferença nos discursos a respeito do trabalho, sobretudo, no que diz respeito à *aceitação/recusa* da posição profissional por eles ocupada no mercado de trabalho. Como será visto mais adiante, apesar de todos os entrevistados participarem ativamente na informalidade e progressivamente terem participado do mercado de trabalho formal, há indícios de que os *jovens* tendem a *recusar* a ancoragem de suas identidades sociais em suas atuais posições profissionais, de modo que continuam buscando sua reinserção no mercado de trabalho formal, conservando, assim, a esperança de conseguirem melhores condições de vida.

Outro dado absolutamente relevante surgido ao longo da análise dos depoimentos dos vendedores ambulantes corresponde ao fenômeno da *migração*, tendo se apresentado como um fato recorrente em parte considerável das histórias de vida dos trabalhadores que fizeram parte da pesquisa. Dos dez entrevistados, *sete* são migrantes, sendo que seis nasceram em regiões do interior do Estado de Pernambuco e apenas um nasceu em região do interior do Estado de Alagoas.

O fenômeno da migração chama a atenção neste estudo não pelo seu aspecto quantitativo, logicamente, mas, pela influência que a experiência de sair de seus locais de origem em busca do *trabalho* impactou na vida destes indivíduos e em suas representações acerca do trabalho. *Todos* os migrantes que fizeram parte deste estudo revelaram que, desde muito cedo, começaram a trabalhar para a própria sobrevivência e para ajudar financeiramente

suas famílias. Deste modo, a percepção do trabalho como uma *obrigação*, seja ela material e/ou moral, apresenta-se particularmente forte nos discursos destes trabalhadores.

“(...) desde criança tenho que trabalhar... nunca estudei não... porque lá onde eu morava não tinha esse negócio de escola não... tinha que trabalhar mesmo” (J., dono de fiteiro, 53 anos).

“Rapaz... tive que trabalhar né? A gente não era... assim... uma... era uma classe... pobre... não era uma classe pobre pobre... porque meu pai conseguia sustentar a gente porque tinha duas funções... mas tive que trabalhar também” (G., dono de fiteiro, 55 anos)

O drama de ver-se obrigado, desde muito jovem, a trabalhar para ajudar a família a conseguir melhores condições de vida, em grande medida, motivou o abandono dos estudos destes indivíduos. Além da iniciação prematura no mundo do trabalho, que segundo Cavalcanti, Lyra & Avelino (2008), é particularmente comum nas áreas pobres, sobretudo, do Nordeste canavieiro, além de encurtar a fase de juventude e preparação emocional, dificulta, ainda, a formação/qualificação desses jovens, realimentando, assim, uma espécie de ciclo da pauperização: não estudam porque são pobres e são pobres porque não estudam, sendo as dificuldades passadas de geração em geração.

“(...) a vida da gente era muito humilde... meu pai e minha mãe. Eu ia para a escola até com fome... sem ter o que comer... e lá onde eu morava (...) tinha que começar a ralar [trabalhar] cedo... trabalhar em negócio de roçado, essas coisas. Aí isso me fez esquecer totalmente os estudos. Não que... que assim... sempre tem uma brechinha né? mas eu abandonei totalmente... vi o esforço da minha família aí quis ajudar... para tentar melhorar alguma coisa... aí parei... parei os estudos” (Ra., dono de fiteiro, 26 anos).

“Deixei os estudos porque nesse tempo ou trabalhava ou estudava... aí não dava não... tinha que trabalhar e saía do trabalho tarde... os homens não deixavam largar cedo... tinha que sair de 7 horas... e tinha que fazer hora extra... aí tinha que trabalhar ou estudar, e eu escolhi o trabalho... fazer o que né? Tinha que sobreviver” (Ro., vendedor de lanches, 44 anos).

Obviamente, as dificuldades de acesso à formação escolar e a proximidade com o mundo do trabalho não são, de forma alguma, um problema exclusivo de migrantes. Todavia, comparando-se o nível de escolaridade dos trabalhadores selecionados nesta pesquisa, que, vale lembrar, corresponde tão somente a um pequeno conjunto de trabalhadores, verifica-se que *todos os não-migrantes* concluíram o Ensino Médio, à exceção de uma respondente que ainda se encontra estudando, ao passo que, entre os *migrantes*, apenas um concluiu o Ensino Médio, seis não concluíram o Ensino Fundamental e um nunca sequer estudou, todos alegando responsabilidades no campo do trabalho. Portanto, ainda que na realidade migrantes e não-migrantes apresentem dificuldades semelhantes de inserção e permanência no espaço de formação escolar, não foi possível coletar depoimentos relativos às impossibilidades de estudo por parte dos não-migrantes.

O fato de atribuir às causas da exclusão do sistema escolar a uma espécie de caráter cíclico, isto é, filhos de pais que não apresentam condições socioeconômicas adequadas tendem a ficar afastados ou inseridos de forma precária no sistema escolar, não significa dizer que, necessariamente, os filhos seguem os insucessos escolares e/ou profissionais dos pais. Ao longo das entrevistas, por exemplo, surgiu o caso de R., migrante, vendedor de picolé, que conseguiu, “com muitas dificuldades”, obter melhores condições para seus filhos. Apesar de não haver completado sequer o Ensino Fundamental e ainda hoje ocupar posição relativamente inferior no mercado de trabalho, todos os seus três filhos possuem melhores qualificações e desempenham posições profissionais mais prestigiadas. Dois de seus filhos, inclusive, concluíram o ensino superior, informação esta revelada com muito orgulho e satisfação pelo respondente.

Por fim, um aspecto relevante do perfil dos trabalhadores selecionados para a realização do presente estudo diz respeito à *estrutura familiar* dos mesmos. Dos dez indivíduos selecionados para a pesquisa, oito possuem filhos e/ou outros parentes cuja sobrevivência material depende exclusivamente do trabalho realizado na informalidade. Isto, sem dúvida alguma, representa o peso que as práticas de trabalho informal apresentam na responsabilidade do trabalhador na busca por melhores condições financeiras, responsabilidade esta, muitas vezes, difícil de ser cumprida devido às inseguranças proporcionadas pelo trabalho informal. Diferentemente dos empregos formais, os trabalhos informais não disponibilizam ao trabalhador os benefícios decorrentes da carteira de trabalho assinada, como o salário fixo e os demais direitos do trabalhador. Ainda assim, grande parcela da população depende exclusivamente destas práticas de trabalho para a sobrevivência.

4.1.2 Origens e trajetórias socioprofissionais

Durante a realização das entrevistas, verificou-se que a maioria dos trabalhadores entrevistados apresentava baixo nível de escolarização, substantiva precariedade econômica e um histórico de participação precária no mercado de trabalho. Este perfil geral dos trabalhadores motivou este estudo a questionar a própria incidência do processo de desqualificação social entre os entrevistados.

Construído por Paugam (2003) para exprimir a trajetória dos indivíduos que perdiam a estabilidade no mundo do trabalho devido ao crescente fenômeno do desemprego, o processo de desqualificação social parte do pressuposto que o indivíduo, ao perder sua posição

profissional, tende a afastar-se progressivamente do mercado de trabalho formal e, com isso, passa a experimentar profundas modificações identitárias. Pois bem, à exceção de casos de jovens franceses que não conseguem sua inserção no mercado de trabalho, o modelo de Paugam (2003) trata quase que exclusivamente de casos de indivíduos que apresentavam *lugar estável* no mundo do trabalho e que, devido ao desemprego recente, perderam tal estabilidade, vendo-se obrigados, por isso mesmo, a recorrerem às alternativas de sobrevivência, como a execução de pequenos trabalhos temporários (na fase da fragilidade) ou a dependência de auxílios financeiros disponibilizados pelo Estado (na fase da dependência).

Ao buscar fazer uma reflexão a respeito do fenômeno do desemprego no Brasil, é preciso ressaltar que, em grande medida devido ao desemprego estrutural, existe um grande contingente de indivíduos que, de forma recorrente, se inserem de maneira precária, e estrutural, no mundo do trabalho. Isto quer dizer que, se na realidade francesa a *normalidade* do mercado de trabalho é caracterizada pela predominância de relações formais de trabalho, na realidade brasileira, grande parcela de trabalhadores experimenta uma espécie de circulação fluída entre a informalidade e a formalidade, fazendo com que, no limite, para muitos trabalhadores a manutenção de laços informais no mundo do trabalho seja a *normalidade*. Assim, é possível dizer que, para parte dos trabalhadores brasileiros, ser trabalhador formal ou informal irá depender muito mais de condições temporais, fazendo com que o fato de estar na informalidade não significar, necessariamente, estar no centro de uma crise identitária.

Os significados de perder o emprego e estar na informalidade, portanto, podem ser completamente diferentes nos contextos francês e brasileiro. Certamente, os impactos causados pelo afastamento da esfera formal de trabalho são muito maiores nos trabalhadores franceses que nos brasileiros, haja vista a proximidade que os brasileiros mantêm com postos de trabalho relativamente instáveis. No caso brasileiro, como de resto na maioria dos países em desenvolvimento, a suposta normalidade de convivência com as formas atípicas de trabalho, registrada desde os escritos clássicos de Hart e, também, de Singer (*apud* BARBOSA, 2007) a respeito do trabalho informal nos países subdesenvolvidos, certamente, diz respeito ao que está sendo chamado aqui de *origem social* dos trabalhadores informais.

Isto quer dizer que os trabalhadores que ocupam posições desregulamentadas e instáveis no mundo do trabalho, desde suas origens, convivem com certa insegurança

profissional. Logicamente, é plenamente possível que indivíduos com adequadas formações escolares e que já tiveram ocupado posições estáveis no mercado de trabalho formal, hoje, experimentem o drama do desemprego e encontrem na informalidade uma alternativa de sobrevivência. Contudo, parece muito mais provável encontrar no universo da informalidade trabalhadores sem adequada formação escolar e que recorrentemente, experimentam as incertezas e inseguranças no mundo do trabalho.

Logicamente, o chamado universo do mercado de trabalho informal é bastante grande e heterogêneo, abrangendo desde grandes empresas que não formalizam seus contratos e profissionais autônomos altamente especializados que visam à manutenção de seus lucros até vendedores ambulantes que não encontram outro meio de sobrevivência senão a venda de produtos e/ou serviços em sua maioria de baixa qualidade para um público-alvo formado predominantemente por pessoas de baixo poder aquisitivo (Cf. ARAÚJO, 2007). O universo formado pelas atividades de baixa produtividade e baixo rendimento no setor de comércio e serviços, surgido como alternativa para aqueles que se encontram afastados do mercado formal e, por isso mesmo, socialmente desprotegidos é chamado por Organista (2006) como o *baixo mercado de trabalho informal*. É exatamente desta parte do mercado informal que a presente pesquisa se ocupa e é dela que está se afirmando que os seus trabalhadores, devido às suas origens sociais, estão habituados a dela fazerem parte. Neste sentido, é preciso conhecer as possibilidades e os limites da aplicação do conceito de desqualificação social no contexto local.

O primeiro indicador que permite afirmar que os trabalhadores informais incluídos neste estudo apresentam *origem social precária* é a posição profissional de seus pais. Agricultores, empregadas domésticas, vigilantes. À exceção do caso de E., 25 anos, vendedora de flores, que ainda está estudando para concluir o Ensino Médio e cuja mãe é enfermeira, todos os demais depoimentos revelam que a convivência com empregos que permitem senão uma inserção precária no mundo do trabalho está presente nas histórias familiares.

“Não conheci pai, sou filho só de mãe... ela trabalhava nesse negócio de cana [cana-de-açúcar]... limpar cana no engenho... eu fui um filho muito sofrido” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Rapaz olhe... eu não fui criado com meus pais não... meus pais legítimos... eu morava aqui e eles foram para São Paulo... eles eram muito jovens... eu fui criado com uma tia... fui criado por ela... ela era doméstica... mas meu pai de criação era telegrafista e chefe de estação” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

De forma recorrente, as dificuldades socioeconômicas familiares, motivadas, sobretudo, pela precária inserção profissional dos pais, são apontadas como a causa do baixo nível de escolarização dos entrevistados e contato precoce com o mundo do trabalho. Como já foi visto anteriormente, dos dez entrevistados, quatro concluíram o Ensino Médio e um está em vias de concluí-lo, ao passo que quatro não chegaram a concluir o Ensino Fundamental e um nunca sequer estudou. Todos, à exceção de um único caso que continua a estudar, abandonaram os estudos devido à necessidade de entrada no mundo do trabalho.

“A gente não tinha condições não. A gente tinha que trabalhar... família grande e as condições... um pouco... precárias” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Nunca estudei... no interior não ia para a escola não... trabalho desde os 4 anos de idade” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Aí foi quando eu casei... aos 16 anos, aí tive filho... aí tive que trabalhar... criar filhos... aí depois me separei... foi por isso” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Para trabalhar né? não tinha condições não...” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“(...) porque tinha que trabalhar... estudava à noite e tinha que batalhar o pão para os meus pirraia [filhos pequenos]... aí não dava mais para estudar. Abandonei meus estudos praticamente por causa da família” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

As dificuldades socioeconômicas vivenciadas por estes indivíduos no seio de suas famílias contribuíram, assim, para que adentrassem precocemente no mundo do trabalho. Desse modo, é possível supor que as dificuldades familiares contribuíram para a redução das chances de sucesso escolar e no mundo do trabalho, chegando mesmo a limitar suas próprias aspirações profissionais. Este panorama, de alguma forma, assemelha-se àquilo que Bourdieu (2003) chamou de *A escola dos subproletariados*, ou seja, a situação de jovens que, devido às precárias condições socioeconômicas de suas famílias, vêm-se presos às condições degradantes que certamente influenciarão em suas vidas escolares e profissionais, acarretando em insucessos. No limite, segundo o autor, esses fatores estruturais modelam principalmente as disposições relativas ao tempo, fazendo com que, no mundo do trabalho, haja uma afinidade desses jovens com disposições instáveis e empregos temporários, como se, por conta de fatores estruturais, o insucesso destes jovens ocorresse devido a uma espécie de *efeito do destino* (Cf. BOURDIEU, 2003).

A associação supostamente existente entre precárias condições familiares e os conseqüentes insucessos no mundo escolar bem como na esfera do trabalho, compreendidas aqui enquanto *origem social*, parece ser confirmada ao se recuperar, através das histórias de

vida desses indivíduos, suas *trajetórias socioprofissionais*, isto é, as diferentes posições profissionais ocupadas pelo indivíduo ao longo de sua vida profissional. Este termo foi construído, por um lado, com base no conceito de *desqualificação social*, que parte da investigação das diferentes posições ocupadas pelos indivíduos no mercado de trabalho, de modo a retratar o afastamento progressivo do trabalhador com o mundo do trabalho e, por outro lado, o conceito de *identidade socioprofissional* de Dubar (2005, 2006), por meio do qual o autor afirma ser possível identificar o prestígio social correspondente à posição socioprofissional ocupada pelo trabalhador. Posição socioprofissional porque o trabalho realizado pelo indivíduo não se limita a uma simples posição no mundo do trabalho, mas, de forma ampla, cada posição profissional apresenta um status social determinado, influenciando sobremaneira na localização do indivíduo na hierarquia social. E, desta forma, a aceitação ou a recusa da posição profissional do indivíduo na construção de sua identidade social está diretamente ligada ao prestígio correspondente à sua posição no mundo do trabalho (Cf. DUBAR, 2005; 2006; vide capítulo III).

Partindo deste ponto de vista, a recuperação da história socioprofissional do indivíduo é relevante na medida em que permite identificar quais posições foram desempenhadas por ele no mercado de trabalho, de modo a identificar o prestígio por ele desfrutado a partir de suas diferentes posições no mercado de trabalho. Neste caso, a trajetória socioprofissional é constituída desde o *primeiro emprego* ocupado pelo trabalhador, que irá dizer acerca das suas condições de entrada no mundo do trabalho, passando pelos demais empregos por ele ocupados, incluindo suas posições no mercado de trabalho formal, possivelmente, mas não necessariamente, considerado como o momento de maior prestígio desfrutado pelo trabalhador, até as posições por ele ocupadas após a experiência do desemprego, culminando com a sua atual posição na esfera do trabalho.

Com base nos depoimentos coletados, verifica-se que dos dez trabalhadores entrevistados, *quatro* tiveram sua iniciação no mundo do trabalho a partir de relações formais de trabalho, de maneira que três desses trabalhadores obtiveram carteira de trabalho assinada (metalúrgico, operário de máquinas e vendedora) enquanto outro ocupava função regulamentada apesar de não ser com carteira de trabalho assinada (soldado do exército). Todos os outros seis entrevistados tiveram sua iniciação no mercado de trabalho por meio de funções desregulamentadas (agricultor, pescador, vendedor ambulante e cabeleireira).

Antes de seguir com a recuperação da trajetória socioprofissional dos trabalhadores, é importante justificar o porquê de se atribuir tamanha importância aos empregos com carteira de trabalho assinada em relação aos empregos desregulamentados e, portanto, sem o benefício da carteira de trabalho. De acordo com Organista (2006), ao menos na realidade brasileira, a condição de cidadania do trabalhador está diretamente condicionada à existência da carteira de trabalho assinada. Segundo o autor, a carteira de trabalho assinada aparece como o símbolo do trabalho, sendo reservada para o cidadão que efetivamente contribui para o conjunto da sociedade, estando, por isso mesmo, a condição de trabalhador limitada à posse da carteira de trabalho assinada. Assim, os indivíduos que trabalham na informalidade, isto é, sem a carteira de trabalho assinada, apesar de trabalharem de fato, não têm um reconhecimento pleno de sua condição de trabalhador, sendo muitas vezes negada sua condição de dignidade e cidadania (Cf. ORGANISTA, 2006).

A limitação da condição de trabalhador à posse da carteira de trabalho encontra-se refletida nos próprios discursos dos trabalhadores informais aqui entrevistados que, na maioria das vezes, não escondem desejo de conseguirem novamente um emprego com carteira de trabalho assinada. É o caso, por exemplo, de A., 45 anos, vendedor de churros, que, questionado a respeito das diferenças entre o seu antigo trabalho e o atual trabalho informal, manifesta sua preferência pelo trabalho com carteira assinada.

“O trabalho com carteira assinada... não ganhando um salário-mínimo... mas um salário que dê para manter a família e a gente mesmo... acho que é melhor com carteira assinada (...) porque é melhor... com carteira [de trabalho assinada] a gente fica mais sossegado né?” (A., 45 anos, vendedor de churros).

Questionado a respeito de sua preferência pelas ocupações com carteira de trabalho assinada, A. argumenta que se encontra na informalidade por não ter alternativa:

“Foi uma opção... enquanto [não] surgia outra coisa melhor (...) mas, todo trabalho é... sendo honesto... eu acho que é... ele é... é bom... de modo que satisfaz” (A., 45 anos, vendedor de churros).

Além de ressaltar que a sua participação no mercado de trabalho informal é motivada pela inexistência de alternativas, observa-se que A. constrói sua justificativa de participação apoiando-se no argumento de que o seu trabalho, apesar de informal, é *honesto*, de forma que transparece uma suposta tentativa do trabalhador em compensar a falta da carteira de trabalho assinada com uma qualidade inerente ao seu trabalho que legitime a sua condição de trabalhador desregulamentado. Como será visto mais adiante, a utilização de adjetivos como

honesto e digno é recorrente nas construções discursivas dos trabalhadores, aparecendo, assim, como um elemento de oposição e resistência àquelas pessoas que não trabalham. Em poucas palavras, é aquilo que Castel (1998) falava dos trabalhadores inseridos de maneira precária no mundo do trabalho, os quais buscam argumentar que, apesar de suas posições profissionais não apresentarem o mesmo prestígio e reconhecimento das posições profissionais regulamentadas, eles buscam viver dignamente, em oposição aos vagabundos, contribuindo, assim, para o conjunto da sociedade (Cf. CASTEL, 1998).

Não obstante as possíveis diferenças de status quando no momento de entrada no mundo do trabalho, isto é, primeiro emprego com ou sem carteira assinada, o dado mais importante da trajetória socioprofissional é o *tipo* de emprego formal conseguido pelo trabalhador e o *tempo* o qual permanecera na formalidade. Supõe-se que quanto mais reconhecida e de maior duração foi a posição ocupada pelo indivíduo no mercado de trabalho formal, ou seja, quanto mais estável, maiores são os impactos causados pelo fenômeno da desqualificação social.

Com base nos depoimentos coletados, verifica-se que parte dos trabalhadores passara pouco tempo no mercado de trabalho formal e, durante este tempo, conseguiu senão posições profissionais cujo prestígio/reconhecimento apresenta-se baixo. Tal evidência corrobora e reforça a tese da origem social dos trabalhadores informais contatados nesta pesquisa, de que estariam, de alguma maneira, habituados a desempenharem ocupações que carecem de prestígio/reconhecimento na hierarquia do trabalho.

“trabalhei de estoquista de autopeças... e já tive outros... mas foi por pouco tempo... de frentista de posto de gasolina (...) passei cinco anos com carteira assinada” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Trabalhei como vendedor de loja de... de magazine... passei aproximadamente 4 anos” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Trabalhei somente um ano como camareira em hotel... com carteira assinada” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“(...) passei quase dois anos com carteira assinada, trabalhando como vendedora de uma loja de bijuterias...” (E., 26 anos, vendedora de flores).

“Com carteira de trabalho assinada? bem... era auxiliar operacional... passei um ano e quatro meses” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Todos os depoimentos acima descritos revelam a maneira relativamente instável, tanto em relação ao tipo quanto ao tempo de trabalho, que parte dos entrevistados se inseriram no mercado de trabalho. Todos estes, à exceção de A., obtiveram apenas *um* emprego com carteira assinada ao longo de toda a sua experiência profissional. A., por sua vez, obteve *dois*

tipos diferentes de empregos, totalizando o período de cinco anos de trabalho com carteira assinada.

Por outro lado, a pesquisa identificou, também, trabalhadores informais que, no passado, apresentaram posições que, ao menos em relação ao tempo de duração, podem ser consideradas estáveis no mercado de trabalho.

“Com carteira assinada trabalhei em duas empresas diferentes (...) passei praticamente... 12 anos com carteira assinada” (R., 56anos, vendedor de picolé).

“Trabalhei numa fazenda... com gado... e agricultura... dava para correr atrás... mas, aqui, hoje, está complicado viver honestamente (...) foi de 10 a 12 anos com carteira assinada” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Ah... eu passei oito anos como metalúrgico... aí depois entrei no Corpo de Bombeiros... foram mais quatro anos... depois fiquei pouco tempo como encarregado de uma transportadora (...) foi pouco mais de doze anos trabalhando segurado [com empregos formais]” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

“Já trabalhei em várias empresas... com carteira assinada... o maior tempo foi como entregador de mercadorias (...) passei 21 anos trabalhando com carteira de trabalho assinada” (Ro., 44 anos, vendedor de lanches).

Com base nos depoimentos dos entrevistados, constata-se, portanto, a existência de dois grupos heterogêneos de trabalhadores: o primeiro, formado por indivíduos que, desde a entrada no mundo do trabalho, somente obtiveram posição profissionais relativamente instáveis no que se refere ao tipo e ao tempo de duração do vínculo formal de trabalho. O segundo grupo, ao contrário, apresentou laços mais sólidos com o mundo do trabalho, ainda que, da mesma forma que os trabalhadores do primeiro grupo, em algum momento perderam suas posições de trabalho relativamente estáveis. Por isso, para além das diferenças que dizem respeito às posições heterogêneas ocupadas no mercado de trabalho, *todos* os trabalhadores contatados pela pesquisa experimentaram o drama do desemprego e, a partir disto, passaram a manter relações instáveis e precárias com o mundo do trabalho, localizando-se, assim, no centro do processo de desqualificação social.

De todo modo, com base nos depoimentos analisados verifica-se que, apesar de a origem social e das trajetórias socioprofissionais dos trabalhadores apontarem para a *normalidade* da inserção precária e instável no mundo do trabalho, *todos* os trabalhadores entrevistados, de fato, passam pelo processo de desqualificação social, iniciado a partir da frustrante experiência da demissão e do conseqüente afastamento do mercado de trabalho formal.

4.2 A EXPERIÊNCIA DO DESEMPREGO: O INÍCIO DO PROCESSO DE DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL

De acordo com Paugam (2003) a experiência do desemprego é um evento marcante na vida do trabalhador. A partir do desemprego e da insuficiência de rendimentos dele decorrente, tem início o processo de pauperização do trabalhador e de suas famílias que, sem dúvida, não se limita às conseqüências materiais. O desemprego e a pobreza, entendida principalmente como a dependência que passam a apresentar pela assistência social, representam experiências humilhantes na vida destes trabalhadores, propiciando o afastamento progressivo do mundo do trabalho, e culminando, assim, com a perda de suas condições de cidadania e de dignidade.

Obviamente, Paugam (2003) não considera o desemprego como um fenômeno irreversível e, por isso mesmo, ele destaca que os trabalhadores situados no centro do processo de afastamento do mercado de trabalho e de rompimento de seus laços sociais, chamado por ele de desqualificação social, *podem* resistir a este processo por meio de estratégias de negociação identitária, visando principalmente recusar o *status* humilhante de serem considerados sem trabalho (Cf. PAUGAM, 2003, 2007). São precisamente das tentativas de negociação identitária, muitas vezes fracassada, que trata o processo de desqualificação social.

Segundo Paugam (2003), no primeiro momento do processo de desqualificação social, que ocorre imediatamente após a perda do emprego e das tentativas frustradas de reinserção no mercado de trabalho formal, os trabalhadores tendem a buscar disfarçar suas condições de precariedade e seus *status* de desempregados. Neste sentido, eles evitam receber a ajuda social eventualmente disponibilizada pelo Estado, buscando continuar a sobreviver a partir de seus próprios meios, realizando, para isso, pequenos trabalhos temporários. Esta é a chamada fase da fragilidade.

Entretanto, segundo o autor, os trabalhos temporários normalmente revelam-se insuficientes tanto para a manutenção da situação socioeconômica do trabalhador e de sua família, bem como para a preservação de seu *status* e de sua identidade de trabalhador. Como destaca o autor, esses trabalhadores temporários têm consciência da diferença existente entre os seus trabalhos temporários e um verdadeiro emprego (Cf. PAUGAM, 2003). Assim, o

agravamento da precariedade econômica e da crise identitária, marcados, sobretudo, pelo tempo relativamente longo de afastamento do mercado de trabalho formal, fazem com que o trabalhador passe à segunda fase do processo de desqualificação social, representada pela dependência em relação aos benefícios sociais disponibilizados pelo Estado e pela perda de determinados atributos de sua identidade de trabalhador. Paugam (2003) argumenta que muitos trabalhadores localizados na fase da dependência vivenciam a negação de seus antigos status de trabalhadores, adotando estilos de vida, comportamentos e atributos identitários condizentes com as populações dependentes da assistência social.

Finalmente, o aprofundamento da precariedade socioeconômica bem como da crise identitária de parte dos membros dessa população de assistidos leva muitos deles a afastarem-se *irreversivelmente* do mundo do trabalho, experimentando uma aproximação com hábitos tidos como inaceitáveis por parte dos assistentes sociais que acompanham esses extrabalhadores e suas famílias, a exemplo do alcoolismo, do uso de drogas e da desistência de encontrar um novo trabalho. A adoção desses novos hábitos faz com que haja a interrupção da ajuda dada pelo Estado para a recondução desses indivíduos à normalidade social, empurrando-os, assim, para a *marginalidade* dos serviços sociais. Esta fase, chamada por Paugam (2003) de marginalidade, caracteriza-se pelo rompimento quase que total dos laços sociais mantidos pelos indivíduos com a sociedade (Cf. PAUGAM, 2003).

Com base no conceito de desqualificação social, a presente pesquisa elaborou como hipótese geral o argumento que *a participação no mercado de trabalho informal influencia no processo de (re)construção identitária desses trabalhadores*. Isto significa que, a partir da experiência da demissão, os trabalhadores passam a experimentar modificações identitárias, que dizem respeito à perda de determinados atributos provenientes da construção identitária de trabalhadores.

Para testar a referida hipótese, este estudo buscou identificar o sofrimento social dos indivíduos que estavam no centro da própria experiência do processo de desqualificação social. Para isso, a pesquisa buscou analisar a trajetória socioprofissional de vendedores ambulantes com base nos seguintes indicadores: *os motivos de saída do último emprego no qual os trabalhadores mantiveram vínculo formal, os sentimentos relativos à saída do emprego formal, o tempo de afastamento do último emprego formal, o cotidiano dos trabalhadores durante a fase de desemprego e as relações de sociabilidade mantidas por eles durante a experiência do desemprego*. Assim, a partir da reconstituição de cada um desses

elementos que constituem a trajetória socioprofissional dos indivíduos desde a perda de seus vínculos formais com o mercado de trabalho, acredita-se ser possível reconstruir o início da experiência do processo de desqualificação entre os trabalhadores investigados e, mais precisamente, conhecer os impactos do desemprego na (re)construção identitária destes trabalhadores, que passaram a localizar-se na fase de fragilidade.

4.2.1 Motivos de saída dos empregos formais

A humilhante e desestabilizadora experiência do desemprego, tal como fora descrita por Paugam (2003), aparece recorrentemente nos discursos dos entrevistados, de modo que *todos* os trabalhadores contatados pela pesquisa narraram a própria experiência da demissão como um fato absolutamente negativo em suas vidas. A única exceção foi verificada no depoimento de Ra., 26 anos, dono de fiteiro, que iniciou a sua participação na informalidade não por causa da experiência da demissão, mas, devido a sua própria recusa em continuar trabalhando em seu antigo emprego no qual ele afirma ter trabalhado em condições análogas à escravidão:

“Trabalhei na Usina B... no Cabo de Santo Agostinho [município da zona da mata sul o Estado de Pernambuco]. (...) trabalhei pouco tempo... primeiro porque o que o encarregado [funcionário da Usina] disse era uma coisa e depois que comecei a trabalhar era outra. Aí eu não... muitas pessoas saíram... até quem estava acostumado com aquele tipo de trabalho... que era trabalho escravo... ainda é escravo lá... em termos de pagamento... em termos de... assim... a situação mesmo de trabalho... é perda de tempo lá... tem que ter alguma proteção especial” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

Solicitado a falar um pouco mais a respeito do período em que trabalhara na Usina, ele aceitou prestar maiores esclarecimentos, desde que o gravador estivesse desligado. Atendido o seu desejo, ele contou que em meados do mês de Agosto de 2009, um amigo da família avisou que começara o período de colheita da cana-de açúcar nas usinas da zona da mata pernambucana. Ra., com o objetivo de conseguir algum dinheiro para continuar pagando a pensão do filho, então com pouco mais de 1 ano de idade, e ajudar à sua família, resolveu buscar mais informações a respeito do trabalho temporário oferecido pelas usinas na colheita da cana-de-açúcar. Então, ele foi informado a respeito do trabalho, sem dúvida difícil, mas, que contava com benefícios como a carteira assinada, assistência médica e demais benefícios em acordo com a legislação do trabalho temporário. Assim, no dia marcado para seguir com os demais trabalhadores para a usina, eles foram levados de ônibus para o canavial e lá chegando, encontraram um funcionário da usina (a quem ele chama de “o encarregado”). Este funcionário recolheu todos os documentos dos novos trabalhadores, incluindo a Carteira de

Identidade, o Cadastro de Pessoa Física e a Carteira de Trabalho, para a realização dos procedimentos burocráticos necessários.

Iniciados os trabalhos de colheita da cana-de-açúcar, Ra. conta que, logo nos primeiros dias de trabalho, ele e os demais trabalhadores constataram que estavam trabalhando excessivamente, muito mais do que havia sido acordado com o encarregado da usina. Horas de trabalho duro, sem as ferramentas adequadas para o trabalho, com pouca água e sem alimentação adequada. Questionado, o encarregado avisara que estaria resolvendo todas as pendências (que, na realidade, nunca seriam resolvidas).

Após aproximadamente 1 mês de trabalho ininterrupto, Ra. decidiu que não trabalharia mais na usina e que voltaria para casa. Quando foi resolver questões relativas ao seu desligamento da usina, fora informado de que não receberia pagamento algum, pois, eles (os trabalhadores temporários) haviam fechado “um contrato” de trabalho com a usina para todo o período da colheita e, além disso, somente receberiam seus documentos pessoais ao término da safra. Então, após conversar com outros trabalhadores em condições semelhantes à sua, Ra. decidiu que sairia da usina mesmo sem receber nada e tendo os seus documentos retidos pela mesma, retornando, assim, para casa.

A experiência de trabalho na usina é descrita por Ra. como o único momento de sua vida profissional em que trabalhara com carteira de trabalho assinada. No entanto, sabe-se que a formalização desta relação de trabalho, de fato, nunca aconteceu. O fato de Ra. nunca ter ocupado um lugar no mercado de trabalho formal fez com que este estudo questionasse a inclusão de seu depoimento no estudo a respeito da (re)construção identitária de trabalhadores que perdem suas posições no mundo do trabalho formal e passam a participar na informalidade. De fato, não é possível afirmar que ele ocupara um lugar relativamente estável no mercado de trabalho formal e que, somente após a experiência do desemprego, passou a participar da informalidade. Assim, não parecia ser metodologicamente viável investigar supostas mudanças identitárias decorrentes do processo de desqualificação social.

Contudo, decidiu-se manter a análise do caso de Ra. com vistas a analisar a sua experiência de nunca ter participado do mercado de trabalho formal, reforçando a particularidade da realidade brasileira, marcada pelo fenômeno do desemprego estrutural, que faz com que a falta de emprego seja uma constante para grande contingente de trabalhadores brasileiros. O caso de Ra., portanto, é emblemático neste sentido. Um jovem que nunca se

inseriu adequadamente no mercado de trabalho, mas, que, não obstante, sempre trabalhou, ainda que de forma precária, com vistas à sua sobrevivência e da sua família.

Assim, o caso de Ra. figura como o único entre os dez entrevistados que adentraram na informalidade por esta ter representado, de fato, uma opção melhor do que a tentativa de manter-se com vínculos formais no mercado de trabalho.

“Porque eu vi que *eu tinha capacidade de conseguir alguma coisa melhor...* tipo aqui... tá certo que não é fichado [sem carteira de trabalho assinada]... mas, eu estou ganhando meu dinheirinho e se brincar até mais... e eu descanso também” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

No que diz respeito aos motivos de saída dos empregos formais, grande parte dos depoimentos coletados nesta pesquisa apontaram para a incidência de fatores *estruturais* como a causa principal de suas demissões.

“Porque não deu mais pra mim... não deu mais e o... *ela entrou em crise* [a empresa]... entrou em crise para *fechamento... fechar... acabou-se...* um ano depois que eu saí de lá ela *acabou... fechou as portas*” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Porque a firma... *faliu*” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Infelizmente a firma foi *reduzindo o quadro...* foi *botando para fora...* aí via saindo várias turmas... saiu a primeira turma... depois outra... eu fui da última turma a sair... aí depois de 4 meses que eu saí *a firma decretou falência...* e eu dei Graças a Deus porque foi umas das últimas a sair... recebi tudo direitinho... mas eu me entristeci muito porque era uma firma excelente” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

De fato, devido principalmente aos fatores econômicos, o Brasil tem registrado altos índices de falência de empresas no setor formal da economia, motivando, assim, a expulsão de grande número de trabalhadores do mercado de trabalho formal. Desse modo, é possível supor que estes trabalhadores estejam corretos em atribuir suas demissões a causas estruturais, como a economia. Entretanto, é preciso levar em consideração, também, o alerta dado por Paugam (2003) de que muitos trabalhadores que passam pela experiência da demissão manifestam profunda vergonha por não terem conseguido manter seus vínculos com o mundo do trabalho formal. Assim, segundo o autor, a vergonha pelo fato de terem sido demitidos faz com que alguns trabalhadores associem imediatamente suas demissões aos fatores estruturais, tais como crises econômicas que levaram à falência das empresas ou doenças adquiridas que os impediram de continuarem no trabalho, buscando, de certa forma, disfarçar a percepção do fracasso pessoal, preservando suas imagens de trabalhadores úteis e eficientes (Cf. PAUGAM, 2003).

“Quando eu voltei de São Paulo para aqui para o interior... depois para Recife... aí eu fui trabalhar de carteira assinada numa construção... quer dizer... era para ser carteira assinada... mas, trabalhei durante

um tempo e aí *cortei o dedo... quebrei a mão...* a firma fichou a carteira [assinou a carteira de trabalho] durante um tempo... mas, não resolveu nada... porque não aconteceu nada... e a *firma faliu* também... quando eu voltei para resolver o negócio do emprego... a firma tinha *fechado...* aí eu não recebi nada... até hoje” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Nada não... assim... porque *fechou* né? Aí eu tive que assim... sair... e também *a doença que tenho nos olhos...* aí não dava para continuar” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Rapaz... foi problema... tive problemas no meu antigo emprego (...) já são mais de 20 anos... mas, depois trabalhei numa transportadora... entendeu? com carteira assinada... já tinha trabalhado antes... porém, *peguei uma doença... um tipo de doença que perdi a visão...* e depois *foi à falência a firma...* aí minha irmã me chamou para vender... porque o que faz vergonha é roubar né?” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

Além dos fatores estruturais e/ou externos, como as dificuldades econômicas passadas pelas empresas e a saúde física dos próprios trabalhadores, a questão do empreendedorismo foi destacada, também, por *um* dos entrevistados para justificar a sua saída do setor formal:

“Ah não... tive problemas lá... aí *tinha vontade de botar um negócio pra mim...* quando botei mesmo fui vender verdura... chegou um ponto que ficou superado [o seu antigo emprego formal]... aí parti pra outro. (...) Eu fui é... fui... como é... *botado para fora*” (A., 45 anos, vendedor de churros).

Analisando o discurso do respondente a respeito dos motivos de sua saída do último emprego no qual ele possuía carteira de trabalho assinada, verifica-se que ele, inicialmente, recorre ao chamado *discurso empreendedor*, afirmando que já “ *tinha vontade*” de montar o seu próprio negócio e que, motivado por supostos desentendimentos no local de trabalho, aproveitou para realizar o sonho de trabalhar para si mesmo. Não está se afirmando aqui que o discurso construído pelo respondente a respeito de seu interesse em abrir seu próprio negócio é falso. Não se trata disso. A própria literatura que trata das dinâmicas do mercado de trabalho (Cf. ARAÚJO, 2009; RIVERO, 2007; entre outros) revela que o empreendedorismo aparece como um importante projeto na vida dos trabalhadores informais e, portanto, é plenamente possível que o entrevistado. manifeste o mesmo desejo, tão comum entre trabalhadores que apresentam condições semelhantes à sua. Entretanto, somente ao final de seu depoimento a respeito de sua saída do emprego formal, quando questionado de forma mais aprofundada sobre as causas de sua saída do último emprego formal, ele, visivelmente constrangido, afirmou que fora “ *botado para fora*”, isto é, demitido. Nesse caso, é possível que ele realmente tivesse vontade de abrir o seu próprio negócio, entretanto, ele somente tornou-se um empreendedor após a experiência da demissão, fato comum entre todos os demais trabalhadores entrevistados.

Mais uma vez, não se trata de buscar falsear o discurso do respondente, afirmando categoricamente que ele se apóia no discurso empreendedor visando apenas disfarçar

possíveis sentimentos de frustração pela perda do emprego com carteira assinada. Todavia, imediatamente após a sua afirmação a respeito de ter estado satisfeito pela saída do último emprego com carteira assinada e a imediata entrada na informalidade, onde ele era “patrão de si mesmo”, ele admitiu que, logo após ter saído do último emprego, passou algum tempo procurando outro emprego com carteira assinada:

“Ah (...) passei (...) passei um bocado de tempo procurando um emprego (...) eu passei uns seis meses procurando (...)” (A., 45 anos, vendedor de churros).

Confrontando o discurso do respondente a respeito dos motivos de saída do seu último emprego com carteira assinada, saída esta motivada, principalmente, pelo seu desejo em abrir o próprio negócio, e pela sua afirmação de que imediatamente após ter abandonado o último emprego logo abriu o seu negócio como vendedor de frutas e verduras, representa uma contradição a sua afirmação posterior de que passara seis meses procurando outro emprego com carteira assinada. Essa suposta contradição discursiva *pode* ser compreendida com aquilo que autores como Goffman (2008), Paugam (2003) e Dubar (2005) chamam de *tentativas de disfarçar a precariedade de condições*. Ou seja, para o trabalhador, revela-se muito difícil admitir a possibilidade de fracasso no mundo do trabalho. O desemprego, isto é, a experiência de ser demitido, representa um golpe na identidade do indivíduo localizado na sociedade de produtores e, por isso mesmo, existe a tendência de o trabalhador negar que fora demitido e que encontrou (ou ainda encontra, caso ainda esteja procurando) dificuldades de reinserção no mercado de trabalho. Por ser identificado, nas palavras de Goffman (2008), como um estigma moral decorrente de falhas pessoais, os indivíduos tendem a buscar disfarçar, ainda que discursivamente, o desemprego e os seus *status* de inferioridade social.

Após constatar que a saída dos empregos formais geralmente acontecia à revelia dos desejos dos trabalhadores entrevistados, buscou-se investigar a incidência de outros elementos que pudessem esclarecer o processo de desqualificação social entre estes trabalhadores.

4.2.2 Sentimentos relativos à saída do emprego formal

Outra variável utilizada nesta pesquisa para conhecer os impactos causados pela experiência do desemprego nas identidades sociais diz respeito aos sentimentos dos trabalhadores com relação à saída do emprego formal. A inclusão desta variável é justificada pelo argumento de Paugam (2003) de que o processo de desqualificação social tem início a partir da experiência frustrante da demissão e, a partir da experiência da demissão e do

insucesso em reinserir-se no mercado de trabalho, o trabalhador passa a criar espécies de identidades negativas, que ressaltam a sua própria incapacidade no mundo do trabalho, marcando, assim, o início de seu processo de mudança (crise) identitária.

Antes de fazer menção propriamente aos depoimentos dos trabalhadores a respeito de suas experiências no desemprego, é preciso destacar que, desde as primeiras entrevistas realizadas, quando questionados a respeito do tempo que passaram desempregados, isto é, sem trabalho, a maioria recusava admitir que houvesse passado algum tempo, por menor que fosse, sem trabalho. De acordo com Paugam (2003), os trabalhadores recém-desempregados buscam disfarçar o “fracasso” do desemprego fazendo alusão aos outros tipos de atividades por eles empreendidas, seja na esfera do lar, ajudando em tarefas domésticas, seja no próprio campo do trabalho.

“Não... não... não fiquei sem serviço não...” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Eu não fiquei parado não... eu me virei... porque eu moro em uma área rural... tem pé de manga... pé de jaca... aí pegava lá e vendia aqui” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Ah... mesmo depois que saí do emprego eu ajudava em casa... só não podia ficar parado” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

Ao longo das entrevistas, ficava evidente o esforço empreendido por estes trabalhadores em construir uma espécie de resistência discursiva, de modo que a todo tempo afirmavam que, mesmo desempregados, nunca haviam deixado de trabalhar. Apesar de Paugam (2003) ter alertado para a resistência dos trabalhadores em mencionar os momentos quando estavam desempregados, é preciso reconhecer que, ao menos no caso brasileiro, as necessidades relativas, sobretudo, à renda, estes trabalhadores não poderiam, de fato, passar muito tempo sem realizar tipos de trabalhos remunerados, sob o risco de caírem na absoluta miséria material. É assim que, apesar de ser necessário ficar atento aos depoimentos dos entrevistados de modo a interpretar corretamente os seus discursos, parece bastante factível que estes trabalhadores tenham experimentado uma duração bastante reduzida de suas experiências no desemprego, sendo necessária a rápida realização de atividades remuneradas.

Entretanto, questionados mais sutilmente a respeito dos sentimentos deles com respeito à perda do último emprego formal por eles ocupados até o início da participação no mercado de trabalho informal, verifica-se que, de fato, a experiência do desemprego é retratada como um drama por estes trabalhadores, cujos argumentos fazem alusão tanto às vantagens simbólicas que o emprego representa, como o fato de permitir que o trabalhador sobreviva

honestamente segundo o seu próprio trabalho, quanto pelo fato de o emprego assegurar, de forma bastante pragmática, a segurança do trabalhador.

“Senti uma dor de falta... batalhei um bocado para ver se conseguia outro emprego (...) e não consegui mais nada...” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Muita tristeza... fiquei arrasada” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Ah meu Deus... eu não... eu fiquei muito abalada... porque era carteira assinada, tinha assistência média e eu ganhava mais do que 1 salário... ganhava 2 salários... e tinha hora extra... então com isso eu ajudei muito em casa... minha filha estudava em escola particular... senti uma tristeza tremenda” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

“É uma sensação horrível... porque assim... você fica imaginando o que vai acontecer dali para frente... você fica pensando nas despesas... porque o brasileiro pensa logo nas despesas...” (E., 25 anos, vendedora de flores).

Mesmo entre os trabalhadores que não manifestaram de forma tão aberta o sentimento de frustração relativo à perda do emprego, constata-se que todos, de alguma forma, sofreram os impactos de se verem afastados do mercado de trabalho, ainda que, pelo menos à época da demissão, tinham esperanças de retorno à formalidade.

“Tive que levar aquilo como... não tinha jeito mesmo... tive que me conformar... é como quando uma pessoa da família falece... não tem jeito... tem que se conformar mesmo...” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

“Fiz nada... vim embora para casa... fiquei desempregado... aí depois fui vender coisas” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

A única exceção registrada entre os depoimentos coletados por esta pesquisa que não sentia a passagem da formalidade para a informalidade como uma queda qualitativa de posição profissional foi o caso de Ra., 25 anos, dono de fiteiro, que, como já foi descrito, iniciou sua participação na informalidade após dura experiência como trabalhador em condições análogas à escravidão e, portanto, experimentava a participação na informalidade como a sua verdadeira “liberdade”. O caso de A., 45 anos, vendedor de churros, como também já fora mencionado, apesar de buscar resistir à idéia de que após a experiência da demissão ele caíra na precariedade, fazendo uso, para isso, do discurso empreendedor, em seu depoimento verificou-se que ele também sentiu os impactos relativos à perda do emprego formal:

“Ah... passei... passei um bocado de tempo procurando outro emprego... mas, é muito difícil” (A., 45 anos, vendedor de churros).

Assim, com base nos depoimentos coletados, é possível afirmar que a experiência do desemprego experimentada pelos trabalhadores entrevistados, tal como fora defendida por

Paugam (2003), tende a ser sentida pelos trabalhadores como experiências marcantes em suas vidas profissionais e sociais.

De acordo com Paugam (2003), após a experiência da demissão, os indivíduos tendem a buscar suas reinserções no mercado de trabalho procurando diferentes empregos, chegando mesmo a aceitarem posições profissionais que apresentam *status* inferiores em relação aos seus antigos empregos. No caso de haver impossibilidade de reinserção no mercado de trabalho, Paugam (2003) destaca que o trabalhador busca disfarçar a sua condição de desempregado fazendo pequenos trabalhos temporários e/ou auxiliando nas atividades domésticas enquanto não consegue sua realocação em nova função produtiva. Este seria, segundo o autor, o início da fase de fragilidade, e que somente seria finalizada ou quando o trabalhador conseguisse sua reinserção profissional ou, na pior das hipóteses, quando o trabalhador passasse a depender dos auxílios sociais disponibilizados pelo Estado, iniciando, assim, a fase de dependência.

Com vistas a aprofundar o estudo das mudanças identitárias experimentadas pelos trabalhadores após a experiência da demissão, o presente estudo recorreu a outros dois indicadores para a avaliação dos sentimentos dos trabalhadores durante o desemprego: *o cotidiano destes trabalhadores durante a fase de desemprego e a sociabilidade mantida por eles com os seus familiares e amigos.*

4.2.3 Cotidiano durante a fase do desemprego

De acordo com Paugam (2003), a experiência do desemprego *pode* causar impactos nas relações sociais primárias dos indivíduos, isto é, aquelas relações mantidas com os familiares e amigos mais próximos. Isto porque, segundo o autor, a vergonha por não ter mais um lugar no mundo do trabalho causa o início de um processo de crise identitária motivado pela percepção de fracasso, fazendo com que os recém-desempregados busquem uma espécie de *isolamento social*, traduzido pelas tentativas de permanecerem isolados em seus lares, evitando encontros sociais com os amigos e, também, pela recusa de manterem diálogos mesmo com os parentes mais próximos (Cf. PAUGAM, 2003).

Com base nos depoimentos analisados, verificou-se que parte dos entrevistados não mencionou qualquer distinção relevante entre seus cotidianos quando estavam trabalhando regularmente e durante a fase do desemprego.

“Normal... eu não... eu sempre fazia meus bicos... fazia bico... e ia levando a vida normal” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Eu fazia o que?... andava para procurar outro emprego...” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Sempre fazendo biscatezinho... serviço de ajudante pedreiro... não fiquei parado não!” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

A partir dos depoimentos acima transcritos é possível observar, primeiramente, a preocupação manifestada pelos respondentes em afirmar que mesmo durante o tempo o qual se encontravam desempregados, não pararam de trabalhar. Além de destacarem que continuavam a buscar outros empregos, revelaram que se ocupavam com outras atividades remuneradas, realizando pequenos trabalhos informais, ou com serviços domésticos.

“Eu ficava em casa... tentando fazer alguma coisa em casa... e também saía... para ver se me distraía...” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“É... eu ia na praia... fazia os serviços em casa... lavava roupa... prato... fazia o almoço” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

Aliás, durante a maioria das entrevistas, ficava clara a preocupação dos entrevistados em recusarem a idéia de que, durante a experiência do desemprego, ficaram sem trabalhar, recusando, assim, a imagem de pessoas desocupadas. A recusa da rotulagem de ser apontado como um *indivíduo que não trabalha* pode ser indicativa daquilo que Organista (2006) chama de “a obrigação moral do trabalho na contemporaneidade”, isto é, o fato de o indivíduo, mesmo aquele que tem a sua participação negada nas esferas tradicionais e formalizadas do trabalho, não se encontrar livre da obrigação moral e social do trabalho, sendo necessário sustentar a sua identidade de trabalhador como resistência à sua crise no mundo do trabalho (Cf. ORGANISTA, 2006).

A recusa de serem considerados trabalhadores sem trabalhos, que passaram determinado momento de suas vidas, por menor que tenha sido, sem realizar atividades socialmente relevantes, surgiu com mais força quando foram questionados a respeito das maneiras como conseguiam manter suas sobrevivências e de seus familiares durante a fase do desemprego. Nesse ponto, à exceção de E., 25 anos, vendedora de flores que ainda se encontra estudando e mora com os pais, cuja situação financeira é estável, *todos* os entrevistados afirmaram que jamais deixaram de trabalhar e que, apesar das dificuldades, *sempre* conseguiram meios “dignos” e “honestos” para a sobrevivência.

De todos os depoimentos analisados, apenas dois apresentaram indícios imediatos de crise identitária motivada a partir da experiência do desemprego.

“Arrasada... porque não é fácil você ter um filho e ele pedir comida e você não dizer: não tenho... e eu sou mãe e pai...” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Olha... eu me estressava tanto... eu me sentia inútil... eu chorava... meu esposo dizia que eu não estava passando fome... mas é uma satisfação minha... queria me sentir útil, ter meu próprio dinheiro... sempre trabalhei... desde cedo, comecei aos 14 anos... porque nunca gostei de depender de ninguém, nem dos meus pais, nem do meu esposo... gosto de me sentir útil... de trabalhar” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Confrontando os depoimentos coletados com os argumentos de Paugam (2003) a respeito do sofrimento experimentado pelos trabalhadores com a experiência da demissão, bem como a conseqüente tendência ao isolamento social, verificou-se que, entre os trabalhadores pesquisados, os impactos do desemprego não pareciam ser tão contundentes, de modo que a maioria dos discursos analisados não exprimia exatamente o sofrimento do desemprego da forma como havia sido evocado por Paugam (2003).

De início, avaliou-se que talvez a questão da origem e da trajetória social impedisse que estes trabalhadores experimentassem maiores crises identitárias com o fenômeno do desemprego. Todavia, o interesse em conhecer mais profundamente as mudanças identitárias experimentadas pelos entrevistados a partir da experiência do desemprego motivou que a pesquisa buscasse conhecer, então, as mudanças nas relações de sociabilidade mantidas (ou rompidas) pelos entrevistados.

4.2.4 Sociabilidade durante a experiência do desemprego

De acordo com Paugam (2003), após a experiência da demissão, os trabalhadores recém-desempregados tendem a buscar uma espécie de isolamento social. Isto é, motivados pela vergonha de terem fracassado na esfera do trabalho, passam a evitar contatos com amigos e/ou familiares. Sobre isto, o presente estudo buscou conhecer as dinâmicas das relações sociais mantidas pelos trabalhadores durante a fase na qual se encontravam desempregados.

“Eu não... não tive problema com isso não... porque... porque eu... como é que se diz... não tenho muitos amigos não... não tenho muitas amizades não... fico na minha” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Ficava com minha família... mas nunca gostei de amigos não... nunca gostei de amigagem (sic)... onde você me encontrar é assim... sem amigos... só Jesus... bom... acontece que minha relação com minha família ficou muito difícil...” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Ah... Perdi a mulher... perdi tudo na vida... sem dinheiro... já viu o cara sem dinheiro valer nada? Sem dinheiro é problema... meus filhos foram embora para São Paulo morar com a mãe... mas eu continuei

pagando... inclusive a casa era minha... é minha né? mas eu deixei para ela... mas ela não quis ficar... queria ir embora... não tinha condições de viver... aí foi embora” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Nessas horas a gente não tem amigos... o amigo que encontrei foi Deus... aí ia para igreja... as irmãs da igreja ajudavam com uma bolsa de leite... um pacote de feijão... um bombril... aí me isolei totalmente... porque pessoas que eram amigos... nessas horas viraram as costas” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

Os depoimentos revelam que, de fato, a experiência do desemprego afeta os padrões de sociabilidade mantidos pelos trabalhadores. Seguindo a linha de raciocínio proposta por Paugam (2003), a falta de relações de amizade e as dificuldades de relacionamento explicitadas no depoimento podem ser considerados indícios da ruptura da sociabilidade motivada pela reclusão do indivíduo que perde seu emprego e passa a sentir-se humilhado demais para encarar os demais indivíduos. Os casos mais emblemáticos das dificuldades sentidas pelos trabalhadores durante a experiência do desemprego são, sem dúvida, os de A., 45 anos, vendedor de churros, e J., 53 anos, dono de fiteiro.

Quando questionado a respeito de suas relações com familiares e amigos durante o tempo em que passara desempregado, A. inicialmente afirma que nada havia mudado, pois, nunca tivera muitos amigos. Todavia, ao longo da conversa mantida durante a pesquisa, principalmente nos momentos os quais o gravador encontrava-se desligado, A. afirmou que havia se divorciado de sua primeira esposa logo após ter sido demitido. Assim, perguntado sobre este fato, ele afirmou que durante o tempo que ficara sem trabalhar, passava muito tempo em casa e, por isso mesmo, aconteciam várias discussões com sua então esposa. De maneira semelhante, mas, de forma muito mais aberta, J. afirma que a partir do momento em que não tinha mais recursos suficientes para manter sua família, após muitas brigas sua então esposa resolveu ir embora de casa, levando consigo os filhos do casal.

Obviamente, os impactos causados pela experiência da demissão não são sentidos na mesma intensidade por todos os trabalhadores. A análise de eventuais mudanças de sociabilidade entre os trabalhadores na época na qual se encontravam desempregados, por exemplo, revelou que os *jovens* incluídos nestas entrevistas não manifestavam a experiência de crise nas suas identidades sociais a partir do desemprego.

“Era legal... a gente sempre se deu bem... minha família... meus amigos graças a Deus... porque hoje em dia é raridade ter amigos... a gente tem colegas mesmo... amigos mesmo quase nenhum... mas, os poucos amigos que eu tenho... são até melhores do que a minha mesma condição financeira... sempre que precisei sempre me deram força... uns sentiram muito quando falei que perdi meu emprego... outros escutam, mas, nem ligam... mas, sigo trabalhando... com fê em Deus...” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Ficou normal... não mudou nada não...” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“A mesma coisa... não mudou nada” (E., 25 anos, vendedora de flores).

Um fator que pode explicar a minimização dos impactos causados pelo desemprego na sociabilidade destes jovens é o próprio processo de construção identitária proposto por Dubar (2005). De acordo com o autor, as identidades sociais estão em processo contínuo de construção, iniciado desde a primeira infância, sobretudo, a partir da influência dos pais e da escola, e continuado durante a fase adulta, sendo forjada principalmente com base nas posições profissionais ocupadas pelos indivíduos. No entanto, como destaca Dubar (2005), a influência oferecida pela posição profissional na constituição identitária tende a variar conforme a aceitação/recusa dos trabalhadores com suas posições profissionais. Segundo o autor, quando os indivíduos se encontram satisfeitos com suas posições profissionais, eles tendem a apoiar suas posições profissionais no processo de construção de suas identidades sociais. Nesse caso, diz-se que as identidades sociais estão em continuidade com suas posições profissionais, uma vez que os indivíduos reconhecem a importância de seus papéis socioprofissionais. De forma antagônica, quando as posições profissionais desempenhadas pelos indivíduos não lhes são satisfatórias, eles tendem a recusar a influência de suas posições profissionais no processo de constituição de suas identidades sociais, fazendo com que busquem outros elementos para a formação de suas identidades sociais. Nesse caso, diz-se que os indivíduos não reconhecem a influência de seus papéis socioprofissionais, havendo, então, uma ruptura entre suas posições profissionais e a constituição de suas identidades sociais.

De acordo com Dubar (2005), quando ocorre o não-reconhecimento das posições profissionais na constituição das identidades sociais, os indivíduos tendem a buscar outros elementos para servirem como base no processo de constituição de suas identidades, a exemplo da qualificação ou de relações interpessoais. Todavia, não obstante haver a possibilidade de os indivíduos buscarem outros elementos de apoio no processo de constituição identitária, Dubar (2005) afirma que a posição profissional é, sem dúvida alguma, o elemento que mais influencia a construção das identidades sociais, especialmente na fase adulta, uma vez que o mercado de trabalho representa, ao lado do gênero e da religião, uma das principais instituições de atribuição identitária. (Cf. DUBAR, 2005).

No caso dos jovens trabalhadores entrevistados neste estudo, é provável que, da mesma forma como ocorre entre os adultos, eles apoiem a construção de suas identidades sociais em suas posições profissionais. Todavia, é plenamente possível que eles, por reconhecerem a fragilidade de suas posições profissionais, busquem outros elementos para apoiarem a construção de suas identidades socioprofissionais, como a formação escolar ou a qualificação

profissional. Dessa forma, é possível acreditar que, em comparação com os adultos, os jovens, ainda no início da fase de construção de suas identidades sociais a partir das posições profissionais, apresentem *menor dependência* de suas posições profissionais para a constituição de suas identidades sociais, fazendo com que, do ponto de vista identitário, a experiência do desemprego não seja tão impactante quanto o é para os adultos, cujas identidades sociais tendem a ser ancoradas em maior grau em suas posições socioprofissionais. De todo modo, apesar das diferenças marcantes entre a sociabilidade de jovens e adultos, verifica-se que, de fato, a maioria dos trabalhadores contatados pela pesquisa, ao passar pela experiência do desemprego, experimentou o processo de crise identitária característicos do processo de desqualificação social.

Para além das diferenças causadas pelos impactos do desemprego ou da inserção profissional precária no processo de constituição identitária de jovens e/ou adultos, esta pesquisa, após analisar os indicadores que dizem respeito à experiência do desemprego, constatou que, de fato, a experiência da demissão e a conseqüente fragilização dos laços mantidos com o mercado de trabalho formal acarretaram no início de um processo de desqualificação social entre os trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, fazendo com que estes indivíduos experimentassem mudanças identitárias condizentes com o processo de desqualificação social. Com base nesta constatação, coube à pesquisa prosseguir as análises relativas aos impactos da participação no mercado de trabalho informal no processo de (re)construção das identidades sociais destes trabalhadores.

4.3 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: RESISTÊNCIA AO APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE DESQUALIFICAÇÃO SOCIAL

De acordo com o conceito de desqualificação social, após a humilhante e desestabilizadora experiência da demissão, o trabalhador tende a negar o seu *status* desvalorizado de desempregado, buscando, de alguma forma, continuar capaz de manter a sua sobrevivência e da sua família por meio de seu próprio trabalho, mantendo, também, o seu *status* de trabalhador. Isto porque a relação do trabalhador com o trabalho não se reduz a uma relação puramente instrumental, mediada unicamente pelo salário, mas, ao contrário, significa uma construção simbólica em torno da obrigatoriedade social e moral de continuar a ser trabalhador e, portanto, útil ao conjunto da sociedade (Cf. PAUGAM, 2003).

Segundo Paugam (2003), os trabalhadores que perdem seus empregos, apesar de terem o direito de receber os benefícios da assistência social disponibilizados pelo Estado tendem a recusarem tal benefício, buscando, por meio da realização de trabalhos temporários, continuarem atuantes na esfera do trabalho. Na França, local onde foram realizadas as pesquisas que deram origem ao conceito de desqualificação social, os trabalhadores que não mais conseguem prover seu próprio sustento bem como de suas famílias podem recorrer ao Programa de Renda Mínima de Inserção (RMI), benefício pago durante o período o qual o trabalhador permanece afastado do mercado de trabalho. Entretanto, o recebimento de auxílios financeiros disponibilizados pelo governo, a exemplo do RMI, é descrito por Paugam (2003) como uma situação humilhante, uma vez que representa o fracasso do indivíduo em manter sua condição de trabalhador e, portanto, sua dignidade. Por isso mesmo, segundo o autor, os desempregados franceses, de maneira geral, evitam recorrer a este tipo de benefício, buscando realizar pequenos trabalhos temporários. Esse esforço marca a fase que Paugam (2003) chama de *fragilidade*, isto é, o esforço empreendido pelo indivíduo para não recorrer ao suporte oferecido pelo governo por meio do RMI (Cf. PAUGAM, 2003).

Tomando como base as idéias a respeito da fragilidade, e em grande medida concordando com elas, a presente pesquisa construiu a hipótese que *a participação no mercado de trabalho informal constitui elemento de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social*. Isto significa que, no entendimento deste estudo, a execução de trabalhos temporários impede que, na realidade local, o trabalhador local passe da fase da fragilidade para a dependência, fazendo com que eles, ainda que desempenhem funções profissionais desprestigiadas e com remunerações precárias, mantenham seus *status de trabalhadores* e, com isso, mantenham tanto suas condições de sobrevivência material quanto suas identidades de trabalhadores.

De forma complementar a hipótese acima citada, foi elaborada, ainda, a hipótese de que a capacidade de resistência do trabalhador ao aprofundamento do processo de desqualificação social estaria relacionada à variável tempo, de modo que, *quanto mais tempo o indivíduo permanece afastado do mercado de trabalho formal, menor se torna a sua capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social*. Isto porque, tomando como base os argumentos de Paugam (2003), verifica-se que, para ele, os trabalhos temporários que caracterizam a fase da fragilidade revelam-se eficientes durante o início desta fase. No entanto, com o passar do tempo, os trabalhos temporários tendem a mostrar-se

insuficientes, ocorrendo o agravamento da precarização econômica e, conseqüentemente, identitária dos trabalhadores, que no mais das vezes vêm-se obrigados a recorrerem aos benefícios sociais do Estado, ainda que à revelia de suas vontades. Assim, partindo do pressuposto de que as práticas informais de trabalho ofereceriam uma resistência *temporária* ao aprofundamento do processo de desqualificação social, por meio das trajetórias socioprofissionais e de possíveis mudanças identitárias, buscou-se conhecer a capacidade e os limites da resistência oferecida pelas práticas informais de trabalho entre os vendedores de rua da Região Metropolitana do Recife.

Para testar as referidas hipóteses, este estudo construiu os seguintes indicadores: *relação dos trabalhadores com os benefícios sociais disponibilizados pelo Estado, razões de participação no mercado de trabalho informal, diferenças existentes entre o setor formal e informal, opiniões a respeito do trabalho de vendedor ambulante e sociabilidade*. Vale salientar que a utilização de tais indicadores proporcionou a produção de discursos por parte dos entrevistados e a análise dos discursos coletados nestas entrevistas situa-se no campo das representações sociais: partindo das idéias de Spink (1993) e, também, de Xavier (2002), para quem as representações sociais significam símbolos, imagens e valores construídos e partilhados coletivamente por meio de práticas comunicativas (discursos) entre membros de grupos sociais determinados a respeito de um fenômeno específico, acredita-se aqui que os discursos construídos pelos trabalhadores entrevistados a respeito do acesso aos benefícios sociais podem esclarecer sobre a exigibilidade do trabalho na percepção desses trabalhadores.

4.3.1 Relação dos trabalhadores com os benefícios sociais disponibilizados pelo Estado

Paugam (2003) descreve o fato de o trabalhador passar a necessitar de benefícios sociais disponibilizados pelo Estado como uma situação extremamente humilhante para o trabalhador, que recorre às práticas de trabalho temporário, chamadas pelo autor de *bicos*, como forma de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social, isto é, de forma a evitar passar da fase da fragilidade à dependência. Com vistas a conhecer as relações e as opiniões dos trabalhadores entrevistados com os eventuais benefícios sociais disponibilizados pelo Estado para os desempregados, a pesquisa questionou se eles, em algum momento, tiveram algum contato com tais benefícios. Com isso, constatou-se que *todos* os entrevistados, mesmo os que não receberam, opinaram a respeito do *seguro-desemprego*.

O seguro-desemprego é um programa do governo federal brasileiro, disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que consiste no pagamento mensal de um valor proporcional ao salário recebido pelo trabalhador quando estava empregado com carteira assinada. Diferentemente do RMI, o seguro-desemprego não é um benefício permanente, sendo disponibilizado apenas durante um período de tempo determinado (máximo de seis meses), cujo pagamento é imediatamente suspenso quando o trabalhador consegue um novo emprego formal.

“É bom... é bom... é uma ajuda... porque o cara passa um tempo sem emprego, mas, conta com aquele trocadinho” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“É bom né? Para quem tem direito e trabalha assim é bom né? É alguma coisa que o sujeito... o cidadão direito tem... eu mesmo trabalhei sempre... desde os seis anos de idade até hoje na minha vida...” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Eu acho uma boa... é alguma coisa que tem para o futuro” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“É uma ajuda né? Até achar outra coisa” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“O seguro-desemprego é bom... é bom... porque você fica recebendo um dinheiro e com um tempo você tem que se virar para ganhar dinheiro de novo” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

“Eu achei bom... foi uma segurança no começo, então foi bom... mas enquanto eu estava recebendo já estava correndo atrás de outro [emprego com carteira assinada]” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Os depoimentos acima transcritos revelam opiniões relativamente positivas com relação ao recebimento do seguro-desemprego. Em certa medida, estas posições parecem contrastar com os argumentos de Paugam (2003) a respeito da recusa dos trabalhadores de *dependerm* dos auxílios financeiros disponibilizados pelo Estado. Entretanto, é preciso ressaltar que, no caso brasileiro, o recebimento do seguro-desemprego não representa estar *permanentemente* na dependência da assistência social, tal como é o caso dos desempregados que passam a receber o RMI no contexto francês. Conforme já foi mencionado, o seguro-desemprego significa um apoio financeiro concedido *temporariamente* aos trabalhadores. O objetivo deste benefício é, portanto, dar o suporte material para que os trabalhadores recém-desempregados se reinsiram o mais rapidamente possível no mercado de trabalho. Assim, o recebimento do seguro-desemprego não significa que, necessariamente, o trabalhador encontra-se incapaz de desenvolver sua capacidade produtiva.

O aspecto necessariamente temporário do seguro-desemprego e, portanto, condicionado à reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, fica evidenciado nos discursos analisados pela pesquisa, uma vez que os trabalhadores afirmam que o seguro-desemprego corresponde a

um importante apoio ao trabalhador que perde o seu emprego e necessita, naquele momento, de recursos financeiros para a sobrevivência material enquanto não encontra uma nova função no mercado de trabalho. Assim, entre os trabalhadores ouvidos pela pesquisa, mesmo tendo recebido o seguro-desemprego, não manifestaram *vergonha* por terem dependido temporariamente de um benefício social, argumentado pelos entrevistados como um *direito* dos trabalhadores.

Todavia, não obstante a conformidade dos entrevistados com o recebimento do seguro-desemprego, a pesquisa registrou, também, depoimentos que ressaltavam de forma bastante direta a necessidade de reinserção no mundo do trabalho frente à dependência do auxílio social.

“Rapaz... o seguro-desemprego é bom... agora... eu acho que é mal... ele é mal... como é que se diz... dado à pessoa... porque acho que se o governo fizesse um seguro-desemprego, mas, pelo menos arrumasse outro serviço para o camarada, eu acho que seria melhor... porque muitas pessoas trabalham, mas, querem sair do serviço porque sabe que tem...” (A., 45 anos, vendedor de churros).

Analisando o discurso do respondente, verifica-se que, assim como os demais entrevistados, ele considera o seguro-desemprego um importante benefício para fornecer suporte a quem se encontra temporariamente desempregado, mas, ao mesmo tempo, o considera insuficiente, uma vez que não substitui o emprego propriamente dito. Isto é, o seguro-desemprego é apontado como um importante paliativo para aqueles que querem, de fato, voltar a trabalhar. De qualquer maneira, o importante a destacar do discurso de A. é a necessidade dele em estabelecer um *distanciamento* do seu caso de trabalhador que necessitou recorrer temporariamente ao benefício por não ter *alternativa*, e o caso dos outros, que recorrem ao benefício por *não quererem trabalhar*. A barreira construída discursivamente para distinguir o verdadeiro trabalhador do malandro é recorrentemente destacada pela literatura que trata das construções identitárias no trabalho (Cf. PAUGAM, 2003; DUBAR, 2005; ORGANISTA, 2006). No caso brasileiro, autores como Organista (2006), Rivero (2007), Barbosa (2008) e Araújo (2009) afirmam que a participação no mercado informal, isto é, a necessidade de recorrer às formas alternativas de sobrevivência, marca as vidas daqueles que não contam com o emprego formal e nem com um suporte permanente de benefício social, a exemplo de aposentadorias e/ou outros benefício de longa continuidade, isto é, contrários à lógica temporal e esporádica do seguro-desemprego.

A lógica de concessão de benefícios sociais no Brasil revela que, diferentemente do contexto francês, os trabalhadores brasileiros afastados da esfera do trabalho contam apenas

temporariamente com o suporte material disponibilizado pelo Estado. Então, ao experimentarem o prolongamento do período do desemprego e, conseqüentemente, perderem seus direitos ao benefício do seguro-desemprego, os recém-desempregados freqüentemente vêem-se obrigados a buscarem alternativas de sobrevivência. Desse modo, a participação no mercado de trabalho informal apresenta-se, de fato, como alternativa principal para grande parte dos trabalhadores que perderam seus vínculos com o mercado de trabalho formal.

4.3.2 Tentativas de reinserção no mercado de trabalho formal

De acordo com o processo de desqualificação social, ao perder o seu lugar no mercado de trabalho, o indivíduo tende a buscar reinserir-se no mesmo, seja através da procura por outro emprego cujo prestígio pode equiparar-se com o anterior ou mesmo através da participação em posições profissionais que, com relação ao emprego anterior, apresentam prestígio inferior. De uma forma ou de outra, o processo de desqualificação demonstra que o trabalhador busca, a todo custo, manter-se no mundo do trabalho. Como já foi dito anteriormente, as tentativas de permanência na esfera do trabalho guardam a dupla relação com as necessidades econômicas dos indivíduos bem como com as necessidades simbólicas/identitárias do trabalhador.

O problema apontado pelo conceito de desqualificação social é que, devido ao fenômeno crescente do desemprego e da proliferação de práticas atípicas no mercado de trabalho, isto é, a precarização dos empregos, a tendência é que os indivíduos encontrem dificuldades de reinserção no mundo do trabalho, fazendo com que, geralmente, ocorra uma espécie de trajetória profissional decrescente: normalmente, o trabalhador perde seu emprego relativamente estável e passa a ocupar posições profissionais instáveis e com *status* geralmente inferior. É preciso lembrar, entretanto, que, no plano local, a pesquisa identificou a questão da origem social, isto é, que os trabalhadores entrevistados geralmente apresentam histórico, desde suas origens, de posições profissionais precárias. De todo modo, é preciso conhecer as trajetórias socioprofissionais destes trabalhadores e, partir destas, conhecer os dramas de trabalhadores que buscam manter, ou melhorar, suas posições profissionais.

Os depoimentos coletados neste estudo confirmam a tendência da trajetória socioprofissional dos trabalhadores que se encontram no centro do processo de desqualificação social, isto é, aquela iniciada com a perda do lugar no mundo do trabalho formal até a inserção nas práticas de informalidade. Ao longo das entrevistas, verificou-se que

o grupo de trabalhadores informais aqui pesquisado revela-se bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista etário quanto ao tempo o qual eles se encontram afastados do mercado de trabalho e participando na informalidade. Para além das diferenças, o estudo constatou que, à exceção de *Ra.*, que havia trabalhado em condições análogas à escravidão, *todos* os demais entrevistados iniciaram a participação na informalidade após reiterados insucessos de reinserção no mercado de trabalho formal. Este dado mostra-se relevante pelo fato de indicar uma suposta preferência dos trabalhadores informais pela ocupação profissional em empregos formais, tal como é defendido por autores como Castel (1998), Organista (2006) e Rivero (2009).

“Isso aí foi o seguinte... porque a firma que procurei... de tinturaria... as vagas que tinham estavam todas ocupadas... aí sobrei... boiei... fiz ficha [deixou currículo]... tudinho... aquele negócio todo... fui para lá... fui para cá... aí esperei oito meses e a vaga não saía... aí me encabulei e procurei um colega para trabalhar com vendas. Tava tudo lotado... esperei bastante... sofri um bocado esperando pela vaga e nada de aparecer... e tome sofrer... sem nenhum tipo de ajuda... aí chegou o ponto que procurei dois tipos de coisas: pescaria e venda... e deixei tudo pra lá... já estou com 56 anos... e as firmas só querem até 40 e pouco... acima... elas não querem mais... pode procurar, mas, não se encaixa em canto nenhum” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Procurei... procurei muito [emprego com carteira de trabalho assinada], mas, não encontrava... por causa da idade... já estava nesse tempo com 38... 39... 40 anos... a coisa foi complicando e a agora é que não arranjo outro mesmo... com 53 anos... procurava... eu queria INPS... seguro... qualquer coisa... essas coisas... porque nunca paguei... não tenho condições de pagar... o dinheiro do pobre... viver honestamente é difícil... sempre procurava amigos... via onde tinha vagas... mas não achava... aí já vim para cá” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Pela minha idade... pela minha deficiência... que eu tenho na minha visão... então acho que tudo isso atrapalha conseguir outro emprego” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Eu trabalho... mas o pessoal dificulta as coisas... não estou mais na idade não... o pessoal só quer gente nova...” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

“Eu... é de mim né? Não consigo porque chego numa firma... eu com 49 anos... aí o cara chega e diz... tua idade... teu currículo está bom... mas a sua idade... ah... se você tivesse 30 anos eu empregava agora... mas com 49 anos está velho!” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

Os depoimentos acima transcritos revelam, portanto, a preferência dos trabalhadores entrevistados por posições profissionais formalizadas, isto é, empregos que permitam o acesso aos benefícios legais do trabalho, tais como carteira de trabalho assinada, seguros como a aposentadoria, entre outras coisas. Todavia, com base nos discursos construídos pelos entrevistados, verifica-se que a preferência destes trabalhadores por empregos formais encontra obstáculos no fator *etário*, ou seja, os empregos formais apresentam-se como inacessíveis devido à incidência de preconceito em relação à faixa etária dos trabalhadores, segundo eles próprios, consideradas elevadas.

Os depoimentos dos trabalhadores com relação ao desejo e, ao mesmo tempo, às dificuldades de reinserção no mercado de trabalho formal não se limitam ao fato etário. Se os respondentes de idades mais avançadas apontam a idade como o principal obstáculo para a reinserção profissional, os mais jovens, por sua vez, apontam a insuficiência da *formação escolar e/ou da qualificação profissional* como entrave à busca por um novo emprego formal.

“Rapaz... por um lado... eu tenho consciência que eu não estou preparado para isso [para obter uma vaga no mercado de trabalho formal]... não me preparei... pelo outro a dificuldade do desemprego hoje em dia” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Eu acho que... dizem que o mercado [de trabalho] está aberto né? Mas eu acho que não está aberto para muitas coisas não... para oferecer trabalho às pessoas... aí procuro, mas, dizem que tem que ficar esperando né?” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Procuro... mas está difícil... a concorrência está muito grande” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Eu acho que... eu acho não, eu tenho certeza... eu não estou preparada... eu não me acho preparada para o mercado de trabalho... porque olha... a maioria hoje tem curso universitário... nem que seja o básico... o mais fraquinho... então a gente tem que investir em cursos... e eu acho que é isso que está faltando para mim” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Não obstante as diferentes dificuldades apontadas pelos entrevistados para a reinserção no mercado de trabalho formal, o fato mais relevante a ser discutido é a preferência manifestada pela maioria deles pelo emprego formal. Desse modo, sabendo que para a maioria dos entrevistados a participação no mercado de trabalho informal, isto é, suas ocupações com o trabalho de vendedor ambulante, apresentam-se como *única* alternativa factível para conseguirem o sustento material deles próprios e de suas famílias, devido ao fato de não conseguirem retornar ao mercado de trabalho formal, em que medida a participação no mercado de trabalho informal, de fato, contribui para na resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social?

Isto porque, uma coisa é afirmar que a participação no mercado de trabalho informal impede que seja aprofundada a precarização econômica dos trabalhadores, outra coisa completamente diferente é afirmar que a participação na informalidade permite que, do ponto de vista identitário, eles resistam ao aprofundamento do processo de desqualificação social, mantendo, por meio das práticas informais, suas identidades de trabalhadores. Para verificar isto, fez-se necessário recorrer aos outros indicadores construídos pela pesquisa.

4.3.3 Razões da participação no mercado de trabalho informal

O que faz com que os trabalhadores busquem ocupar-se profissionalmente? A busca por recursos econômicos pode, isoladamente, explicar as razões de grande contingente de trabalhadores submeterem-se às ocupações em empregos precários e em condições adversas? A linha de raciocínio que está sendo seguida neste estudo argumenta que não. Os motivos para o trabalho, ainda que desprestigiado, encontram explicações nas teses da centralidade do trabalho na contemporaneidade, que afirmam que os valores simbólicos do trabalho e a sua condição de obrigatoriedade moral, juntamente com questões de sobrevivência material, fazem com que os indivíduos necessitem exercer um determinado papel profissional (Cf. CASTEL, 1998; BAUMAN, 2005; ORGANISTA, 2006; RIVERO, 2009; ANTUNES, 2006).

Seguindo tais argumentos, Paugam (2003), assim como Dubar (2005), não obstante reconhecerem a importância de questões relativas à sobrevivência material dos indivíduos, argumentam que, para além do salário, o trabalho significa um elemento fundamental na formação identitária dos indivíduos. Nesse caso, os indivíduos trabalham não apenas por serem financeiramente dependentes do trabalho, mas, porque somente por meio do trabalho podem construir e fortalecer seus laços sociais.

Com base em tais argumentos, buscou-se conhecer os motivos dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa para trabalharem no mercado de trabalho informal. A intenção é, com base em seus discursos, analisar as representações que eles fazem a respeito de suas próprias posições profissionais e em que medida tais posições funcionam de fato como elementos capazes de impedir o aprofundamento do processo de desqualificação social.

Tomando como base os depoimentos dos indivíduos entrevistados pela pesquisa, verifica-se que, contrariamente aos argumentos da centralidade do trabalho na contemporaneidade, a dependência dos trabalhadores com relação ao trabalho de vendedores ambulantes se manifesta primeira e principalmente devido às *necessidades materiais*. Assim, apesar de este estudo partir de um pressuposto diferente, isto é, de que a relação existente entre o trabalhador e o trabalho não se reduz a uma mera instrumentalidade, sendo o trabalho a principal instituição que funda a identidade humana, é inegável que a questão da sobrevivência aparece com maior força nos discursos dos entrevistados.

“Foi uma opção... enquanto não surge outra coisa melhor” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Um colega... me trouxe aqui... gostei daqui... do pessoal... fiquei... hoje é tudo meu cliente” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Sei lá... sempre gostei... meu pai já criou a gente assim (...) aí sempre gostei” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Fazer o que? não tem emprego (...) aí via gente vendendo e resolvi vender também...” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Porque simplesmente eu estava arrasada mesmo... sem nada para me alimentar... foi quando chegou um primo meu e ofereceu comprar mercadoria para eu vender para ele... aí até hoje eu trabalho para ele” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Porque foi a primeira oportunidade que tive aí peguei” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“É como falei para você... ninguém quer dar emprego a quem está velho” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

“Uma amiga me chamou... disse que era difícil... mas eu resolvi enfrentar” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Para além das discussões a respeito das importâncias materiais e simbólicas do trabalho, os depoimentos acima transcritos revelam uma espécie de *distinção* elaborada pelos próprios entrevistados a respeito de seus trabalhos como vendedores de rua, de modo a evidenciar as percepções de precariedade de seus trabalhos autônomos em relação aos “verdadeiros empregos”. Isto é, apesar de ao longo das entrevistas os trabalhadores argumentarem que os trabalhos por eles desempenhados eram honestos e, por isso mesmo, legítimos, os discursos desses trabalhadores revelam um sentimento de profunda desvalorização em relação aos seus trabalhos.

Isto pode ser explicado, por um lado, pela afirmação de Paugam (2003) de que os trabalhadores localizados na fase da fragilidade, como é o caso destes vendedores ambulantes, apresentam dificuldades em reconhecerem nos seus “trabalhos temporários” a base de seu *status* de trabalhadores. Assim, a percepção do fracasso, ou seja, o fato de terem perdido suas posições profissionais no mercado de trabalho formal e, por conta disto, passarem a ocupar posições desregulamentadas e desprestigiadas na informalidade, faz com que os trabalhadores informais tenham exata noção das diferenças que separam os seus trabalhos dos verdadeiros empregos, geralmente formalizados (Cf. PAUGAM, 2003). Por outro lado, e de forma complementar, a explicação pode ser encontrada no argumento de Organista (2006) que defende que, entre os trabalhadores brasileiros, o reconhecimento do trabalho passa necessariamente pela concessão do benefício da carteira assinada, de modo que, somente é verdadeiramente reconhecido como trabalhador aquele que dispõe da carteira de trabalho assinada, símbolo máximo da cidadania profissional (Cf. ORGANISTA, 2006).

De todo modo, constata-se que os trabalhadores informais em geral, e os vendedores ambulantes contatados por esta pesquisa em particular, apresentam dificuldades em reconhecerem seus trabalhos como elementos relevantes de sua integração social. Buscando aprofundar as explicações em torno das dificuldades deste reconhecimento, verifica-se que o conceito de construção identitária de Dubar (2005, 2006) apresenta grande relevância.

De acordo com o autor, a identidade social significa um processo de construção contínua, iniciado desde a infância, quando a criança passa a receber uma identificação sexual, étnica e de classe social, geralmente herdada de seus pais, bem como recebem atribuições provenientes de outras instituições, sobretudo, no ambiente escolar, até a fase adulta, principalmente na confrontação com o mercado de trabalho, quando o indivíduo passa pela experiência essencial da construção de sua identidade autônoma passando a identificar-se e a interpretar seus papéis na sociedade a partir de sua posição no mercado de trabalho. Assim, a identidade social, apesar de ser estável, não é fixa, podendo sofrer constantes alterações no tempo e no espaço.

Apesar de o autor destacar a influência de outras instituições na constituição identitária, a exemplo da sexualidade e da religião (Cf. DUBAR, 2006), é com base nas posições profissionais que os indivíduos passam pelos processos antagônicos de *continuidade e ruptura* (identidade para o outro), bem como de *reconhecimento e não-reconhecimento* (identidade para si). Isto é, a partir de sua posição profissional, o indivíduo tende a receber determinadas atribuições que os outros acreditam ser condizentes com as características de suas profissões, cabendo ao indivíduo, via processo de negociação identitária, aceitar ou, ao contrário, recusar a ancoragem de suas identidades sociais em suas posições profissionais. É assim que, para Dubar (2005), se os indivíduos encontram-se satisfeitos com suas posições profissionais, eles tendem a reconhecer suas identidades sociais como parte de sua posição profissional. De forma contrária, quando os indivíduos não se encontram satisfeitos com suas posições profissionais, eles tendem a não-reconhecer suas identidades sociais como produto de suas posições profissionais, engendrando a ruptura de suas identidades sociais com suas posições profissionais.

O caso que está sendo aqui analisado, ou seja, as dificuldades demonstradas pelos vendedores ambulantes em reconhecerem suas posições profissionais como parte integrante de suas identidades sociais, pode ser explicado exatamente pelo desprestígio apresentado pelas posições profissionais desempenhadas pelos vendedores ambulantes. Ou seja, estes

trabalhadores sabem exatamente o desprestígio apresentado por suas posições profissionais para os demais membros da sociedade, acarretando que eles, por isso mesmo, tenham dificuldades em reconhecer suas posições profissionais como parte constituinte de suas identidades sociais, favorecendo, assim, à ruptura de suas identidades sociais com suas posições profissionais, sendo buscados, então, outros elementos para a constituição de suas identidades sociais.

A questão da aceitação ou da recusa dos trabalhadores em construir suas identidades sociais a partir de suas posições profissionais diz respeito à capacidade dessas posições profissionais em funcionarem como elementos de resistência ao processo de desqualificação social. Com base nesta assertiva, esta pesquisa buscou conhecer as opiniões dos trabalhadores a respeito de suas posições profissionais.

4.3.4 Relação entre tempo de participação na informalidade e capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social

Segundo Paugam (2003), ainda que seja possível o retorno do trabalhador ao mercado de trabalho, muitas vezes o trabalhador experimenta o aprofundamento do processo de desqualificação social, caracterizado pela passagem da fase de fragilidade à dependência. Isto significa que, não obstante as tentativas de retorno ao mercado de trabalho e às estratégias empreendidas com vistas a não necessitar dos benefícios sociais disponibilizados pelo Estado, com o passar do tempo o trabalhador que não consegue retornar ao mercado de trabalho tende a sofrer com a precarização de suas condições materiais, recorrendo, por isso, aos benefícios sociais, de modo que a passagem da fragilidade à dependência representaria o desenvolvimento típico do processo de desqualificação social entre os trabalhadores franceses (Cf. PAUGAM, 2003).

Com base nas idéias de Paugam (2003) a respeito da relação entre o tempo de participação na informalidade e a capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social, construiu-se a hipótese de que, na realidade local assim como no contexto estudado por Paugam, haveria relação entre o tempo e a capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social, de modo que, supunha-se que quanto mais tempo o trabalhador permanecesse na informalidade, menor seria sua capacidade de resistência ao aprofundamento da desqualificação social.

Para testar a referida hipótese, buscou-se verificar o tempo de permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho informal e a aceitação ou recusa dos mesmos em relação às suas identidades socioprofissionais.

“Ah, mas... porque eu sempre fui assim mesmo... sempre trabalhei com... assim... desde que saí do sítio e vim pra cidade... sempre trabalhei assim... já trabalhei na feira... em oficina... é assim mesmo” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Em 80... nos anos 80... mas foi minha vida toda assim... ralando mesmo...” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Essa barraca aqui tem mais de 15 anos aqui... é de uma senhora já madura... aí quando vim aqui há 4 anos atrás eu conheci ela... aí trabalho aqui e é metade meu e metade dela” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Trabalhei uns 4 anos num depósito aqui... com um rapaz... depois saí...isso já está com uns 7 anos...” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Vai fazer um ano...” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Sete anos” (C., 44 anos, vendedora de pipoca).

“cinco meses” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Eu sempre trabalhei assim... mas depois que saí da prefeitura vim trabalhar com essa carroça aqui... aqui faz 4 meses (...) mas já tinha trabalhado assim outras vezes” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

“Faz um ano que estou vendendo” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

“Já trabalhei várias vezes sem carteira assinada... mas aqui... vendendo pipoca... faz duas semanas” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Os depoimentos acima transcritos revelam que, apesar de os entrevistados apresentarem como ponto em comum em suas trajetórias profissionais a experiência da desqualificação, existe grande heterogeneidade no que diz respeito ao tempo de participação dos trabalhadores na informalidade. É justamente com base nessa diferença de tempo de participação no mercado informal que este estudo busca evidências relativas à capacidade de resistência ao aprofundamento da desqualificação. Para isso, buscou-se analisar as opiniões que os trabalhadores constroem a respeito de suas posições socioprofissionais.

4.3.5 Opinião em relação ao trabalho de vendedor ambulante

Com vistas a aprofundar as análises da relação existente entre a participação no mercado de trabalho informal e a resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social, a pesquisa buscou conhecer as opiniões dos trabalhadores entrevistados a respeito de seus trabalhos de vendedor ambulante. A justificativa para a

construção deste indicador está baseada na hipótese de que *a capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação está relacionada com a aceitação, ou, do contrário, a recusa, do trabalhador em basear a sua identidade social em sua posição profissional.*

Neste caso, valem os argumentos de Dubar (2005) que afirmam que as posições profissionais ocupadas pelos indivíduos no mercado do trabalho apresentam-se como base imprescindível no processo de construção das identidades sociais. Assim, de acordo com o autor, a influência da posição profissional na identidade social do trabalhador pode seguir dois caminhos opostos: ou o trabalhador aceita/reconhece a sua posição profissional, tornando a sua identidade social uma continuidade de sua participação socioprofissional, ou, ao contrário, o trabalhador recusa/não-reconhece a sua posição profissional, motivando a ruptura de sua identidade social com a sua participação socioprofissional, buscando, assim, diferentes instituições para influenciar seu processo de constituição identitária (vide capítulo III).

Ainda de acordo com Dubar (2005), a aceitação ou a recusa do trabalhador em apoiar a construção de sua identidade social com base em sua posição socioprofissional é, em grande medida, influenciada pelas opiniões que *os outros* expressam com relação às posições profissionais. Segundo o autor, os chamados *atos de atribuição*, isto é, as características/atributos que os outros afirmam que o indivíduo possui, são construídos a partir da posição profissional desempenhada pelo trabalhador. A partir dos atos de atribuição, cabe ao indivíduo que está sendo rotulado confirmar ou recusar suas atribuições em função dos *atos de pertencimento*, isto é, dos atributos identitários provenientes de sua posição profissional. Assim, é possível afirmar que as características socioprofissionais atribuídas pelos outros (identidade para o outro) influenciam as identidades para si.

Com base neste pressuposto teórico lançado por Dubar (2005), o presente estudo buscou conhecer, primeiramente, as opiniões que os outros fazem a respeito das posições profissionais dos entrevistados. Para isso, os próprios entrevistados foram questionados a respeito das opiniões que seus parentes e amigos faziam, ou fazem, a respeito de seus trabalhos de vendedores ambulantes.

“Normal” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Nunca perguntei nada a eles e eles também nunca falaram nada” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Não... porque... é o seguinte: onde eu moro é cada um na sua casa... o contato é bom dia e boa tarde... não tenho tempo não... eu não paro em casa não... eu faço o meu e pronto...” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

Os depoimentos acima transcritos são caracterizados por respostas evasivas e pelo visível desconforto demonstrado pelos respondentes em refletir a respeito das opiniões dos outros (familiares e amigos) a respeito de suas posições profissionais. Assim, apesar de as palavras apontarem para uma suposta inexistência de distinções entre o valor atribuído às práticas de trabalho, podem ser considerados indícios de eventuais atribuições negativas a respeito de suas próprias posições socioprofissionais. O depoimento de E., 25 anos, vendedora de flores, por exemplo, revela uma espécie de distanciamento ou despreocupação a respeito do julgamento dos outros (familiares e amigos) em relação ao trabalho por ela desempenhado. Questionada mais diretamente a respeito do que seus pais e amigos achavam de sua profissão, ela continuou a insistir que nunca havia perguntado o que eles achavam e que isto não a preocupava porque aquele trabalho de vendas era somente “algo temporário”, talvez um forte indicativo de recusa de sua posição socioprofissional.

De forma contrastante, outros respondentes revelaram as opiniões positivas manifestadas por outros em relação aos seus trabalhos:

“Eles acham ótimo... até porque é honesto né?... eles me dão apoio... mas eles pensam no meu futuro... sei lá... eu estou com 26 anos agora... ainda vou completar... então... eles pensam no meu futuro... sabem que trabalho honesto... mas querem coisa melhor pra mim... meus amigos respeitam... eu trabalho honesto... se você trabalha honesto todo mundo te respeita” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Quando cheguei aqui sentia muita vergonha... chegava assim... eu não vendia numa banquinha não... não tinha guarda-sol... não tinha nada... aí passava uma vizinha e eu pensava: ai meu Deus... eu aqui vendendo... mas depois fui conversando e meus amigos dizendo que eu não tinha que me envergonhar... e via que não estava me prostituindo... não estava roubando... estava ganhando dinheiro honestamente... e meus amigos daqui... que trabalham aqui também... eles foram me dando força e eu pensei: é, realmente... não tenho nada que me envergonhar... de jeito nenhum... estou trabalhando honestamente... não estou roubando ninguém... e estou aqui... tenho que agradecer a Deus por essa oportunidade que ele está me dando... então agradei a Deus e já faz 7 anos que estou aqui... já é um ponto de referência... todo mundo me conhece... a Irmã da Castanha... meus filhos me dão apoio... eles falam: mainha, você está trabalhando... batalhando para a gente poder melhorar um pouco... e eles dizem: mainha, vou trabalhar também para ajudar... eu pensei que meus filhos iam ter vergonha de mim... por eu estar aqui vendendo... mas graças a Deus meus filhos me deram força... eles dizem que eu não tenho que me envergonhar por estar ganhando honestamente... eles dizem que sentem orgulho de mim... porque os pais dele foi embora e eu batalhei sozinha para cuidar deles...” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

Os depoimentos acima transcritos trazem importantes dados a respeito do trabalho precário. O discurso de Ra., 26 anos, dono de fiteiro, revela que as opiniões dos outros acerca do trabalho informal são *positivas* uma vez que existe a valorização do trabalho *honesto*. Assim, independentemente das condições adversas que permeiam este tipo de trabalho, como

a insuficiência de recursos e a ausência da carteira de trabalho assinada, existe uma tendência à valorização do esforço do trabalhador em continuar buscando a sobrevivência pelos próprios meios. No entanto, o depoimento de C., 44 anos, vendedora de castanhas, revela as dificuldades relativas à aceitação dos outros, e do próprio trabalhador, em desempenhar atividades informais: a prática do trabalho informal revela as condições de precariedade vividas pelo trabalhador que experimenta o processo de desqualificação social. Portanto, torna-se extremamente difícil para o trabalhador aceitar a sua degradação profissional e continuar buscando a realização de atividades profissionais. Todavia, não obstante a *vergonha* manifestada pela respondente de revelar aos outros a sua situação de precariedade, ela afirma que encontrou apoio nos familiares e amigos. Mais uma vez, a questão da honestidade do trabalho é ressaltada nos discursos dos trabalhadores.

As manifestações de apoio supracitadas, de alguma forma, contrastam com os discursos construídos por outros respondentes a respeito das opiniões dos outros em relação ao trabalho precário. Se, por um lado, existem indivíduos que valorizam o trabalho independentemente do prestígio apresentado por determinada posição profissional, por outro lado, existe ainda certo *preconceito* com as práticas de trabalho informais:

“Ah... ah... minha família é revoltada né?... porque... minhas filhas... não tenho dinheiro suficiente para dar a elas... aí tenho que trabalhar mais... aqui um dia arranjo 20... 30... outro dia não arranjo...aí tenho as despesas da minha filha...com a escola dela...” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Minha mãe não concordou... mãe é aquela coisa... se ela pudesse, ela fazia tudo por mim... mas eu não agüento estar parada... mas meu pai disse: está certo... deixa ela trabalhar... mas eu sentia que ele não gostava muito... meu esposo deu força... ele disse: vai... se der certo você fica... senão está tudo bem... minha filha se dependesse dela eu não trabalhava... mas para ficar somente um trabalhando... não dá... e eu fico muito estressada” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Partindo do pressuposto elaborado por Dubar (2005) de que as opiniões *dos outros podem* influenciar a aceitação ou a recusa dos trabalhadores com suas próprias posições socioprofissionais, o presente estudo buscou analisar os discursos construídos pelos respondentes a respeito de suas opiniões sobre suas posições socioprofissionais de vendedores ambulantes.

“Todo trabalho é... sendo honesto... eu acho que é... ele é... é bom... de modo que satisfaz” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Eu gosto desse meu trabalho... é ótimo... converso com um... com outro... às vezes fico preocupado... ai converso... e fico tranquilo... é uma bênção!” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“É um trabalho bom... é um trabalho que você sempre tem um trocadinho no bolso... você não depende de ninguém... você chega a hora que quer... sai na hora que quer... entendeu? para mim eu acho bom... se

“você souber ser econômico... se você for um pouco esforçado você consegue o que quer... não tem mistério não” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“É bom... ganho uns trocados... dá pra viver” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Gosto... mas se aparecer alguma coisa melhor eu pego” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Eu gosto porque é daqui que sai meu pão de cada dia” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Eu gosto... mas é complicado... porque às vezes você pega um cliente mal educado... grosso... aí é difícil” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Olhe... não... não é trabalho? Foi trabalho eu gosto... agora... tem trabalho melhor... que você ganha mais aí gosta mais... mas esse tá bom também” (G., dono de fiteiro, 55 anos).

“Eu acho bom... estou ganhando meu dinheirinho, dou uma parte à minha esposa... estou juntando um pouquinho também... às vezes tenho que pagar a escola da minha menina... ou minha esposa paga... está bom” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

“Olha... assim... está bom porque ganho meu dinheirinho... mas ontem mesmo eu fiquei aqui pensando com Jesus, que eu não queria ficar só nisso aqui... Ou ele abre outras portas para mim... ou ele me chama para outros cargos melhores... assim... então é bom porque... pelo menos eu ganho meu dinheirinho... toda semana... mas eu quero algo melhor né? Aparecer uma oportunidade... Deus mandar uma pessoa... olha... lá na loja tem um emprego melhor... mas Deus é quem sabe” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

A partir dos depoimentos coletados, verifica-se que os discursos apontam para manifestações positivas dos trabalhadores para com seus trabalhos de vendedores informais. Quer seja por razões instrumentais, como as alegações de que gostam do trabalho devido ao fato deste garantir a sobrevivência material, quer seja por razões emocionais, todos os entrevistados manifestam conformidade em relação ao fato de estarem trabalhando na informalidade. Entretanto, afirmar que os discursos apontam para opiniões relativamente positivas do trabalho de vendedor ambulante, não significa dizer, necessariamente, que os entrevistados revelam *satisfação* com suas posições profissionais no mercado informal.

A análise dos discursos revela que, de fato, parte considerável dos entrevistados, por exemplo, Ra., 26 anos, dono de fiteiro, J., 53 anos, dono de fiteiro, C., 44 anos, Ro., 50 anos, vendedor de lanches e L., 37 anos, vendedora de pipoca, manifesta opinião positiva em relação ao trabalho de vendedor ambulante devido ao seu aspecto material: necessitam de suas ocupações no mercado de trabalho informal como meio de garantir a sobrevivência deles próprios e de suas famílias.

Dando seqüência às análises, verifica-se que outros entrevistados buscaram construir seus discursos a respeito das próprias posições profissionais estabelecendo uma espécie de *justificação*: sabem que suas posições profissionais não apresentam o mesmo prestígio em relação a outras posições profissionais regulamentadas, mas, não obstante conhecerem a

fragilidade de seus vínculos profissionais, esforçam-se para transmitir a idéia de que seus trabalhos são *honestos* e, portanto, válidos enquanto trabalho. Esse esforço empreendido pelos vendedores ambulantes para, de alguma forma, qualificar suas profissões justifica-se devido às representações sociais muitas vezes construídas a respeito do trabalho informal, que tendem a considerá-lo como ilegal (Cf. NORONHA, 2003).

Fazendo uma espécie de comparação entre as opiniões manifestadas pelos outros e as opiniões dos próprios trabalhadores com relação às suas posições profissionais, verifica-se que, de fato, os trabalhadores têm consciência da precariedade de suas posições profissionais. Todavia, a participação no mercado de trabalho informal, não obstante a proximidade mantida com discursos a respeito da ilegalidade ou da precariedade revela-se, de fato, como importante fator de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão das opiniões dos vendedores a respeito de seus próprios trabalhos, a pesquisa buscou conhecer as preferências deles a respeito de suas atuais posições profissionais em comparação com suas antigas posições, no mercado de trabalho informal.

“o trabalho com carteira assinada... não ganhando um salário-mínimo... mas, um salário que dê pra manter a família e a gente mesmo... acho que é melhor com carteira assinada” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Carteira assinada é bom porque o dinheiro é certinho... é contadinho... naquele dia exato... apesar de que sempre atrasava... mas não é nenhuma não... agora aqui tem uma diferença: quando vem o inverno... aí a gente não tem como sair... se o prefeito arrumasse um meio para ajudar a gente no tempo que não está dando nada era bom... mas a gente se vira (...) prefiro esse trabalho de vendedor... porque já estou acostumado... e acabo de trabalhar já estou com meu dinheiro no bolso... com pouco que é... não preciso esperar ninguém para vir trabalhar... ninguém pagar... nem xingamento... nem humilhação...” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“prefiro esse com certeza... foi muito ruim aquela experiência que eu passei... é por isso que tem cara que corta cana uma vez não deseja pra ninguém... não é nem o trabalho em si... é... as condições de trabalho... você é humilhado... é tratado como... nem como um animal... é muito massacre” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“A diferença é grande né? Porque lá tem o certo... aqui se eu ganhar eu como... senão... então eu preferia o de antes né? com carteira assinada... porque eu tinha meus direitos... aqui não tenho nada... aqui eu estou desempregado!... se a prefeitura chegar aqui e levar tudo são 350 conto para pagar... e não tenho esse dinheiro né? Aí fazer o que?” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“A diferença é que isso aqui é meu... não levo grito de ninguém... não tenho patrão... faço meu horário... mas, sei lá... isso é muito relativo... porque com carteira você pelo menos tem... tem um negócio lá que... tem um seguro que fica guardado lá... qualquer coisa... acidente... e seu seguro fica guardado lá... aqui tenho que pagar meu INSS senão quando envelhecer não... não vou aproveitar nada daminha velhice...” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Não... assim... não vejo diferença não... a diferença é só ter o INSS que eles pagam... aqui é... eu já estou tão acostumada com esse trabalho...” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“É a mesma coisa... só muda o objeto que eu estou vendendo... mas, eu preferia o outro... com carteira... por causa do dinheiro” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Rapaz... eu prefiro carteira assinada... porque queira não queira tem todo mês... já sabia o que tinha... aqui não posso... não sei quanto vou tirar aqui... não tem renda fixa aqui... aqui não posso saber” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

“O de agora está bom... se não for esse não tenho emprego” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

“Faz tanta diferença... porque é como eu disse... é uma segurança... carteira assinada tem férias... se me botassem para fora eu ia receber... eu ia ter salário... ia poder pagar plano de saúde... ter assistência médica... poderia pagar uma faculdade... investir na minha filha... por isso que eu prefiro o outro” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Com base nos depoimentos coletados, verifica-se que *todos* os respondentes manifestaram preferência em relação aos empregos anteriores, em virtude deles possibilitarem o acesso ao benefício da carteira de trabalho assinada. Ainda que alguns trabalhadores fizessem ponderações em favor do trabalho de vendedor ambulante, alegando fatores como a *autonomia* e a *liberdade*, fica clara a necessidade dos trabalhadores entrevistados de contarem com a segurança do salário garantido, demonstrando, assim, o risco de precarização material o qual se encontram expostos.

Partindo da preferência pelos empregos com carteira de trabalho assinada, este estudo questionou as tentativas de retorno destes trabalhadores ao universo de trabalho formal. Acredita-se que esta variável permite aprofundar as evidências que reforçam a suposição de que eles preferem os empregos formais aos seus trabalhos de vendedores ambulantes.

“Ninguém aceita mais não... estou mais na idade não... mas se aparecer outro melhor... eu pego” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Sempre procuro... não fico naquela de que nada presta... não tenho idade... sempre procuro... por mim passava a vida toda assim... mas as pessoas que eu gosto... como meus pais... me dão sempre conselhos para arrumar trabalho fichado [com carteira assinada]... é melhor... você está assegurado... se você adoecer você vai viver de que? É melhor arrumar um trabalho fichado...” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Já procurei muito... sempre falo com amigos... mas com 53 anos é difícil... não tem condições mais não... mas não estou mais na idade não... aí não procuro outro não...” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Se aparecer coisa melhor... pego...” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Se eu dissesse a você que tenho procurado outro trabalho eu estaria mentindo... eu trabalho... batalho para dar melhores condições para os meus filhos” (C., 44anos, vendedora de castanhas).

“Eu sempre estou procurando... mesmo aqui eu falo com um amigo... com outro... quero mudar porque aqui não é carteira assinada... não tenho segurança” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Não procurei mais outro trabalho não... mas já procurei muito...” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

“Se tivesse coisa melhor... emprego com carteira assinada... preferia né? Mas não tem... aí prefiro ficar aqui mesmo” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

“Tenho procurado” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Com base nos depoimentos acima transcritos, verifica-se que os trabalhadores entrevistados buscaram a reinserção no mercado de trabalho formal, comprovando, assim, a preferência deles em relação à participação no mercado de trabalho formal. Uma parte substancial dos entrevistados, sobretudo, os adultos, desistiu da reinserção no mercado de trabalho formal devido ao fator *etário*, alegando que não mais procuram empregos com carteira de trabalho assinada porque o mercado de trabalho não absorve trabalhadores com idades consideradas avançadas. De forma contrastante, os mais jovens afirmaram continuar buscando o retorno ao mercado de trabalho formal, apesar das dificuldades de reinserção encontradas.

4.3.6 Sociabilidade durante a experiência na informalidade:

De acordo com Paugam (2003), durante a fase do desemprego, os recém-desempregados podem experimentar a fase de *isolamento social*. Assim, uma das hipóteses defendidas neste estudo é que o trabalho informal apresenta-se como elemento de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social. Pois bem, acredita-se que, se a posição profissional informal é realmente capaz de evitar o aprofundamento da desqualificação, ela é capaz, por isso mesmo, de permitir ao trabalhador a reedição de seus laços sociais, tanto com familiares quanto com amigos. Por isso, buscou-se conhecer a sociabilidade e as relações sociais mantidas pelos trabalhadores informais e compará-las ao tempo no qual eles permaneciam desempregados.

“Aí dá pra procurar outras... ir pra praia... pro sítio (...) mas, amigos... é... porque amigo rapaz... amigo... amigo mesmo... não acho que ninguém tem muito não... então meus amigos é mais minha família mesmo... meus tios... meus irmãos...” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Saio com amigos... daqui mesmo... pra tomar uma cervejinha... saio pra conversar... sobre trabalho mesmo” (Ra., 26 anos, dono de fiteiro).

“Rapaz... eu trabalho o dia todo... trabalho direto... vendo na praia nos finais de semana... só fico trabalhando... de noite descanso... chego em casa... tomo um banho e vou dormir (...) rapaz... eu tinha muitos amigos, mas, era quando era eu bebia e fumava... hoje parei... hoje perdi isso tudo... graças a Deus... aí tenho amigos, mas, não são amigos assim não sabe? Amizade só presta com a mãe...e com Deus” (J., 53 anos, dono de fiteiro).

“Vou para praia com amigos... saio com minha esposa... vou ao cinema... vou jogar bola... para tirar o estresse né? mas, estou um pouco afastado dos meus amigos porque morava num canto e agora estou em outro... aí não vou muito lá” (D., 25 anos, dono de fiteiro).

“Vou para a igreja... agradecer a Deus as bênçãos... eu tenho amigos aqui... mas não gosto de ir para casa de ninguém... não gosto de freqüentar a casa das pessoas... nas minhas horas vagas fico em casa com meus filhos... assistindo televisão... às vezes vou com eles na praia... naquele dois irmãos [o parque]” (C., 44 anos, vendedora de castanhas).

“Fico em casa... às vezes saio à noite... mas fico mais em casa... mas encontro meus amigos aos domingos... eles moram perto da minha casa... meus vizinhos” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Eu trabalho... estou sempre aqui... mas às vezes eu descanso né? folgo na segunda-feira né?... mas de noite eu só fico em casa... com minha esposa... às vezes assisto um pouco de televisão” (G., 55 anos, dono de fiteiro).

“Quando não estou aqui estou fazendo coisas do trabalho... comprando frutas... pegando a esposa no trabalho... em casa lavo os pratos... faço comida... de noite descanso um pouquinho... final de semana... levo minha esposa no trabalho... aí depois chego em casa e vou escutar música... almoço... e vou fazer os lanches para vender no outro dia... não saio de casa não... gosto não... não sou de amigos não... não bebo mais... não fumo” (Ro., 50 anos, vendedor de lanches).

“Final de semana eu fico em casa... sábado de manhã vou para o meu curso... cuido das minhas coisas... e tenho lazer também porque ninguém é de ferro... aí vou para a igreja, para o shopping... meus amigos é minha família... minha família em primeiro lugar” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Os depoimentos acima transcritos revelam que a maioria dos entrevistados fez menção à realização de atividades de lazer e sociabilidade. Com base nos argumentos de que Paugam (2003), que afirmam que os indivíduos que se encontram na experiência de crise das identidades sociais buscam o isolamento social, o fato de os entrevistados relatarem que as atividades de lazer e os encontros sociais fazem parte de seus cotidianos, isto pode representar um forte indício da (re)construção de suas identidades sociais, motivada pela recuperação de seus *status* sociais de trabalhadores. Isto é, supõe-se que os entrevistados, devido principalmente à possibilidade de estarem novamente inseridos no mercado de trabalho, ainda que de forma precária, experimentam uma normalização de seus papéis sociais, afastando o estigma de serem considerados desempregados.

Isto não quer dizer, contudo, que estes trabalhadores não mais experimentam crises em suas identidades sociais ou que eles não desejam conseguir melhores condições de vida. Aliás, apesar de demonstrarem estar em melhores condições agora, trabalhando na informalidade, do que em relação ao tempo que passaram desempregados, o desejo de mudanças continua presente nos discursos destes trabalhadores, fato este que pôde ser observado quando os entrevistados foram questionados acerca de suas perspectivas profissionais.

4.4.6. Perspectivas de futuro profissional

A última variável incluída no estudo a respeito das mudanças identitárias experimentadas pelos trabalhadores inseridos de forma precária no mundo do trabalho foi relativa às suas perspectivas de futuro profissional. Por meio desta, buscou-se concluir a respeito da satisfação/insatisfação dos trabalhadores em relação às suas posições profissionais.

“Ah...eu to aqui somente por enquanto...quando aparecer coisa melhor...eu faço coisa melhor (...) e aposentadoria é bom? O cara quando fica velho rapaz...e não pode mais trabalhar é melhor morrer...aposentadoria hoje dá sopra comprar remédio e esperar morrer” (A., 45 anos, vendedor de churros).

“Não sei...mesmo se for aposentado não vou parar...só se for o caso de uma doença...aí só papai do céu sabe...mas vou continuar a trabalhar...tentar sobreviver sem sacrificar ninguém” (R., 56 anos, vendedor de picolé).

“Futuro... meu amigo... é correr... para se acabar assim mesmo... quando se acabar... acaba tudo mesmo... para onde eu vou com essa idade? vou fazer o que? já estou devendo essa mercadoria que peguei para trabalhar... sou obrigado a levar coisas para minhas filhas... pro colégio... tenho que arranjar para elas... aí fazer o que né cidadão? É o que Deus quiser...” (J., 53 anos, dono de fiteiro)

“Tenho que aproveitar a minha idade agora... e começar a ganhar dinheiro para ter uma aposentadoria melhor do que os outros que estão por aí... sofrendo... do que muita gente... aí pago minha aposentadoria do INSS e tenho uma aposentadoria do Banco do Brasil” (D., 25 anos, dono de fiteiro)

“Eu só pretendo viver... viver em paz... sei lá... eu queria pelo menos que houvesse um pouquinho mais de amor uns com os outros... agora meus planos de trabalho... só continuar vendendo minhas castanhas mesmo... o futuro só a Deus pertence... a minha vida não me pertence... tudo meu não pertence a mim... só a Deus... então eu estou aqui... e de repente vem um anjo Dele e diz... olha... tenho trabalho para você... aí de nós se não tivermos esperança” (C., 44 anos, vendedora de castanhas)

“Crescer... crescer e crescer... rapaz... eu quero ganhar dinheiro e viajar bem muito que é o melhor” (E., 25 anos, vendedora de flores).

“Olha... eu pretendo ainda estudar... estou com 37 anos, mas pretendo estudar... investir nos meus estudos e nos da minha filha... e meu marido está nessa também... porque ele quer um emprego melhor” (L., 37 anos, vendedora de pipoca).

Analisando os depoimentos, verifica-se que, de maneira geral, os trabalhadores expressam a necessidade de continuarem trabalhando. No entanto, em alguns discursos, pode-se verificar a esperança por *mudanças* manifestada pelos trabalhadores: querem continuar trabalhando, mas, gostariam de melhorar suas condições de vida, tendo que, para isso, mudar de trabalho. Esta busca por mudanças torna-se clara comparando-se os discursos dos adultos e dos jovens: enquanto os jovens parecem manter as esperanças de melhorar suas condições de vida, qualificando-se educacional e profissionalmente, os adultos não esperam muito mais do que *continuarem* exercendo suas atividades indefinidamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos discursos dos vendedores ambulantes contatados pela pesquisa permitiram verificar que, de fato, a experiência pretérita da demissão e a conseqüente entrada no mercado de trabalho informal configuram-se como elementos constituintes do processo de *desqualificação social*. Desse modo, os trabalhadores que vivenciaram a experiência da desqualificação, durante a fase de desemprego, experimentam a degradação de suas identidades sociais, caracterizada pelas dificuldades de manutenção de atributos da identidade de trabalhador e pelas dificuldades de sociabilidade, motivadas, sobretudo, pela vergonha do fracasso social.

Todavia, apesar de a pesquisa ter constatado as dificuldades experimentadas pelos trabalhadores em aceitarem construir suas identidades sociais com base em suas “novas” posições profissionais no mercado de trabalho informal, isto é, como vendedores ambulantes, a participação no mercado de trabalho informal aparece como importante elemento de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação social, fazendo com que estes indivíduos, ainda que participem de forma instável e pouco prestigiada no mercado de trabalho, recuperem determinados atributos de suas identidades de trabalhadores.

Devido às condições de precariedade vivenciadas pelos trabalhadores entrevistados desde de suas origens sociais, é possível afirmar que, apesar do desprestígio relativo apresentado pelas posições profissionais dos vendedores ambulantes, a participação no mercado de trabalho informal permite o surgimento de tipos identitários de *continuidade*, isto é, as posições profissionais são aceitas pelos trabalhadores entrevistados como base de suas construções identitárias. Isto não significa, contudo, que *todos* os trabalhadores entrevistados encontram-se satisfeitos com suas posições profissionais. Ao contrário, é inegável o sofrimento demonstrado por alguns devido às dificuldades encontradas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, à pauperização por eles experimentada. Analisando os depoimentos a partir do tempo de participação na informalidade, por exemplo, é possível concluir que os entrevistados mais velhos (adultos) tendem a aceitar suas posições profissionais, devido ao fato de estarem mais tempo na informalidade, ao passo que os mais jovens tendem a recusar suas identificações com base em suas posições profissionais, alegando, assim, que estas ocupações são apenas temporárias.

Ainda com relação à capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação, proporcionada pela participação no mercado de trabalho informal, esta pesquisa constatou que, diferentemente da hipótese de trabalho que afirmava que quanto maior o tempo de participação no mercado de trabalho informal menor seria a capacidade de resistência ao processo de desqualificação, há uma relação *inversa* entre o tempo de participação no mercado de trabalho informal e a capacidade de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação, de modo que, quanto maior o tempo de participação na informalidade maior a resistência à desqualificação, uma vez que os trabalhadores ambulantes se acostumam com a esfera de trabalho informal, passando a reconhecerem suas identidades com base em suas posições profissionais.

Com relação às (re)construções identitárias, verificou-se que, de fato, a experiência do desemprego representa momento marcante na vida dos trabalhadores, sendo responsável pela perda de determinados atributos das identidades sociais, acarretando, sobretudo, na ruptura das identidades sociais com as posições socioprofissionais destes trabalhadores. Todavia, devido à participação no mercado de trabalho informal, o processo de deterioração identitária mostrou reversível, de modo que os trabalhadores apresentaram capacidade de reestruturar suas identidades socioprofissionais a partir da relação com suas novas práticas de trabalho. Contudo, como consequência da frágil condição de (re)inclusão no mundo do trabalho, oferecida pelas práticas de informalidade, parte substancial dos trabalhadores não reconhecem o trabalho informal como parte de suas identidades sociais, resistindo, portanto, ao processo de *continuidade* das posições socioprofissionais em suas identidades sociais.

Finalmente, a pesquisa verificou que, apesar de a participação no mercado de trabalho informal apresentar-se como elemento de resistência ao aprofundamento do processo de desqualificação, os trabalhadores informais *tendem* a preferir o retorno ao mercado de trabalho formal, isto é, com carteira de trabalho assinada, à permanência na informalidade. Isto porque, apesar de as práticas de trabalho informal apresentarem a vantagem da autonomia profissional, apontada como importante característica pelos entrevistados, eles preferem a estabilidade do emprego formal, proporcionada pela carteira de trabalho assinada. Entretanto, devido tanto às condições gerais do mercado de trabalho, como principalmente ao fator *etário*, a maioria dos respondentes não acredita mais no retorno ao mercado de trabalho formal, tendo, por isso mesmo, desistido de buscar empregos com carteira de trabalho assinada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Aparecida. **“Setor informal” ou trabalho informal? uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade.** Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. 2001. PDF.
- ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria A. Moraes (Orgs.). **O avesso do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005. PDF. Disponível em: <<http://www.ajlas.org/AJLASArticles/2005vol18no4/137-155-antunes.pdf>> Acesso em: 12 de Setembro, 2009.
- _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2007a.
- _____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007b.
- ARAÚJO, Tarcísio Patrício de et. al. **Trabalho precário no meio urbano: semáforos do Recife.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.
- ARAÚJO, Maria do Socorro. De clandestinos a empreendedores: reflexões em torno do setor informal. **Trabalho para discussão.** Fundação Joaquim Nabuco. Abr. 2008.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. **De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito.** Texto baseado na pesquisa de pós-doutorado realizada pelo autor no CEM/CEBRAP. São Paulo. Agosto de 2007.
- BAUER, Martin W. & AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio alternativo para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin W. & Gaskell, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- BORGES, Ângela. Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

- BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores da FEE**, v.21, n.4, Porto Alegre, 1994. PDF.
- _____. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**. Campinas, n.14, p.153-174. 2000. PDF.
- CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Terceirização e direitos trabalhistas no Brasil. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CAVALCANTI, Helenilda. **Mosaico urbano do Recife: inclusão/exclusão socioambiental**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2008.
- COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.
- DEDECCA, Claudio Salvadori & BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.27, n. especial, p.65-84, 1997. PDF.
- DEMAZIÈRE, Didier. Ser desempregado para os sociólogos. **Política & Sociedade**, vol. 7, n. 13, p.109-182, 2008.
- DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. **A crise das identidades: a interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- GRINT, Keith. **Sociologia do trabalho**. Lisboa: Piaget, 2002.
- GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva das sociologias compreensivas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOUVEIA, Taciana Maria de Vasconcelos. **Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva**. Dissertação de mestrado. Recife: PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, 1993.
- GUARITA, Marco Antônio. **Políticas para superar a informalidade no Brasil**. Brasília: CNI, 2009. PDF. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/doc/como_superar_1.pdf. Acesso em: 22 de Janeiro de 2010.
- HANNEMAN, Robert & RIDDLE, Mark. **Introduction to social network methods**. Disponível em: <<http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>>. PDF. Acesso em: novembro de 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de empregos**. Relatórios metodológicos. 2ª edição. Volume 23. Rio de Janeiro, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de empregos**. Rio de Janeiro, 2009.
- IVO, Anete Britto Leal. Georg Simmel e a sociologia da pobreza. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.52, p.171-180, Jan./Abr., 2008. PDF.
- JOAS, Hans. Interacionismo Simbólico. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LEAL, Giuliana Franco. “A nova exclusão social em debate: aplicabilidade e implicações para a intervenção prática”. Trabalho apresentado no **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, realizado em Caxambú – MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. PDF.
- _____. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporâneo**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- NAVARRO, Vera Lúcia. Comentários proferidos durante o Grupo de Trabalho “Classes sociais, desigualdade e subjetividade: precarização, invisibilidade e prevalência do trabalho atípico na contemporaneidade”, durante o **14º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste (CISO)**, realizado em Recife – PE, entre os dias 8 e 11 de Setembro de 2009.
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1989.
- _____. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.
- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, n.º. 33, ano 12, fevereiro 1997, p.49-60.
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC, Cortez, 2003.
- _____. Que sentido é preciso dar à exclusão? In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Hexápolis: desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas: São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abdijan, Antananarivo**. São Paulo: EDUC, 2004.
- _____. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- POCHMANN, Márcio et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**. 2ª ed. V.2. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- _____. **Desigualdade e justiça social: regiões, classes e identidades no mundo globalizado**. Texto apresentado durante conferência de abertura do XIV Encontro Norte-nordeste de ciências sociais. Recife, 2009.
- QUEIROZ, Maria José de. **Em nome da pobreza**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

- RIUTORT, Philippe. **Compêndio de sociologia**. São Paulo: Paulus, 2008.
- RIVERO, Patrícia S. **Trabalho: opção ou necessidade?** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?** 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SANTOS, Fátima de Souza. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.
- SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SOUZA, Jessé (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- SPINK, Mary Jane. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p.300-308, jul./set., 1993.
- SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- THÉBAUD-MONY, Annie & DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ULYSSEA, Gabriel. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Rev. Econ. Polit.** Vol.26, n.4. São Paulo. Out./Dez. 2006.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Hexápolis: desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas: São Paulo, Paris, Nova Iorque, Varsóvia, Abdijan, Antananarivo**. São Paulo: EDUC, 2004.
- XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: dois conceitos intercambiáveis? **Psicologia & Sociedade**. n.14, v-2, p.18-47, jul.-dez. 2002.
- _____. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.
- _____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.